

**MARCOS PEREIRA ANTUNES**

**UMA BATALHA SIMBÓLICA: Memória da retirada da Laguna no contexto de  
profissionalização do Exército Brasileiro (1906-1930)**

**MARCOS PEREIRA ANTUNES**

**UMA BATALHA SIMBÓLICA**

**Memória da retirada da Laguna no contexto de profissionalização do Exército Brasileiro (1906-1930)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Zorzato

Dourados – 2006

989.20541      Antunes, Marcos Pereira  
A636b

Uma batalha simbólica : memória da Retirada da Laguna no contexto de profissionalização do Exército brasileiro : (1906-1930). / Marcos Pereira Antunes. – Dourados, MS : UFGD, 2007

116p.

Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Zorzatto  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Exército brasileiro – História , 1906-1930. 2. Guerra do Paraguai, 1864-1870 – Brasil – História I. Título.

**MARCOS PEREIRA ANTUNES**

**UMA BATALHA SIMBÓLICA**  
**Memória da retirada da Laguna no contexto de**  
**profissionalização do Exército Brasileiro (1906-1930)**

COMISSÃO LULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e Orientador:

Prof. Dr. Osvaldo Zorzato \_\_\_\_\_

2º Examinador:

Prof. Dr. Carlos Martins Júnior \_\_\_\_\_

3º Examinador:

Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz \_\_\_\_\_

Dourados 16 de abril de 2007

## **DADOS CURRICULARES**

**MARCOS PEREIRA ANTUNES**

NASCIMENTO 26/11/1964 – RIO DE JANEIRO/RJ

FILIAÇÃO Adélia Pereira dos Santos

1998/2002 Curso de Graduação em História  
Centro Universitário de Dourados, UFMS

## RESUMO

O Exército Brasileiro nascido com a independência, herdou de seu predecessor, o Exército Português, suas formas de relação entre seus integrantes e deles com a sociedade brasileira. Essa forma de relacionamento persistiu durante todo o período imperial só alterando alguma coisa durante a guerra contra o Paraguai, quando esse exército assumiu proporções nacionais e passou a exigir uma maior participação na política brasileira. Com a advento da República, os militares se envolveram profundamente nas intrigas do poder, tornando-se mais uma agremiação política do que propriamente uma força armada. A guerra moderna, criou a necessidade de profissionalizar o exército e seus comandantes, mas exigia, em primeiro lugar, o afastamento dos militares da vida política nacional e a dedicação integral ao preparo militar. Para chegar a esse ponto é que o Exército Brasileiro iniciou, no início do século XX, um processo de identificação de seus integrantes com alguns “heróis” do passado, entre eles os integrantes das ações realizadas no sul do antigo estado de Mato Grosso por ocasião da guerra contra o Paraguai, episódio que ficou conhecido como a retirada da Laguna. Nesse trabalho procura-se analisar três obras escritas na década de 1920 por autores militares sobre a retirada da Laguna, ou ligados ao Exército. Questões como o lugar dos autores no jogo de poder, bem como as finalidades com as quais as obras foram produzidas apontam para uma disputa interna; uma batalha simbólica.

## **ABSTRACT**

The Brazilian Army was born with independence, inherited of their predecessor, the Portuguese Army, its forms of relation between its integrant ones and them with the Brazilian society. This form of relationship persisted during all the imperial period only modifying some thing during the war against Paraguay, when this army assumed national ratios and started to demand a bigger participation in the Brazilian politics. With the advent of the Republic, the military if had involved deeply in them intrigue of the power, becoming plus a politics club of what properly an Armed Force. The modern war, created the necessity to professionalize it exercises and its commanders, but it demanded, in first place, the removal of the military of the national politics life and the integral devotion to the military preparation. To arrive at this point, the Brazilian Army initiated, at the beginning of century XX, a process of identification of its integrant with some "heroes" of the past, among them, the integrant of the actions carried through in the south of the old of the Mato Grosso do Sul State, weeds for occasion of the war against Paraguay, episode that was known as the withdrawal of the Lagoon. In this work it is looked to analyze three workmanships written in the decade of 1920 for military authors on the withdrawal of lagoon or on to the Army. Questions as the place of the authors in the game of being able, as well as the purposes with which the workmanships had been produced point an internal dispute; a symbolic battle.

## **AGRADECIMENTOS**

Na longa jornada empreendida para a realização desse trabalho, é preciso agradecer a uma série de pessoas que em muito contribuíram para seu o desenvolvimento, sem os quais, com certeza, o trabalho seria muito maior e mais penoso.

Aos meus chefes militares, em especial ao tenente coronel Paulos, major Edison e aos capitães Tanaka e Albuquerque, pelo incentivo e pela compreensão dos constantes afastamento do serviço para o desenvolvimento da pesquisa. Também aos funcionários do Arquivo Histórico do Exército, pela paciência e dedicação com que me receberam e auxiliaram na pesquisa.

A Nely, Meire, Andréia, Gilson e Lisandra, membros da turma de 2003 do mestrado da UFMS, pelo incentivo e pela forma como me receberam em seu meio, vocês me fizeram interessar a ser como vocês.

A Selma, Carla, Miriam, Mirta, Carlos Panek, Cleube, Ricardo, Gisele, Marta e Carlos Magno, amigos da turma de 2004, vocês foram os principais sustentáculos dessa empreitada, servindo como incentivadores, debatedores, e principalmente, como ombros amigos, sempre prontos a apoiar nos momentos de dúvidas e incertezas.

Aos professores do programa de mestrado, Paulo Cimó, Eudes, Damião, João Carlos e Cláudio Vasconcelos, pelo conhecimento que souberam dividir.

E principalmente ao meu orientador, o professor Osvaldo Zorzato, sem o qual esse trabalho certamente seria impossível.



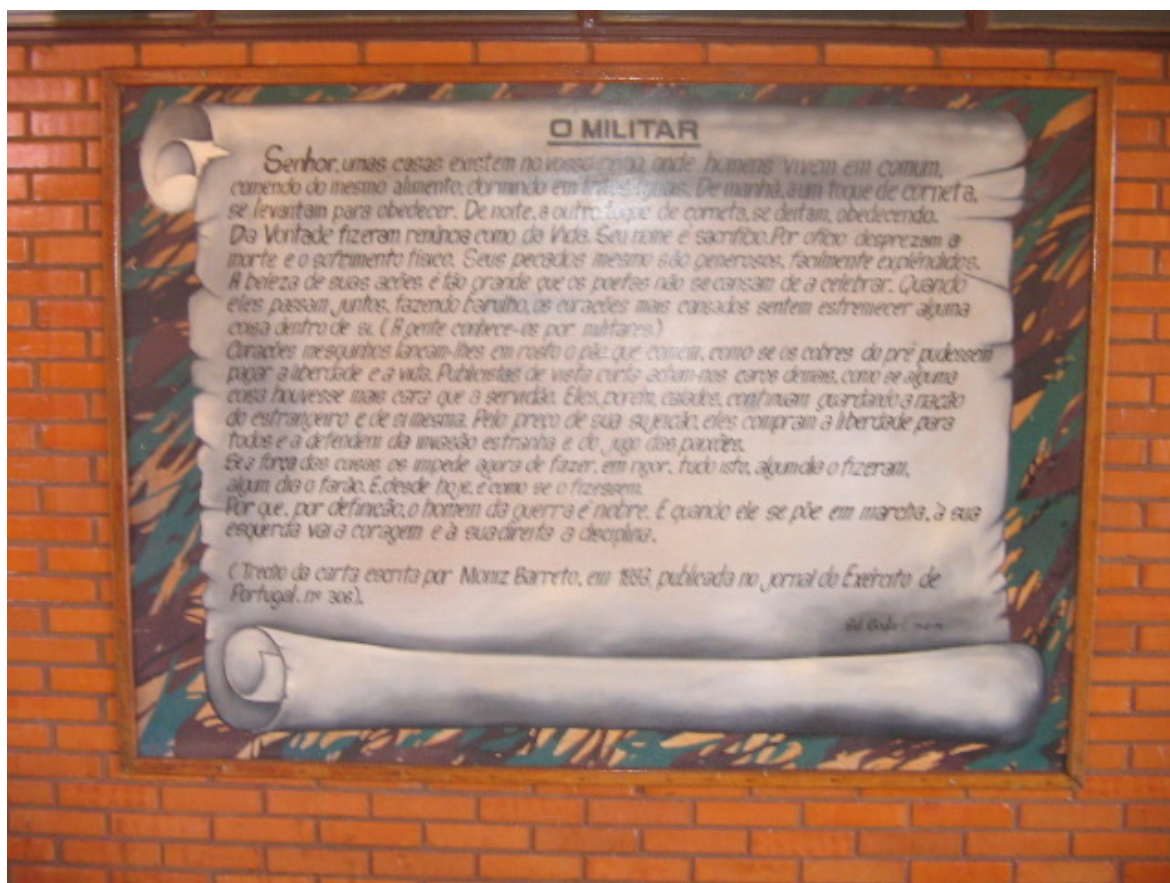


Figura 01 – Placa existente em uma parede do 28º Batalhão Logístico

*Senhor, algumas casas existem no vosso reino, onde homens vivem em comum, comendo do mesmo alimento, dormindo em leitos iguais. De manhã, a um toque de corneta, se levantam para obedecer. De noite, a outro toque de corneta, se deitam, obedecendo. Da vontade fizeram renúncia como da vida. Seu nome é sacrifício. Por ofício desprezam a morte e o sofrimento físico. Seus pecados mesmo são generosos, facilmente explêndidos. A beleza de suas ações é tão grande que os poetas não se cansam de a celebrar. Quando eles passam juntos, fazendo barulho, os corações mais cansados sentem estremecer alguma coisa dentro de si. (A gente conhece-os por militares.)*

*Corações mesquinhos lançam-lhes em rosto o pão que comem, como se os cobres do pré pudessem pagar a liberdade e a vida. Publicistas de vista curta acham-nos caros demais, como se alguma coisa houvesse mais cara que a servidão. Eles, porém, calados, continuam guardando a nação do estrangeiro e de si mesma. Pelo preço de sua sujeição, eles compram a liberdade para todos e a defendem da invasão estranha e do jugo das paixões.*

*Se a força das coisas os impende agora de fazer, em rigor, tudo isto, algum dia o fizeram, algum dia o farão. E desde hoje, é como se o fizessem.*

*Porque por definição, o homem da guerra é nobre. E quando ele se põe em marcha, à sua esquerda vai a coragem e à sua direita a disciplina.*

*(Trecho da carta escrita por Moniz Barreto, em 1893, publicada no Jornal do exército de Portugal, nº 306).*

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
<b>PARTE I</b>	
<b>O EXÉRCITO BRASILEIRO E A FORMAÇÃO MILITAR</b>	
CAPÍTULO I – O EXÉRCITO BRASILEIRO .....	16
CAPÍTULO II – A FORMAÇÃO MILITAR .....	35
As Praças .....	36
Os Oficiais .....	38
Revistas Militares .....	45
<b>PARTE II</b>	
<b>A RETIRADA DA LAGUNA: MEMÓRIA E PROFISSIONALIZAÇÃO</b>	
CAPÍTULO III – A RETIRADA DA LAGUNA E SEUS AUTORES .....	50
A Retirada da Laguna .....	50
Os Autores e suas Relações Institucionais .....	57
José Feliciano Lobo Viana .....	57
Armando Arruda Pereira .....	63
Pedro Cordolino de Azevedo .....	67
CAPÍTULO IV – LUTA, SOFRIMENTO E ABNEGAÇÃO: UMA IDENTIDADE PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO .....	78
CONCLUSÃO .....	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	111

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Placa existente em uma parede interna do 28º Batalhão Logístico do Exército Brasileiro, localizado na cidade de Dourados-MS.....	07
Figura 02 - O salvamento dos canhões .....	74
Figura 03 - Marcha Forçada .....	74
Figura 04 - Transporte dos coléricos .....	74
Figura 05 - Monumento aos heróis da Laguna e de Dourados – RJ .....	76
Figura 06 - Cripta localizada na base do monumento .....	77
Figura 07 - Detalhe da estátua de Osório, localizada na Praça 15 de Novembro, Rio de Janeiro–RJ .....	86
Figura 08 - Estátua de Osório .....	87
Figura 09 - Estátua de Caxias, localizada na Central do Brasil, Rio de Janeiro-RJ .....	88
Figura 10 - A Pátria .....	97
Figura 11 - A Espada .....	98
Figura 12 - A História .....	99
Figura 13 - A Glória .....	100

## INTRODUÇÃO

*Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWM, 1984: 09).*

Discorrendo sobre a construção do nacionalismo, Benedict Anderson afirma que *não há símbolo mais impressionante da moderna cultura do nacionalismo do que os cenotáfios e os túmulos de Soldados Desconhecidos (ANDERSON, 1989: 17)*. Segundo este autor, desde a Grécia Antiga o nacionalismo esteve ligado a idéia de militarismo e de batalhas. O cidadão comum passou a ver no soldado, o exemplo maior de dedicação a pátria, para a qual seria capaz de oferecer a própria vida, para defende-la das agressões que poderia ser vítima. Nesta mesma linha, Hobsbawm destaca o desenvolvimento de um conjunto de rituais ligados a tradição militarista: *...pavilhões para os festivais, mastros para as bandeiras, templos para oferendas, procissões, toques de sinetas, painéis, salvas de tiros de canhões...* (HOBSBAWM, 1984: 14).

Em outras palavras, no processo de construções das nações bem como historicamente estas se relacionaram, os feitos militares sempre tiveram um grande alcance simbólico. Diversos países tinham em suas Forças Armadas o “esteio” nacional, que mantinha não só a soberania nacional, mas também o estilo de vida do seu povo. Como exemplo temos o Exército Prussiano, o primeiro do mundo a se profissionalizar, e que representava muito mais do que uma simples força armada necessária para a defesa do país: representava a essência da sociedade prussiana. Temos também a Marinha Inglesa, responsável pela segurança do Império e que representava a própria Majestade Imperial. De modo que, ao lado das práticas militares, surgiram, em diversas regiões, a construção de uma história voltada para a realização de feitos militares, que serviram para incutir nas populações, a idéia de pertencimento.

A representação desses feitos históricos pode ser pensada de diversas formas. Le Goff explica que *Uma história é uma narração, verdadeira ou falsa, com base na realidade histórica ou puramente imaginária – pode ser uma narração histórica ou uma fábula*. O mesmo autor acrescenta que Marc Bloch *Considerava que a história não só deve permitir compreender o presente pelo passado – atitude tradicional -, mas também compreender o*

*passado pelo presente* (LE GOFF, 1984: 162). Afirma também que *...o historiador parte do presente para apresentar as questões do passado*”, resultando que *“o passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história* (LE GOFF, 2003: 25). Ou seja, o historiador corre o risco de descrever uma história que lhe é interessante, e mesmo inconsciente, devido principalmente ao seu lugar social ser levado a “ver” a história de uma forma muito própria.

No Brasil a história como suporte da idéia de nação começou a se escrita na primeira metade do século XIX, quando em 1838 foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Segundo José Carlos Reis, *a nação recém-independente precisava de um passado do qual pudesse se orgulhar e que lhe permitisse avançar com confiança para o futuro*. Prossegue ainda: *Era preciso encontrar no passado referências luso-brasileiras: os grandes vultos, os varões preclaros, as efemérides do país, os filhos distintos pelo saber e brilhantes qualidades, enfim, os luso-brasileiros exemplares, cujas ações pudessem tornar-se modelos para as futuras gerações* (REIS, 2002: 25).

Foi dessa forma que o Império começou a procurar no passado os seus heróis, tanto física como intelectualmente.

O advento da república mudou um pouco o rumo das representações históricas. Os antigos “heróis” do império foram descartados, pois havia o interesse principal de esquecer o passado imperial e os seu símbolos. A jovem república, que durante os primeiros anos de existência, sofreu de sérios transtornos na ordem nacional, precisava de vultos do passado para entronizar no “panteão sagrado” dos “heróis” da Pátria. Com isso, a última década do século XIX e as três primeiras décadas do século XX foram marcadas por uma intensa busca de relatos sobre as ações “heróicas” do passado.

O Exército Brasileiro também passava por um período de intensa mobilização nacional, rumo a profissionalização de seus quadros. Mas para ser profissional o exército necessitava que seus integrantes tivessem dedicação integral ao serviço dos quartéis, o que os obrigaria ao afastamento completo da vida política nacional. Como consequência, o Exército se dividiu em facções que eram contra ou a favor dessa profissionalização. Como forma de unir essas facções, escritores militares ou ligados as Forças Armadas, procuraram trabalhar fatos passados, com o intuito de unir as forças divergentes em torno de um projeto para a corporação. Nesse sentido, buscava-se construir referências ou exemplos para todos os que entrassem ou estivessem na carreira das armas.

Entende-se deste modo porque diversos autores debruçaram-se sobre os fatos ocorridos no sul da província de Mato Grosso durante a invasão paraguaia, levada a efeito

na guerra contra aquele país. Foram diversas obras, escritas num período de afirmação republicana e de profissionalização do Exército. Tinham como característica principal o fato exemplificar um caso de “sacrifício” pela pátria. Através deste mecanismo, pretendia-se que pudesse haver uma maior identificação dos soldados de então com os soldados do passado.

No âmbito das construções historiográficas regionais, as temáticas do alargamento e da defesa das fronteiras era destacada com outro objetivo. Seus registros buscava dar suporte a afirmação política de setores sociais aí residentes. O suposto heroísmo dos antepassados passou a ser grandemente explorado no sentido de dar a idéia de pertencimento do cidadão que, igualmente, via a participação de seus antepassados nos feitos “heróicos” como uma forma de identificação com essa história que lhes era apresentada. Neste contexto, as elites regionais aproveitaram-se então desse discurso, para poderem afirmar-se como reais descendentes dos líderes do passado, e com isso, garantir a “primazia de mando” sobre a região.

O objetivo desta dissertação é, no entanto, analisar o discurso presente em três obras escritas por autores militares, ou ligados ao exército, publicadas na década de 1920. Em comum, estas obras discutem fatos ocorridos no sul de Mato Grosso durante a ocupação do Exército Paraguaio, ocorrida entre os anos de 1864-1870. As três obras acima referidas são: **A epopéia da Laguna, comemoração que se impõe, dívida sagrada a resgatar**, escrita em 1920 por José Feliciano Lobo Vianna, coronel do Exército e professor da Escola Militar da Praia Vermelha e do Realengo; **A Epopéia de Mato Grosso no bronze da história**, escrita em 1926 por Pedro Cordolino de Azevedo, Capitão do Exército e também professor da Escola Militar do Realengo; e, finalmente, **Heroes Abandonados, peregrinação aos lugares históricos do sul de Mato Grosso**, escrita em 1925 por Armando Arruda Pereira . Neste caso, o autor era um civil que como 1º engenheiro inspetor da Companhia Construtora de Santos, foi responsável pela construção de vários quartéis do Exército no então sul de Mato Grosso.

O período a ser analisado esta compreendido entre os anos de 1906 e 1930, período em que as ações em busca de um maior aparelhamento do Exército estiveram na pauta das decisões, não só dentro do aparelho militar, mas em diversos setores da sociedade brasileira.

Desde a independência do país, que o Exército sempre esteve relegado a um segundo plano em relação aos outros setores da vida pública brasileira. Durante todo o século XIX, o governo imperial e a população brasileira só reconheceram a necessidade de se ter uma força pronta para a defesa territorial durante a guerra contra o Paraguai. Terminada a contenda, o Exército foi novamente relegado a um segundo plano.

O ano de 1906 representou o início de medidas realmente práticas no sentido de dotar o Exército de meios pessoais e materiais para que pudesse manter um mínimo de operacionalidade e que pudesse cumprir efetivamente as missões que pudessem lhe ser confiadas. Dentre as principais medidas destacam-se as seguintes: no ano de 1906 foram realizadas as primeiras manobras militares com a participação de todos os quartéis localizados na capital federal, sob a direção do Marechal Hermes da Fonseca, então Ministro da Guerra; Neste mesmo ano, foi firmado um acordo entre o governo brasileiro e o governo alemão, para que oficiais brasileiros estagiassem no Exército daquele país, considerado o mais bem organizado do mundo.

No outro extremo do período, o ano de 1930 representa praticamente o final desse período de intensa transformação que se realizou na instituição militar.

Pretende-se aprender do material estudado quais os elementos mais significativos na constituição e afirmação de certo discurso histórico. Igualmente, procura-se responder em que medida ele se torna em instrumento simbólico e que papel ele exerce na redefinição de um novo espaço político. Não se trata de rever a história do Exército Brasileiro na defesa da fronteira, mas entender qual o sentido que, naquele contexto, fatos históricos foram retomados por representantes de determinados setores militares.

A perspectiva que se procurará perseguir é a indicada por Chartier segundo o qual o discurso – no caso o historiográfico – pode ser um instrumento de dominação. Em suas palavras, *As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza* (CHARTIER, 1991: 17). Com essa afirmação podemos ver que o discurso pode ser um forte instrumento de legitimação e que deve ser analisado, a fim de se verificar a intenção existente por trás de cada palavra escrita, o objetivo do grupo responsável pela sua elaboração, e a representação que está se tentando impor.

Ainda segundo Chartier: *...a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é* (CHARTIER, 1991: 20). Podemos constatar então que, através do discurso pode-se representar uma imagem de forma a conduzir uma interpretação para ser utilizada com um real instrumento de outras finalidades. A memória de um segmento social pode ser utilizada como recurso para

justificar a construção de uma determinada corporação, bem como o sentido de sua existência

O texto que se segue está em duas partes, cada uma composta por dois capítulos: na primeira apresenta-se como se constituiu o Exército Brasileiro até a década de 1920. Para tal, dividiu-se em dois capítulos, o primeiro visando ambientar o leitor com a trajetória histórica do Exército; o segundo capítulo indica, também numa perspectiva histórica a formação de seus quadros. Na segunda parte aborda-se, no terceiro capítulo, os autores militares, suas obras e seus vínculos institucionais; reservando-se ao quarto capítulo a discussão sobre a influencia das obras no processo de profissionalização militar ocorrido no início do século XX.



## **PARTE I**

### **O EXÉRCITO BRASILEIRO E A FORMAÇÃO MILITAR**

*A relação entre civis e militares forma o principal componente institucional da política de segurança militar.*

Samuel P. Huntington. *O Soldado e o Estado.*

## CAPÍTULO PRIMEIRO

### O EXÉRCITO BRASILEIRO

Seria um grande erro falar em Exército Brasileiro antes da independência, posto que a então estrutura militar existente estava ligada a monarquia portuguesa, a quem os oficiais, a grande maioria portugueses, deviam lealdade. Mesmo após a independência, nos primórdios da constituição do Exército, foi forte a influência portuguesa dada a permanência de generais daquele país em seu comando.

Antes de 1822, as forças militares terrestres presentes nos territórios coloniais portugueses na América, eram divididos em três grupos: As tropas de 1ª Linha, que ... *caracteriza-se por ser regular e representa a principal base de sustentação do poder metropolitano* (CORREA, 1976: 60); segundo Nelson Werneck Sodré, as tropas de 2ª linha, também conhecidas como *ordenanças*, *continuaram a ser uma força territorial, gerada a base da estrutura econômica, política e social da população, nas áreas antigas, atendendo a eventuais ameaças afastadas, mobilizando-se apenas em face de circunstâncias que a isso obriguem*, já as tropas de 3ª linha, ou milícias, eram *recrutadas no país, isto é, na colônia, no que diz respeito aos soldados e, depois, aos postos inferiores de oficiais, tendem para a organização permanente, colocam-se sempre nos locais ou zonas em que há perigo mais próximo de ameaça interna ou externa, aquela em primeira urgência e principal, cercam as autoridades e mandatários metropolitanos, assegurando-lhes o exercício funcional* (SODRÉ, 1979: 47) .

Dessa forma, verificamos a existência de tipos de tropas diferentes das regulares. As milícias, ou tropas de 2ª linha, que eram permanentes, representavam o poder colonial, principalmente nas regiões de fronteira, onde serviam para a defesa territorial e para se fazer cumprir as ordens dos mandatários da metrópole. As ordenanças eram tropas irregulares, composta basicamente por cidadãos residentes no local da crise, sua mobilização era mantida até que cessassem os motivos para tal, quando eram desmobilizadas e seus integrantes voltavam a sua vida normal.

As tropas regulares, ou de 1ª linha, em geral, eram constituídas por portugueses. Ficavam localizadas nos grandes centros, principalmente para manter as autoridades locais, mesmo as metropolitanas, sob vigilância. A sua lealdade era devida exclusivamente ao Rei de Portugal, segundo Coelho (2000), elas estavam *destinadas às atividades de repressão*

*das fraudes ao fisco e do contrabando, à compreensão política e ao serviço da guarda pretoriana*<sup>1</sup> dos vice-reis, era-lhes hostil a população da colônia (COELHO, 2000: 49).

A independência política em relação a Portugal não significou uma mudança real na administração do Brasil. Francisco Adolfo de Varnhagen, considerava que *a independência não foi prejudicial porque garantiu a continuidade do Brasil colonial no nacional: um Brasil português, O Brasil continuava português, imperial e ainda por cima independente! A nação brasileira seria construída racionalmente pelo Estado Imperial, autoridade indiscutível, absoluta, e ainda a independência não foi problemática porque o Estado não foi comprometido: continuava nas mãos da dinastia de Bragança* (REIS, 2000: 47), ou seja, só mudou o nome do país.

Como consequência no Exército Brasileiro não poderia acontecer de forma diferente, segundo José Murilo de Carvalho, o Exército nascido com a independência, *...foi o que herdou mais plenamente a tradição européia* (CARVALHO, 2005: 15). Em outros termos, manteve-se a estrutura colonial, com os postos superiores ainda em mãos de portugueses que resolveram permanecer no Brasil. Isso se refletiu na antipatia que a população do jovem país teve com o seu Exército, que na verdade era mais relacionado a antiga “Guarda Pretoriana” do Rei de Portugal do que com o seu nascente Exército Brasileiro. Esse Exército, fiel as tradições européias que herdou, tinha mais fidelidade ao Imperador, português de nascimento, do que a Nação. Nelson Werneck Sodré também destaca essa característica inicial do Exército Brasileiro: *A estrutura militar oficial anterior a independência, e que, como estrutura, sobreviveu a independência, se caracterizava, entre outras coisas, pela discriminação contra os elementos nativos* (SODRE, 1979: 87), ou seja, por ocuparem as altas posições na hierarquia militar, os portugueses<sup>2</sup>, que passaram a se designados como brasileiro “adotivos”, discriminavam os nascidos na ex-colônia, não lhes dando qualquer oportunidade de ascensão na hierarquia militar; o máximo que os “nativos” conseguiam eram as funções de oficiais subalternos<sup>3</sup>, sem nenhum poder de decisão ou de participação política.

O resultado foi a difícil relação entre o jovem Exército e a classe oligárquica que havia patrocinado a independência e se viu afastada do poder pelo Imperador. Os

---

<sup>1</sup> Alusão comparando o Exército Colonial Português as tropas Pretorianas de Roma diz respeito ao fato de que estas eram leais ao Imperador, cujas vontades deveriam prevalecer sobre qualquer outra.

<sup>2</sup> Dos 46 oficiais gerais existentes no Exército Brasileiro de 1840, 22 eram nascidos em Portugal e tinham feito toda as suas carreiras no Exército Português; dos restantes, havia alguns que, mesmo nascidos no Brasil, tinham passado a maior parte de suas vidas em Portugal e prestando serviços a coroa portuguesa (SOUZA, 2004).

<sup>3</sup> Alferes e Tenentes.

representantes dessa classe não viam o Exército como seu representante, mas como um instrumento de poder do imperador, passando a ser tratado como um inimigo a mais a ser afastado. Dessa forma, o Exército se viu completamente abandonado pela classe oligárquica que fugiu dos seus quadros e o Exército manteve a sua força bem abaixo dos limites considerados básicos para o cumprimento de sua missão principal, a defesa territorial brasileira. No projeto constitucional de 1823<sup>4</sup>, a classe política que começava a se organizar, previu a necessidade de se manter um rígido controle sobre o Exército, atribuindo a Assembléia Legislativa o controle quanto ao seu emprego em questões de política interna. Havia ainda a intenção de dividir o controle da organização militar com os presidentes das províncias, dando-lhes controle sobre os comandantes militares. Era uma clara tentativa das oligarquias em retirar das mãos de um imperador “adotivo” o completo controle sobre um Exército comandado, em sua maioria, por oficiais “adotivos” ou mercenários, que poderia se tornar num grande instrumento de afirmação absolutista (COELHO, 2000).

Nelson Werneck Sodré (1979), afirma que a Constituição de 1824 procurou definir as linhas gerais da estrutura militar oficial. As três linhas continuariam a existir: a primeira, composta da tropa regular e paga, só que agora destinada a defender as fronteiras e nelas estacionar; a segunda, composta por milícias, eram incumbidas de manter a ordem pública nas comarcas de onde não poderiam se afastar; somente em caso de invasão estrangeira ou de rebelião poderia o governo afasta-las de suas funções principais; e por último, as ordenanças, que ainda mantinham as mesmas funções do período colonial.

Em 1º de dezembro de 1824, um decreto do imperador dava nova face ao Exército: A tropa foi dividida em 1ª a 2ª linhas; os elementos das três armas, infantaria, cavalaria e artilharia, que se encontravam reunidos organicamente, foram definitivamente separados. Foram criados batalhões especializados, como os de caçadores e granadeiros<sup>5</sup> na infantaria e de posição e montada na artilharia; havia também a previsão de batalhões de mercenários. Esse decreto também previa uma quantidade básica de batalhões para cada arma: na 1ª linha, eram previstos 35 batalhões de infantaria, sendo quatro de granadeiros, vinte e sete de caçadores e ainda quatro de mercenários, sendo estes últimos igualmente divididos em granadeiros e caçadores. A cavalaria possuía sete regimentos e dezessete corpos de artilharia, sendo doze de posição e cinco montados. Na 2ª linha, não havia

---

<sup>4</sup> Cabe destacar que esse projeto constitucional foi recusado pelo imperador, que dissolveu a Assembléia e em 1824 outorgou uma constituição de moldes absolutista.

<sup>5</sup> Esses tipos de batalhões diferenciavam-se basicamente pelo armamento utilizado e nas táticas de combate.

previsão de artilharia, mas a infantaria contava com cinquenta e dois batalhões de caçadores e a cavalaria compreendia vinte e seis regimentos (SODRÉ, 1979). Essa disparidade de efetivos entre a primeira e a segunda linha já nos leva a prever a intenção das forças dominantes em relegar as forças regulares a um plano inferior. Sodré ainda destaca que *mesmo as unidades de 1ª linha contavam só com o casco; as unidades de 2ª linha, para operarem nas comarcas, isto é, para corresponder às suas fins, mais políticas que militares, tinham estrutura mais real* (SODRÉ, 1979: 91).

Convém destacar também a forte presença de mercenários em meio às fileiras do Exército Brasileiro. Para muitos eles representavam a escória de seus países e não possuíam nenhuma identificação com a bandeira que defendiam; eram interessados apenas nos ganhos materiais, e com isso, sua única fidelidade era com quem lhes pagava o soldo. Embora alguns tenham contrariado essa regra (podemos destacar as figuras de Mallet, Leverger, entre outros), no geral, a existência de mercenários pouco contribuiu para os objetivos da Nação, servindo mais a interesses políticos do que de defesa da soberania (SODRÉ, 1979).

Uma nova fixação de forças deu-se em 1830, quando foi estipulado um efetivo de 12 mil soldados, incluídos aí um grande número de portugueses deixados por D. João VI. Esse efetivo era dividido em 30 batalhões de infantaria, 7 regimentos de cavalaria e 17 corpos de artilharia. Para uma população estimada em 4,5 milhões de habitantes, o exército correspondia a menos de 0,03% (MALAN, 1988).

O fim do primeiro império marcou a ascensão política da oligarquia que havia participado do movimento de independência e que tinha sido afastada desse poder pelo primeiro imperador. Dessa forma, essa oligarquia não nutria sentimentos de simpatia ao Exército e via na instituição um perigo à sua hegemonia de poder. Por isso, tudo fez para desacreditá-lo perante a nação.

No período regencial (1831-1845) a existência de um exército permanente, profissional e disciplinado passou a ser abertamente combatida pelos novos mandatários da nação. Se a missão principal do exército, conforme o Art 229 do projeto constitucional de 1823, era *manter a segurança externa e será por isso estacionado nas fronteiras* (COELHO, 2000: 74), havia a necessidade de se criar uma força capaz de prover a segurança interna nas províncias do Império. Dessa forma, a Regência criou, já em 1831, a Guarda Nacional, subordinada a um ministério civil, o da Justiça, à qual cabia a seguinte missão:

*...defender a Constituição, a liberdade, a independência e integridade do Império, manter a obediência às leis, conservar e estabelecer a ordem e tranqüilidade públicas e auxiliar o exército de linha na defesa das fronteiras e costas (COELHO, 2000: 55).*

Também o universo de voluntários era bem diferente dos destinados ao Exército:

*...nela eram obrigadas a servir todas as pessoas com renda anual superior a 100\$000 , entre idades de 21 e 60 anos. Havia dispensa apenas para os militares, clérigos e oficiais de justiça (CARVALHO, 2005: 21).*

Na verdade, a Guarda Nacional foi criada para ser um instrumento de controle e afirmação das oligarquias regionais que, ao assumirem o controle do aparelho do Estado, se armaram com um instrumento de força capaz de fazer valer seus interesses dentro do território nacional, já que não confiavam no Exército (NOVAIS, 1995: 80).

Dessa forma, o Exército passou a ser relacionado com o antigo *status-quo* do regime tanto colonial quanto do primeiro império, isto é, algo não genuinamente brasileiro. Segundo Edmundo Coelho (2000), as atenções do novo regime foram direcionadas para a Guarda Nacional e o Exército foi abandonado a própria sorte. Os gastos militares foram severamente reduzidos ao ponto que, na maioria dos quartéis, faltavam as condições básicas para a sobrevivência dos soldados, que também tiveram seus efetivos reduzidos a níveis muito abaixo daqueles existentes por ocasião da independência. Como consequência, o recrutamento, que era por voluntariado, se tornou tão escasso que o governo passou a tomar medidas que tornariam ainda mais impopular a existência do Exército Brasileiro. Um decreto de 1835, que definia o recrutamento de “voluntários” para o Exército, determinava que, no caso de o voluntariado ser inferior as necessidades do Exército poderia se providenciar um recrutamento forçado, tratando o “voluntário” como se fosse um criminoso. Carvalho descreve muito bem a realidade do recrutamento realizado por esse decreto:

*...proceder-se-á a um recrutamento forçado e o recrutado servirá por seis anos, receberá somente soldo simples, será conduzido preso ao quartel e nele conservado em segurança até que a disciplina o constitua em estado de se facultar maior liberdade (CARVALHO, 2005: 19).*

Ou seja, o cidadão que fosse recrutado a força seria privado até do direito de liberdade, sendo mantido preso no quartel até que estivesse mais resignado com a sua condição de “convocado”.

Diante desse decreto, a população passou a se valer de diversos artifícios para se livrar do recrutamento, ...*fuga, automutilação, resistência armada, falsificação de documentos, casamentos de ultima hora, tudo servirá na profusão de estratégias de evasão de recrutáveis* (MENDES, 2004: 125). Em outros termos, formou-se um abismo entre o Exército e o país a que servia, e o resultado seria sentido nos anos que se seguiram.

Esse abismo seria sentido no relacionamento de disputa que passou a existir o setor militar e os outros setores da sociedade brasileira. Esse antagonismo mostrou-se, mais tarde, extremamente maléfico para a política externa brasileira.

No período regencial, essa relação foi de extremo descaso para com o Exército, especificamente, já que a Marinha manteve a projeção social que tinha durante o período colonial, e continuou a ser vista de uma maneira que Sodré (1979) classificou como “*atividade enobrecedora*”. O motivo talvez tenha sido o fato que na Marinha existia uma distância muito grande entre os oficiais e as praças; no Exército, esta distância era um pouco menor, tornando os oficiais, pelo menos os subalternos, mais suscetíveis as aspirações das classes mais pobres, com quem conviviam no seu dia-a-dia. Huntington destaca que:

*As questões operacionais imediatas de política militar normalmente envolvem:*

*(1) questões quantitativas dos efetivos, recrutamento e manutenção das Forças Armadas, incluindo a questão fundamental da proporção de recursos do estado consignados às necessidades militares;*

*(2) questões qualitativas de organização, composição, equipamentos e desdobramento das Forças Armadas, incluindo os tipos de armas e material bélico, localização de bases, programas de ação com aliados e questões semelhantes; e*

*(3) questões dinâmicas da utilização de Forças Armadas, como saber quando e em quais circunstâncias terá uma força que ser levada a ação* (HUNTINGTON, 1996: 20).

Todas as questões relacionadas por Huntington foram negligenciadas durante o regime regencial e mesmo após o início do segundo império, apenas algumas receberam alguma atenção do Imperador. O resultado foi que a baixa oficialidade<sup>6</sup>, que não tinha relação com o regime, se via sem condições de preparar a tropa para a sua missão

---

<sup>6</sup> Alferes, Tenentes e Capitães.

principal. A tropa por sua vez, era constituída do que Sodré (1979) chamou de “a escória da sociedade”, e não poderia ser diferente, considerando-se que a situação dentro dos quartéis era de extrema penúria; o soldo e o fardamento atrasavam anos, o que levava ao afrouxamento da disciplina. Ainda segundo o mesmo autor, os oficiais de patentes mais elevadas chegavam até a prejudicar os seus soldados, com empréstimos extorsivos, com fundos levantados, às vezes, dos soldos retidos dos próprios soldados. O período também foi marcado por diversas reformas que muito pouco contribuíram para o desenvolvimento da instituição; Segundo Malan (1988), foram três reformas em nove anos (1831, 1833 e 1839), o que comprova a inexistência de um planejamento racional da regência visando a defesa nacional.

O advento do Segundo Império pouco significou de mudança para a estrutura militar do país. A política de recrutamento para o exército continuou a ser vista como um castigo para o cidadão. Sodré (1976) destaca que era necessário um atestado de bons antecedentes para que o cidadão fosse dispensado do serviço militar; Por sua vez, Mendes relata que nas listas de recrutamento incluíam justificações de natureza moral sobre os motivos de recrutamento, tais como: “*vive em público adultério*”, “*diz que socorre a mãe, mas vive em público concubinato*”, “*aventureiro*”, “*vadio de profissão*”, “*carpinteiro, mas mau de comportamento*” (MENDES, 2004: 128); Em outras palavras, o serviço militar era, antes de tudo, uma forma de punir o cidadão, enviando-o para uma organização que não gozava de nenhum prestígio no país.

O quadro anteriormente exposto nos dá uma idéia de como a Guerra contra o Paraguai pegou o Exército completamente despreparado para um conflito de longa duração contra um exército nacional de grandes proporções, como era o exército paraguaio. O efetivo de 18.320 homens existentes em 1864 era insuficiente para fazer frente a um exército paraguaio de cerca de 80.000 homens. Segundo Doratioto (2002) a Guarda Nacional, embora com um efetivo de 440.972 homens, não estava em condições de reforçar imediatamente o exército pois os seus efetivos não tinham instruções básicas de combate, e seus comandos priorizavam atividades para-policiais em detrimento da instrução militar. Além do mais, a Guarda gozava de certas prerrogativas, segundo as quais seus integrantes não podiam ser convocados para prestar serviços nas tropas de 1ª linha. O mesmo autor afirma ainda que essas prerrogativas foram canceladas por um decreto imperial de 1865, transformando-a no que Mendes (2004) classificou como uma *corporação com funções puramente ritualísticas*.



Durante a campanha contra o Paraguai (1864-1870), o efetivo do Exército Brasileiro cresceu de maneira a capacitar o cumprimento das missões de guerra. Segundo Francisco Doratioto (2002), contando com os Corpos de Voluntários da Pátria<sup>7</sup>, foram reunidos cerca de 139.000 combatentes. Ressalte-se que a formação de batalhões em cada canto do país, sem nenhum controle central, ocasionou uma confusão entre a tropa, pois cada batalhão era criado pelo Presidente de sua província, satisfazendo apenas o seu ego e as suas vontades. O resultado foi a aparição em combate de unidades bem diversas, com uniformes diferentes, organização diferentes e com numeração iguais. Após a grande batalha de maio de 1866, travada em Tuiuti, o então Barão de Caxias, ao assumir o Comando das tropas brasileiras, determinou uma reorganização total nos efetivos. A sua primeira decisão foi reorganizar o próprio comando, criando um estado-maior mais eficiente. Em seguida reorganizou as unidades combatentes, dando-lhes nova organização e numeração, extinguiu unidades que estavam com o seu efetivo muito reduzido, devido principalmente as baixas de combate e as doenças, e distribuiu os remanescentes entre as outras unidades. Com essas mudanças, o exército estava apto a dar continuidade as operações de guerra (DORATIOTO, 2002). O resultado final foi a diversificação das origens dos militares que passaram a compor as unidades de combate, resultando numa mistura que para muitos autores foi fundamental para que o Exército realmente se tornasse brasileiro.

Finda a guerra contra o Paraguai, o governo imperial novamente relegou o exército a um plano bem secundário dentre as suas prioridades. Porém, o Exército havia adquirido uma consciência nacional e passou a ressentir-se do completo ostracismo para o qual foi relegado, pois pela primeira vez, o país tinha se mobilizado em torno de uma causa contra um inimigo externo e a guerra não tinha sido só da monarquia (Alambert, 1998). Essa nova concepção de Estado-Nação nasceu com a guerra e com ela um novo papel para as forças armadas; paulatinamente surgia um novo ator na vida política nacional, o Oficial Militar. Trata-se de um novo tipo de oficial, *definido por um autoritarismo progressista, defensor da abolição da escravatura* (MOTA, 1995: 47). Contudo, o governo imperial percebeu a grande ameaça que essa nova característica das Forças Armadas representavam à sua existência; novamente o efetivo e o orçamento direcionado ao Exército voltaram aos níveis de antes da guerra, e o Exército continuou a ser visto como organização sem função específica ou mesmo uma instituição dispensável (COELHO, 2000).

---

<sup>7</sup> Corpos criados a partir do anos de 1864, composto basicamente por voluntários civis, sem nenhuma instrução militar, comandados por autoridades regionais, ou indicados por elas, que tinham como objetivo apenas serem utilizados durante a guerra.

Porém a guerra havia operado grandes transformações no Exército. Ela serviu de ponto de partida para o processo de nacionalização e profissionalização militar. Segundo Bethell:

*a guerra (do Paraguai) produziu pela primeira vez no Brasil, um exército moderno e profissional, interessado em desempenhar um papel político;*

Destaca ainda:

*A ligação entre a Guerra do Paraguai e o golpe militar de 1889, que estabeleceu a República no Brasil, é demasiadamente conhecida (BETHELL, 1995: 22).*

Dentre as transformações que a guerra promoveu no interior da instituição, destaca-se a sua crescente profissionalização e suas conseqüências.

Contudo, começavam a surgir divisões dentro da estrutura do corpo de oficiais. A reforma iniciada em 1850, que excluía do acesso ao oficialato pessoas que não tivessem curso superior, começava a dar os seus frutos. Bem certo que os cursos militares ainda apresentavam uma maior carga horária voltada para as ciências do que para a instrução militar propriamente dita, mas serviu para a formação de um corpo composto por oficiais mais independentes do Imperador, com vontades políticas próprias. Porém, a deficiente instrução militar resultou que, na guerra contra o Paraguai, os oficiais com curso superior não demonstrassem grande capacidade de comando, passando a sofrer de desconfiança da tropa. Isso abriu caminho para que oficiais sem curso superior, formados na tropa e com experiência de combate, se destacassem no comando, galgando com isso os mais altos postos da hierarquia militar. Conhecidos como *tarimbeiros*, foram eles quem conduziram as operações de guerra e, no pós-guerra ocuparam os postos chaves na instituição<sup>8</sup>.

Dessa forma, constituíram-se dois grupos principais, interessados em manter a supremacia dentro da instituição. De um lado, havia o grupo conhecido como *tarimbeiros*, composto principalmente por oficiais sem curso superior, que deviam suas patentes ao Imperador, em virtude de nascimento nobre ou como recompensa por lealdade política ou ainda por bravura demonstrada em combate; De outro, estavam os *bacharéis*, ou *científicos*, formados nas escolas militares, e que no pós-guerra compunham-se mais frequentemente por membros da classe média, que passaram a ver o Exército como uma

---

<sup>8</sup> Segundo Carvalho (2005) Deodoro dizia que seu único benfeitor havia sido Solano Lopez, a quem devia sua carreira militar, numa clara alusão ao fato de não possuir título de bacharel e de ter sido promovido unicamente por suas ações em campanha.

opção para alcançar bons empregos e oportunidade de ascensão social e política. Esse grupo via o Exército também como responsável pelos destinos da Nação, fazendo severas críticas à distribuição do poder político do país.

Apesar das diferenças políticas, tanto *bacharéis* quanto *tarimbeiros* tinham em comum um extremo nacionalismo com o qual pretendiam fossem conduzidas a vida política brasileira. Além do mais, a guerra havia produzido um certo corporativismo, que começava a minimizar as diferenças existentes entre as facções. Dessa forma, os oficiais do Exército começaram a cobrar da sociedade uma retribuição ao que Coelho classificou como *tributo de sangue vertido em defesa da Nação* (COELHO, 2000: 61), e como retribuição esses novos militares passaram a exigir uma maior atenção para com o Exército Brasileiro.

No pós-guerra, os comandantes militares ressentiam-se do fato de que as grandes dificuldades que o setor militar havia passado para mobilizar um exército de cerca de cento e trinta mil homens, capaz de enfrentar uma guerra de longa duração, havia caído no esquecimento. Diante disso, propugnavam que o Exército estivesse melhor preparado para guerras futuras. Os *tarimbeiros* pregavam a necessidade da formação de um exército forte, profissional e apto para desempenhar satisfatoriamente a sua missão de defender a integridade física do país foram eles que haviam comandado o exército na guerra e não queriam se ver novamente envolvidos num conflito amparados por uma força despreparada. No outro extremo da disputa estavam os *bacharéis*, formados na Escola Militar, que pregavam uma maior participação política dos integrantes do Exército; para estes, os militares deviam ser os condutores de um novo regime, de preferência um regime republicano, o qual já se conspirava implantar no país. Dentre os *bacharéis*, havia um grupo com idéias que pregava mudanças ainda mais radicais, os *positivistas*, discípulos do professor Benjamin Constant. Pacifistas atuantes, pregavam a paz mundial e, conseqüentemente, o fim dos exércitos de todos os países; eram contra a existência de um Exército profissional, e a favor de uma milícia, composta de cidadãos politicamente formados, pronta para ser mobilizada rapidamente, a fim de ser empregada para a defesa do país. Por fim, havia ainda os *monarquistas*, inteiramente ligados ao regime, a quem não interessava um Exército forte, impregnado de idéias republicanas, e capaz de fazer frente à oligarquia reinante. Eram favoráveis ao retorno a situação que existia antes da guerra, ou seja, uma força fraca, sem prestígio e desarticulado, onde pudessem manter os seus privilégios. Para evitar os gastos com a defesa, esses chefes militares usavam do argumento de que havia as dívidas contraídas com a guerra, que tornavam o Exército um

fardo pesado para o Império. Resumidamente seriam estes os grupos que, nos anos que se seguiram a guerra, começaram a disputar a supremacia dentro da força terrestre.

No início a disputa limitou-se aos muros dos quartéis e da Escola Militar. A jovem oficialidade (oriunda da classe média e gerada pela Escola Militar) passou a debater abertamente com os seus comandantes (ligados a nobreza e sem formação militar) os destinos da instituição. Durante algum tempo, esse debate se manteve de forma leal e com pouca interferência do regime. Isso se devia, principalmente, ao fato de que todos ainda se submetiam a autoridade do Duque de Caxias, monarquista, conservador, e que ainda gozava de intenso respeito, tanto de tarimbeiros como de doutores. Com a sua morte, ocorrida em 1880, criou-se um vácuo de poder dentro do Exército. Poucos tinham o prestígio que ele gozava. Esse prestígio ficou claro quando, no auge da Questão Militar (1884), o Marechal Deodoro (tarimbeiro) escreveu uma carta ao Barão de Cotegipe (monarquista) dizendo que *se ainda vivesse Caxias, fatos de tal natureza certamente não se dariam* (COELHO, 2000: 64). Certamente, este prestígio demonstra não só a confiança que a tropa tinha em Caxias, mas também o respeito que a classe política o dispensava. A falta de um militar que fosse capaz de substituir Caxias como líder da instituição foi finalmente resolvida com o conjunto de acontecimentos que ficaram conhecidos como “A Questão Militar”, que opôs os militares e a classe política dominante.

A Questão Militar começou em 1884 quando o Coronel Sena Madureira, comandante da Escola de Tiro de Realengo, recebeu em visita na sua escola o jangadeiro Francisco do Nascimento<sup>9</sup>, um dos artífices da libertação dos escravos da província do Ceará, que viera a corte e convite de grupos abolicionistas. Na visita, Sena Madureira concedeu honras militares a Francisco Nascimento, sendo severamente repreendido por seus superiores.

Nova etapa dessa disputa ocorreu em 1886, quando o Coronel Cunha Matos, em inspeção a tropa estacionada na província do Piauí, verificou a existência de diversas irregularidades administrativas e acusou o Capitão Pedro José de Lima como principal

---

<sup>9</sup> Também conhecido como *Dragão do Mar*, Francisco Nascimento tornou-se notório a recusar-se a transportar, em sua jangada, escravos destinados ao tráfico interno, visto que o tráfico internacional estava proibido e essa era a única fonte de escravos para as plantações de café do sul do país. Sua recusa rapidamente se alastrou pelos outros jangadeiros, responsáveis pelo processo de carga e descarga do porto de Fortaleza, o qual não possuía cais e os navios ficavam ancorados ao largo e sua carga era transportada para a praia pelos jangadeiros. Diante dessa situação, toda sociedade cearense se mobilizou e esse movimento culminou com a libertação dos escravos na província do Ceará cinco anos antes do decreto nacional.

responsável pelas irregularidades<sup>10</sup>. Essas disputas se perderiam nos trâmites administrativos do Exército não fosse o envolvimento político de seus protagonistas.

A terceira etapa dessa disputa deu-se quando políticos ligados ao regime fizeram uma série de pronunciamentos na Câmara e publicaram artigos em jornais atacando os oficiais envolvidos. Um desses pronunciamentos envolveu o Coronel Sena Madureira, que na ocasião se encontrava no Rio Grande do Sul. Este prontamente rebateu os ataques através de um artigo publicado no jornal republicano *A Federação*, dirigido por Júlio de Castilho. Nesse artigo, Sena Madureira, entre outros assuntos, atacou o Senador Franco de Sá, ex-ministro da Guerra, que o havia punido no caso com o Jangadeiro Francisco Nascimento. O Ministro da Guerra, Alfredo Chaves encaminhou uma punição de Sena Madureira a seu superior, o Marechal Deodoro da Fonseca, Comandante Militar no sul. Este, por sua vez, recusou-se a aplicar a referida punição, entendendo que Sena Madureira não havia cometido qualquer transgressão da disciplina prevista no regulamento e que tal punição era unicamente de caráter político.

Diante da recusa de Deodoro, Franco de Sá e seus correligionários pressionaram o Chefe do Gabinete, o Barão de Cotegipe, a intervir no caso, que começava a crescer e a tomar espaço na mídia e nas discussões políticas. O fato é que o setor militar se uniu em torno de Deodoro, o qual recebeu apoio até de adversários políticos, como o Barão de Jaceguai e do Visconde da Gávea, que abandonaram os cargos que tinham no gabinete para se aliar aos seus camaradas de farda. A Cotegipe não restou outra alternativa senão demitir Deodoro do Cargo de Comandante das Armas da Província do Rio Grande do Sul; este, ao deixar o cargo, recebeu diversas mostras de apoio de toda a oficialidade do sul, e ao chegar ao Rio de Janeiro, foi recebido com honras por toda a guarnição da Corte.

A Questão Militar não acabou por aí, ainda permaneceram as discussões a respeito das punições aplicadas (e que seriam anuladas posteriormente) e do respeito do setor militar. Mas o elo estava quebrado e havia sido retirado o último sustentáculo do regime.

Aos poucos Deodoro se transformou no líder apto a substituir o Duque de Caxias na missão de unir as idéias antagônicas dentro da instituição. Deodoro também havia sido um líder na guerra, mas não gozava do mesmo respeito da monarquia, e pela qual também não tinha a lealdade dispensada pelo Duque. O regime já vinha promovendo uma série de medidas que visava fazer o exército retornar ao estado em que se encontrava antes da guerra, entre elas, a transferência de unidades para pontos distantes do país, o afastamento

---

<sup>10</sup> Irregularidades que envolviam negociatas com os soldos das praças e com os prêmios dos voluntários e engajados.

de lideranças militares dos centros políticos, o fortalecimento da Guarda Nacional, a redução drástica do efetivo e dos gastos com a defesa. Registre-se também que o Ministério da Guerra<sup>11</sup> durante todo o segundo império esteve, na maioria das vezes, liderado por civis (dos sessenta e três ministros desse período, trinta e sete eram civis). Por outro lado, a inexistência de um estado-maior fazia com que função de comando tivesse puramente caráter político, sem qualquer vinculação com a realidade existente dentro dos quartéis (COELHO, 2000). Percebe-se então, que a indicação de um civil para o Ministério da Guerra, além de ser uma afronta aos militares, desvincula completamente o ministro da realidade existente dentro da caserna, tornando-o inacessível aos interesses da instituição como um todo.

Dessa forma pode-se concluir que foi a própria monarquia quem criou o ambiente necessário para a união das forças antagônicas dentro do Exército. Para Sodré (1979), a Questão Militar acabou fazendo com que todas as facções presentes dentro do Exército se unissem em torno de Deodoro para “lavar a honra” da Instituição. Também para Coelho (2000), ela resolveu o problema de liderança que se havia instalado no Exército depois da morte de Caxias, pois consolidou Deodoro como líder aceito por todas as facções internas. Na mesma direção, Carvalho (2005) afirma ainda que a Questão Militar criou o chamado “*esprit de corps*”, suplantando temporariamente as divergências existentes entre *tarimbeiros* e *bacharéis*.

Esta união, aliada a diversos outros fatores, favoreceu as condições que levaram à abolição da escravidão e, finalmente, ao golpe da República. A Questão Militar havia antagonizado o Exército e a Monarquia, que se viu sem o seu principal sustentáculo de manutenção do poder, abrindo caminho para abolicionistas e republicanos.

Contudo, a união das facções militares não durou muito. Deodoro, eleito primeiro presidente, não permaneceu na presidência nem um ano, pois não conseguiu manter o setor militar unido em torno de seu projeto de governo. Em seu lugar assumiu o seu vice, o também Marechal Floriano Peixoto.

Em termos profissionais, Floriano representava o oposto de Deodoro. Oficial formado na Escola Militar, era da arma de artilharia, considerada de “elite” dentro das existentes na escola. Por conseguinte, representava o grupo dos *bacharéis* e a linha que pregava a participação do Exército na vida política nacional. Nesse sentido, imediatamente tratou de acabar com toda oposição dentro das forças armadas e de políticos regionais. Para

---

<sup>11</sup> Correspondente ao atual Comando do Exército.

isso, debelou todas rebeliões ocorridas durante o seu mandato com punho de ferro, o que lhe valeu vários títulos, como “Marechal de Ferro” ou de “Consolidador da República”. O fato é que seu governo foi repleto de manifestações e de assassinatos de opositores tanto militares quanto civis. Com o fim do governo de Floriano Peixoto, assumiu o civil Prudente de Moraes, que instaurou o regime oligárquico, presente durante toda a “República Velha” e que foi duramente combatido pelos militares.

Os governos civis também deram pouca importância ao aparelhamento do Exército, e no final do século XIX, a força novamente teve que enfrentar um conflito armado sem o preparo ideal para o cumprimento de sua missão. Nos combates realizados contra os seguidores de Antonio Conselheiro, entrincheirados no arraial de Canudos, localizado no sertão baiano, as forças militares apresentaram as mesmas falhas que ocorreram na guerra contra o Paraguai. A tropa estava despreparada, os chefes se mostraram completamente despreparados para conduzir as operações, desprezando qualquer informação sobre o inimigo e o terreno onde se desenvolveriam as operações, além do ambiente desfavorável ao suprimento das tropas em operações. Conseqüentemente, três expedições foram derrotadas pelos sertanejos. Além disso, os componentes da quarta expedição apresentaram um completo despreparo psicológico para derrotar os sertanejos, promovendo um verdadeiro genocídio até hoje considerado uma das piores páginas da história militar brasileira.

As experiências colhidas em Canudos serviram para que os chefes militares percebessem a necessidade de preparar melhor tanto os seus oficiais, como também os seus soldados, dando-lhes treinamento, coesão, e acima de tudo um espírito militar, necessário para a existência de uma força profissional.

O início do século XX significou um marco na história mundial. Exércitos de várias partes do mundo, principalmente da Europa, começavam a se aproveitar das maravilhas tecnológicas surgidas com a revolução industrial. O sistema de alianças entre Nações começava a ser implantado, representando uma clara ameaça a diplomacia ainda presente nas relações internacionais. Os oficiais de alta patente do Exército Brasileiro perceberam a necessidade de que essas mudanças também fossem implementadas na sua instituição, adquirindo equipamento moderno e treinando seus soldados para que pudessem utiliza-los.

Porém, a sua capacidade operacional estava diretamente relacionada com a profissionalização de seus quadros, que por sua vez estava relacionada com o fim das divisões internas. Desse modo, para equiparar o Exército Brasileiro aos seus congêneres

européus havia obrigatoriamente a necessidade de se promover o entendimento entre seus quadros.

O caminho em direção ao entendimento passaria obrigatoriamente pela Escola Militar, que era o centro de formação de oficiais da instituição e que representava um terreno fértil a pregação de novas ideologias e conceitos. Dentro dos muros da Escola muito se discutia sobre filosofia, arte, religião, política e, às vezes, assuntos propriamente militares. Compreende-se, portanto, porque os oficiais saíam mais preparados para as atividades políticas do que propriamente para comandar seus soldados.

A revolta da vacina (1904) criou oportunidade para que o então Ministro da Guerra, Marechal Argolo, fechasse a Escola Militar da Praia Vermelha e mudasse os rumos do ensino militar, transferindo, em 1906, a formação de oficiais para a Escola de Aplicação do Realengo. De outro lado, tentou-se dar um novo perfil ao corpo de alunos, desligando-se mais de trezentos alunos que se envolveram na referida revolta (pouco depois alguns foram anistiados e retornaram a escola). O funcionamento da nova escola foi o início do processo de reformulação militar, pois a partir de então, as matérias militares passaram a ter maior ênfase na grade curricular, e a hierarquia e a disciplina passaram a ser mais cultuadas no seu interior. Além do mais, a localização da nova escola representava um empecilho a mais nas infiltrações políticas, pois o bairro de Realengo representava uma distância muito grande da vida política da Capital Federal (CARVALHO, 2005). Com estas mudanças, o exército pretendia manter os alunos à parte das intrigas políticas enraizadas na antiga escola.

Contudo as diversas mudanças visando a modernização e a profissionalização do Exército foram implantadas a partir de 1906, quando o Ministério da Guerra reformulou toda a estrutura da força e instituiu a obrigatoriedade de realização de manobras em todos os níveis. Neste ano realizou-se a primeira grande manobra de todas as forças militares, com a participação direta do então ministro Hermes da Fonseca. Houve também algumas reformulações no quadro de oficiais e alguns deles foram mandados estagiar no Exército Alemão, considerado o melhor do mundo. Esses oficiais, que ficaram pejorativamente conhecidos como “jovens turcos<sup>12</sup>”, iriam representar o início de uma nova mentalidade

---

<sup>12</sup> Os *Jovens Turcos* foram ainda chamados de Germanófilos. Essa denominação provinha da admiração incondicional do grupo por tudo que provinha da Alemanha. A denominação de germanófilos antecedeu cronologicamente à de Jovens Turcos. O apelido Jovens Turcos referia-se ao grupo que propugnava por uma diretriz reformadora de caráter nacionalista no Exército brasileiro. E o apelido germanófilos referia-se àquele grupo que participou do estágio na Alemanha. O apelido Jovens Turcos foi dado ao grupo pelas amplas críticas à situação do Exército, no início dos anos 10. Esta denominação era uma referência irônica aos “Jovens Turcos” ou grupo de oficiais originários da Turquia de caráter nacionalista que, através de uma



para o Exército Brasileiro, voltada para o profissionalismo e, conseqüentemente para a dedicação integral a carreira das armas. Em 1913, esses oficiais fundaram a revista “A Defesa Nacional”, periódico mensal voltado principalmente para discussões de cunho técnicos e táticos, porém não se abstendo de alguma discussão política de interesse do Exército. No editorial de seu primeiro número, o então tenente Bertholdo Klinger, declara abertamente a linha editorial da revista:

*Tem o seu programa voltado para a defesa nacional, visa o soerguimento das nossas instituições militares”.*

*“Os interesses militares se acham, hoje em dia, em todos os países do mundo, de tal forma entrelaçados aos interesses nacionais, que trabalham pelo progresso dos meios de defesa de um povo e, se não o melhor, pelo menos um dos melhores meios de servir aos interesses gerais desse povo”.*

*“Exército – única força verdadeiramente organizada no seio de um tumultuosa massa efervescente – vai às vezes um pouco além dos seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social”.*

*“O Exército precisa entretanto estar aparelhado para a sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha – e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuada das sociedades que se formam (A Defesa Nacional, nº 01)*

Podemos ver claramente a posição assumida por esse editorial, ou seja a profissionalização sem abdicar do papel de “poder moderador”, sempre pronto para manter a “estabilidade social”. O editorial ainda destaca as características necessárias ao integrante desse exército idealizado:

*Um bom Exército é uma escola de disciplina hierárquica, que prepara para a disciplina social, e é, ao mesmo tempo, uma escola de trabalho, de sacrifício e de patriotismo. Um exército bem organizado, é uma das criações mais perfeitas do espírito humano, porque nele se exige e se obtém o abandono dos mesquinhos interesses individuais, em nome dos grandes interesses coletivos (A Defesa Nacional, nº 01).*

Dessa forma, os “Jovens Turcos” destacam as bases da formação de um novo exército forte, profissional e alheio as paixões políticas e partidárias, emergindo dos quartéis somente nos momentos de crise institucional, exercendo um poder moderador.

---

revista de nome A Defesa Nacional, propunha a reforma das forças armadas naquele país. Lembrando que também os oficiais turcos haviam estagiado na Alemanha. (MORAIS, 2004).

A década de 1910 marcou a mobilização de vários setores nacionais em torno de uma política de defesa, pensada não só pelas forças armadas, mas pela sociedade como um todo. O advento da Primeira Guerra Mundial deixou bem claro para todos que a arte da guerra passara a ter dimensões bem diferentes daquelas que se havia praticado durante séculos. O uso de novas armas e de grandes contingentes careciam da existência de um corpo de oficiais competentes e de soldados aptos a manejar as novas armas. A década começou com o agora presidente, Marechal Hermes da Fonseca (empossado em 1910), reconhecendo a necessidade de se contratar junto aos exércitos mais avançados do mundo uma missão militar de instrução. Novamente as dissensões internas dentro do exército se fizeram sentir: de um lado, os “francófilos”, ligados à França e interessados em que essa missão fosse formada junto ao Exército Francês; de outro, os “germanófilos”, que insistiam que essa missão deveria vir do Exército Alemão, considerado por eles o melhor do mundo.

A eclosão da grande guerra, ocorrida em 1914, adiou as disputas pela contratação da missão estrangeira, mas realçou outra questão de grande importância para a formação de um exército profissional: o serviço militar obrigatório. O serviço militar obrigatório vinha sendo discutido desde o período monárquico, mas nunca tivera alcance prático, restringindo-se a poucos infelizes, caçados por não terem formas de se isentarem dessa prática, tida até então como repugnante, de escravização humana. Segundo Sodré (1979) não havia data para o início do serviço, os “voluntários” eram incorporados no momento em que se apresentavam e a instrução era quase que individual; também não havia um plano de instrução previamente estabelecido. Uma Lei, criada em 1908 ampliava o alcance do alistamento compulsório e como todas as anteriores, não foi levada a sério. A guerra mostrou a necessidade de se mudar os rumos da prestação do serviço militar. A Liga de Defesa Nacional, criada em 1916, teve papel preponderante nas discussões que haviam de se desenrolar pela década. Os editores da Defesa Nacional também se mostraram favoráveis a adoção do alistamento, tanto que, já no seu 2º número, publicada em 10 de novembro de 1913, começa a sua campanha pela instituição do sorteio (CARVALHO, 2005).

A elite civil também se mobilizou pelo cumprimento da lei. O jurista Olavo Bilac<sup>13</sup> foi o principal defensor da idéia, com discursos inflamados, concitando toda a população brasileira da necessidade de estar apto a defender a Nação<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> O Estado Maior das Forças Armadas considera Olavo Bilac o patrono do serviço militar no Brasil.

<sup>14</sup> Discursos publicados na revista A Defesa Nacional, principalmente durante todo ano de 1916.

Mas havia também opositores ao cumprimento da Lei, pois para muitos a Lei era uma arbitrariedade cometida contra os direitos do cidadão. Além do mais, a prestação de serviço militar representava uma grave ameaça aos políticos de então, pois o Exército estaria dando treinamento militar a possíveis futuros opositores, que se tornariam aptos no manejo das armas e de manobras em conjunto. Também os positivistas, por outros motivos, eram contra a profissionalização do exército, pois para eles o militarismo era a mais atrasada forma de sociedade (CARVALHO, 2005).

O fato é que em 1916 se realizou o primeiro sorteio<sup>15</sup> para a provisão dos claros no Exército. A partir de então, foram sendo criados diversos mecanismos de controle para a instituição do sistema, tanto que apenas dois anos depois, já se exigia a carteira de reservista aos candidatos a cargos públicos (CARVALHO, 2005). Como resultado do serviço militar obrigatório e universal, a Guarda Nacional, que disputava os voluntários com o Exército, perdeu sua importância, e foi oficialmente extinta em 1918. Até então, mesmo existindo somente no papel, ainda representava uma real ameaça a supremacia do Exército.

Finda a guerra, em 1918, voltou-se ao debate sobre a contratação de uma missão militar estrangeira. A derrota da Alemanha fez com que os “francófilos” se vissem absolutos no desígnio da missão que deveria instruir nossos oficiais. Em 1920 chegou a Missão de Instrução Francesa, que sob a liderança do General Gamelin (MALAN, 1988) e reformulou toda estrutura de comando no Exército Brasileiro. Para tal mudança, a Missão instituiu no Exército Brasileiro a idéia de Estado-Maior, composto por um grupo de oficiais, com curso de aperfeiçoamento ou Estado-Maior, com a função de assessorar o comandante (de unidades de valor batalhão/regimento ou de grandes unidades de valor brigada, divisão ou exército de campanha) na condução de suas tropas<sup>16</sup>.

A formação militar passou a exigir dedicação integral dos oficiais e praças, o que significava o completo afastamento da vida política, tanto de alunos, como oficiais de alta

---

<sup>15</sup> Foi realizado um sorteio com alguns jovens aptos, e com idade para a prestação do serviço militar, independente da classe social. Obviamente que nesse primeiro sorteio ainda houve certos privilégios, mas aos poucos eles foram sendo suprimidos.

<sup>16</sup> O Estado Maior passou a ser composto desde então em cinco sessões, a 1ª sessão destina-se ao controle do pessoal; a 2ª a produção de informações e contra-informações; a 3ª trata dos assuntos referentes as operações de campanha, bem como da condução da instrução da tropa; a 4ª trata da administração e logística, a quem cabe prover o comandante dos meios necessários para o cumprimento da missão; e finalmente a 5ª é responsável pela comunicação social e relação com a imprensa e comunidades localizadas na área de atuação da tropa. As sessões são conhecidas pela siglas S1, S2, S3, S4 e Comunicação Social nas unidades de nível batalhão/regimento e como E1, E2, E3, E4 e E5 nas grandes unidades comandadas por generais.

e baixa patente, que passaram a ter seus dias ocupados em planejamentos e administração militar, mesmo em tempo de paz.

A formação profissional também sofreu grandes mudanças. A instituição de cursos obrigatórios durante a carreira, fez com que os oficiais se dedicassem ao desenvolvimento de suas potencialidades. Foram criadas as Escolas de Aperfeiçoamento de Oficiais e de Comando e Estado Maior, a primeira destinada a capitães e obrigatória para o acesso aos postos de major, tenente coronel e coronel e a segunda destinada a preparação de oficiais para ocupar cargos de estado-maior e obrigatória para o acesso ao generalato. A formação militar será objeto do capítulo seguinte.

## CAPÍTULO SEGUNDO

### A FORMAÇÃO MILITAR

O século XIX viu nascer o nacionalismo nos países europeus e com ele a necessidade de construir a nação. Existem diferentes definições a respeito de nacionalismo, porém todas convergem para a opinião que nenhuma nação consegue se manter sem a existência de um exército que garanta sua autonomia com relação as demais. Eric Hobsbawm destaca a seguir a presença do exército garantindo a unidade nacional:

*...o povo alemão havia definido sua identidade, lutando para obter a unidade como Estado; e pelo conceito de conquista ou supremacia cultural, política e militar, pelo qual a nação alemã, espalhada por grandes partes de outros países, principalmente na Europa central e oriental, podia reivindicar o direito de unir-se num Estado Maior alemão (HOBSBAWN, 1984: 282)*

Em outra obra, Hobsbawm (1994) menciona três critérios básicos para que um povo fosse classificado com nação: o primeiro, a sua associação histórica com um Estado existente; o segundo, a existência de uma elite cultural longamente estabelecida e, o terceiro, ter uma provada capacidade para a conquista; ou seja, o sentido de nação está inteiramente ligada a existência de um exército.

Benedict Anderson também afirma que a nação é imaginada como comunidade, que a transforma numa fraternidade tão sólida que *tantos milhões de pessoas, não só matem, mas morram voluntariamente por imaginações tão limitadas* (ANDERSON, 1989: 16). Nessa mesma obra, o autor registra exemplos de nacionalismos constituídos a partir de lembranças de feitos militares, como os Cenotáfios e os Túmulos de Soldados Desconhecidos, é a força das armas se fazendo sentir.

A idéia de exército nacional estaria vinculada a necessidade de se compor, principalmente, por seus cidadãos, ligados a um objetivo maior que o de ganhos materiais. As jovens nações começaram a criar seus exércitos, a princípio exércitos profissionais, compostos por militares profissionais. Mas com o tempo, e devido principalmente a grandiosidade das novas guerras, houve a necessidade de cada vez mais homens em armas. Numa época em que a quantidade de soldados era primordial para a vitória, o número de combatentes se tornou o fiel da balança nos campos de batalha. A solução foi a convocação

de cidadãos somente para o momento de crise, para participar das batalhas, sendo licenciados assim que terminasse o conflito, retornando as suas atividades civis.

Mas como preparar a massa de civis sem disciplina e sem conhecimentos militares para as batalhas que se iriam travar? A solução encontrada seria a prestação de serviço militar por todos os cidadãos, independente dos momentos de crises. Isso favorecia a criação de uma reserva apta a ser mobilizada imediatamente em casos de necessidade. Assim os exércitos profissionais seriam dotados de um número suficiente para a segurança das fronteiras e de manutenção da ordem.

As grandes guerras travadas nos séculos XIX e XX foram feitas por soldados-cidadãos, pessoas comuns que foram convocadas para travar os piores combates da história humana, para logo depois retornarem a sua vida comum, cientes de seus espaços na política e nos desígnios de sua nação.

Mas quem são os militares, o que pensam, como se dividem? Desde o início dos exércitos que seus componentes se dividem em dois grupos principais: os oficiais e as praças. Segundo José Murilo de Carvalho, *tradicionalmente, por exemplo, o corpo de oficiais era recrutado entre a nobreza e as praças entre os camponeses e proletários urbanos* (CARVALHO, 2005: 14). Dessa forma, percebe-se que o corpo de oficiais era identificado com o regime dominante enquanto que o corpo das praças representava a população pobre, sem ligação com o regime, e possíveis adversários dele. O resultado foi que a relação entre oficiais e praças normalmente representava também a relação existente entre as classes dominantes e seu povo, como veremos a seguir.

## **AS PRAÇAS**

Séculos se passaram e a função das praças, sua origem e seu treinamento pouco se alterou. Desde a antiguidade que os nobres mantinham uma pequena tropa, capaz de lhe garantir a segurança pessoal, e nos conflitos lançava-se mão dos servos que viviam em suas terras, que não possuíam qualquer instrução militar, servindo para contar unicamente como massa de manobra nas mãos dos nobres. De modo geral essa situação perdurou até o início da era Contemporânea.

Nos exércitos nacionais, que começaram a existir no início do século XIX, o recrutamento das praças era feito junto a população pobre, sem instrução e sem outra oportunidade de vida. Nos momentos de crise se fazia da mesma forma que antes, se mobilizava toda a população, que sem instrução se dirigia para guerra.

Até que em meados do século XIX, primeiramente na Prússia, começaram a surgir os exércitos profissionais e a adoção do serviço militar obrigatório, estendido a todos os cidadãos, com o objetivo principal de se formar uma reserva de homens aptos para o combate, facilmente mobilizáveis, para enfrentar possíveis crises que estavam por vir.

No Brasil independente essa mudança demorou um pouco mais para se efetivar. Durante todo o império e no início da república o recrutamento era considerado um castigo para o cidadão. Segundo Nelson Sodré (1979) para o exército eram mandados a “escória da sociedade”, responsáveis por badernas, bebedeiras e as mais diversas desordens nas cidades. José Murilo de Carvalho (2005) afirma ainda que a população olhava com terror as perspectiva de recrutamento, o que refletia negativamente na imagem que a população tinha do Exército. O recrutamento não refletia a realidade da Nação brasileira, pois os mais ricos e influentes não eram alcançados por ele, restando essa função aos menos favorecidos. Por tudo isso, a modernização era um realidade muito distante da vivida pela instituição, posto que a universalidade de recrutamento e a hierarquia do oficialato baseada no mérito, dois fundamentos básicos de um exército, era ignorado no Brasil Imperial.

Outro obstáculo no caminho da profissionalização era o fato da instrução ser muito deficiente, visto que não havia uma turma coesa, cada soldado começava a sua instrução no momento em que se apresentava no quartel, tornando a tarefa dos instrutores, que também não eram muitos, penosa e desgastante.

Ainda no Exército Imperial, o cotidiano das praças se resumia a poucas atividades militares. Conforme Malan (1998), a instrução se resumia a prática da ordem-unida<sup>17</sup> e de tiro, bem como a adoção de formações de combate. Além do mais, eram submetidos ao regime da disciplina absoluta e a seleção dos quadros era feita pela “prestação”<sup>18</sup>, sem que houvesse algum tipo de seleção intelectual para os mesmos.

A constante falta de voluntários fazia com que os alistados permanecessem em serviços por anos, mesmo após o tempo obrigatório, que variou muito, indo de seis até nove anos, dependendo do período e da condição do mesmo, se voluntário ou recrutado.

Esses problemas, aliados aos outros já vistos anteriormente, ocasionaram um grande descontentamento com entre os alistados, com isso, os motins pipocaram, principalmente nas guarnições afastadas dos grandes centros, onde os chefes eram autoridades supremas e a única voz perante os superiores.

---

<sup>17</sup> Instrução que visa proporcionar ao soldado conhecimento suficiente para os movimentos de arma e de desfile.

<sup>18</sup> Isso quer dizer pela aptidão para o desempenho da função, essa aptidão era verificada quando da capacidade do soldado a se sobrepor aos demais, na maioria dos casos através da violência.

Outro fator desestabilizador foi a benevolência dos diversos governos no trato com os amotinados e com desertores, talvez influenciado pela falta de voluntários a ocupar os claros que seriam abertos com a punição dos criminosos. O fato é que havia sempre a semente da revolta nos quartéis.

As manobras militares realizadas em 1906 marcaram também o início do processo de profissionalização das praças, visto que os comandantes passaram a verificar a necessidade de uma maior especialização das praças, para que pudessem operar os equipamentos necessários ao funcionamento do Exército.

Mas a instituição do serviço militar obrigatório, tornou-se realmente efetiva após o ano de 1917, quando convocação passou a ser realizada por sorteio e dela participando integrantes de todas as classes sociais e a incorporação ocorrendo em uma única data. Dessa forma poderia haver um melhor planejamento da instrução militar, prevendo-se atividades para todo o ano e todos os alistados alcançando o mesmo grau de instrução.

A partir de então a carreira das praças sofreu alterações profundas; foram criadas escolas para a formação de sargentos; foram instituídos cursos de aperfeiçoamento e de especialização, dando continuidade a modernização. Também foi instituído o mérito para a ocupação das graduações de cabo e de sargento; e finalmente, foi criado um plano de carreira, as graduações foram divididas em Soldado, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenente e as condições de acesso claramente definidas. A hierarquização das diferentes graduações serviu para que se formasse um quadro de técnicos aptos a auxiliar os oficiais no desenvolvimento das práticas militares.

Dessa forma, as praças também alcançaram um alto grau de profissionalização que criou as condições necessárias para que o Brasil se envolvesse em conflitos no século XX.

## **OS OFICIAIS**

No exércitos modernos a *oficialidade é o elemento dirigente ativo da estrutura militar e é responsável pela segurança militar da sociedade* (HUNTINGTON, 1996: 21). Em outras palavras, podemos dizer que a estrutura militar de um país é fundamental para a segurança e pela manutenção da soberania de um país. Como o corpo de oficiais é a classe dirigente dessa estrutura militar, a soberania estaria nas mãos de seu corpo de oficiais. Como Huntington chegou a essa conclusão?

Temos que concordar que a profissão militar tem uma característica que a difere de toda e qualquer estrutura profissional existente no mundo. Segundo o mesmo autor, a



profissão militar é a única que tem a violência como seu principal instrumento de trabalho, cabendo ao corpo de oficiais a administração dessa violência.

Desde o final do século XVIII, quando os exércitos começaram a se profissionalizar, o corpo de oficiais ganhou uma dimensão muito própria. Mas teve que adquirir características que são fundamentais para a existência de qualquer profissional. Huntington elencou as seguintes características: especialização, que é ser capaz de realizar a tarefa que o posto lhe obriga, dentro da estrutura maior, que é a instituição a que pertence; responsabilidade, que é o fazer o melhor de si, simplesmente por ter a consciência de fazer bem feito, independente de remuneração financeira adequada; e corporatividade, que se manifesta na sensação de unidade orgânica, com origem na disciplina diuturna e no treinamento indispensável à competência profissional. É a supressão quase que total do interesse particular, em função dos interesses de um grupo maior, com responsabilidades bem definidas.

Hoje no Exército Brasileiro<sup>19</sup>, o corpo de oficiais é dividido em quatro grupos principais: 1) o círculo dos oficiais gerais, composto pelos postos de General de Exército, General de Divisão e General de Brigada; 2) o círculo dos oficiais superiores composto pelos postos de Coronel, Tenente-Coronel e Major; 3) o posto de Capitão compõe o círculo dos oficiais auxiliares; 4) o círculo de oficiais subalternos, composto pelos postos de 1º e 2º Tenentes. Os concludentes do curso de oficial recebem o posto de Aspirante a oficial, que mesmo tendo os direitos e obrigações inerentes ao corpo de oficiais e do círculo de oficiais subalternos, são considerados praças especiais.

Pode-se afirmar que o Brasil foi a nação latino americana que mais herdou a velha tradição militar européia, mantendo a mesma relação entre nobreza e exército. Explica-se assim porque a jovem nação independente manteve as velhas relações existentes na antiga metrópole, mantendo a mesma estrutura colonial até meados do século, quando a instabilidade política na região do Prata obrigou os chefes militares a efetivar algumas mudanças:

O acesso ao oficialato continuou sendo um privilégio dos nobres, através principalmente do *cadetismo*, que foi criado pelo exército colonial e mantido pelo imperador, com a finalidade principal de facilitar a entrada dos nobres no Exército, comprando com isso a lealdade do corpo de oficiais (CARVALHO, 2005). A instituição de

---

<sup>19</sup> Na Marinha e na Força Aérea a diferença é apenas nominal, sendo os postos equivalentes entre si.

cursos voltados para a formação de oficiais pouco mudou essa realidade, pois o acesso permaneceu diversificado, mantendo várias vias de acesso, além do cadetismo.

A instrução militar também era outro ponto franco da instituição. Durante o período várias escolas foram criadas, e de igual todas tinham a pouca importância que dispensavam a instrução militar. O aluno aprendia de tudo, matemática, filosofia, letras, história, biologia, engenharia, etc, mas de instrução militar, apenas os rudimentos básicos da profissão. Dessa forma que os oficiais formados no período muito pouco contribuíam na formação dos soldados e na condução das operações de guerra.

O próprio curso de formação de oficiais sofreu diversas mudanças durante o período, escolas foram criadas e extintas. Segundo Câmara (2003), em 1845 houve uma mudança que muito influenciou as relações futuras dentro da instituição militar, nesse ano foi introduzida a bacharelise no exército, criando o grau de bacharel em ciências físicas e matemáticas para os alunos que satisfizessem as necessidades do ensino. Esses chamados “bacharéis” aos poucos passaram a ser vistos como responsáveis pela condução da instituição, e, por conseguinte, condutores da vida política nacional.

A guerra contra o Paraguai encontrou o exército completamente despreparado para o cumprimento das difíceis tarefas que iriam se iniciar. Segundo Doratioto, “*O lado aliado errou menos, embora tenha errado muito*” (DORATIOTO, 2002: 481), isso não se aplica só aos erros políticos, mas também a diversos erros militares, cometidos pela simples falta de capacidade de alguns comandantes, que não estavam preparados para a grandiosidade da guerra. O resultado foi que os mais capazes galgaram rapidamente os altos degraus da hierarquia, mesmo sem curso superior muitos oficiais alcançaram o generalato, devido principalmente a capacidade demonstrada em combate.

Já é sabido que a guerra contra o Paraguai foi um divisor de águas para o Exército Brasileiro, principalmente quando se trata da composição do corpo de oficiais. Para fazer frente ao exército paraguaio, que se encontrava mais preparado para a guerra, o império precisou mobilizar milhares de civis para compor os quadros do exército e dos Corpos de Voluntários da Pátria. O primeiro passo foi transformar o *Exército numa instituição aceitável para indivíduos socialmente mais valorizados* (IZECKSONH, 2004: 186), visto que o serviço militar era visto como atividade extremamente degradante. A agressão paraguaia rendeu resultados quase imediatos, segundo Izecksonh (2004), nos três primeiros meses desde a invasão, só na província do Rio de Janeiro se apresentaram 2.500 voluntários.

Para os postos de oficiais deveriam ser convocados homens possuidores de um mínimo de ensino escolar. Numa época em que estudar significava ter dinheiro para se manter, poucos jovens podiam freqüentar aulas. Bancados unicamente por suas famílias, somente os filhos da nobreza e da nascente classe média tinham acesso a determinadas profissões. E foi nestas classes que o Exército foi buscar os voluntários para compor o seu quadro de oficiais. Até então muitos dos oficiais em cargos de comando haviam sido selecionados simplesmente por seus conhecimentos teóricos e por suas ligações políticas. Por outro lado, muitos comandantes foram recrutados entre os próprios oficiais subalternos. Foi o caso, por exemplo do tenente Antonio Enéas Galvão, que foi promovido ao posto de tenente-coronel, para comandar o 17º Corpo de Voluntários, organizado na província de Minas Gerais, e que participaria das operações no sul e Mato Grosso. Sua nomeação foi feita em detrimento a outros oficiais mais antigos, presentes na província. Enéas Galvão era filho do coronel José Antonio Fonseca Galvão, Comandante do Corpo Fixo de Minas Gerais (DUARTE, 1984: 10). Também foram utilizados oficiais pertencentes aos corpos de polícia, como o major Carlos Cirilo de Castro e o capitão Manoel Correa de Araújo Silva, ambos pertencentes ao Corpo de Polícia da Província de Alagoas, para como tenente-coronel e major, respectivamente, comandarem o 20º Corpo de Voluntários da Pátria, organizado naquela província (DUARTE, 1984: 104). Outra fonte de recursos foi a Guarda Nacional. Embora de início tenha se recusado a participar dos combates, mas que no decorrer da guerra foram convocados por imposição de um decreto imperial.

Com o final da guerra, a classe média que havia participado das batalhas no diversos escalões, passou a ver o exército como uma possibilidade de carreira, a ser trilhada por seus jovens, como uma forma de ascensão social. O acesso ao oficialato foi sendo cada vez mais direcionado unicamente para as escolas militares.

Em 1874 a Escola Central deixou de fazer parte do sistema de ensino do exército, sendo cedida ao Ministério do Império, passando a ser chamada de escola Politécnica. A Escola Preparatória do Rio Grande do Sul novamente passou a receber os cursos de infantaria e cavalaria, sendo que em 1881 recebeu a denominação de Escola Militar da Província do Rio Grande do Sul, com um curso semelhante ao realizado na Escola Militar do Rio de Janeiro.

Em 1889 foi instituída a Escola Superior de Guerra<sup>20</sup>, com os cursos de artilharia, estado maior e engenharia militar destinada ao aperfeiçoamento de oficiais que se destacavam nas Escolas Militares. Nesse ano também foi criada a Escola Militar de Fortaleza.

Em 1890 nova reforma em que as matérias científicas sobrepujam as matérias militares<sup>21</sup>. Criação da Escola de Prática do Exército, no Rio de Janeiro e outra de Infantaria e Cavalaria no Rio Grande do Sul. Os cursos passaram a ser extensos, essencialmente teóricos e destituído de cunho militar em todo o seu desenvolvimento, essa característica marca bem a influência do positivismo de Benjamim Constant, Ministro da Guerra do governo republicano. O resultado foi a completa politização dos jovens alunos, que passaram a conspirar abertamente em relação aos temas debatidos na política nacional, assumindo posições e interferindo no processo político. A publicação de artigos de alunos nos periódicos da época tornou-se comum, muitas vezes criticando atos de seus superiores, tanto civis como militares, numa clara afronta a hierarquia e a disciplina, tão vagos na época. Como conseqüência, alguns alunos da escola participaram de um movimento armado contra o presidente Prudente de Moraes, ocorrido em 1897, em contestação ao momento político. Certos da extrema condescendência dos governos republicanos, os alunos se amotinaram, sendo o movimento reprimido pelo governo, obrigando os sublevados a se renderem. O desligamento dos amotinados foi seguido, no ano seguinte, da extinção das Escolas Preparatórias de Porto Alegre e de Fortaleza (CORRÊA, 1997: 102).

Em 1902, Rodrigues Alves foi eleito Presidente da República. O novo presidente nomeou para o cargo de prefeito da capital federal o engenheiro Pereira Passos, que começou uma série de medidas para urbanizar a cidade do Rio de Janeiro, que devido ao crescimento desordenado, havia se tornado um imenso foco de variados tipos de doenças, que vitimavam grande número de seus habitantes. Com o auxílio do sanitarista Osvaldo Cruz, iniciou-se uma série de reformas que a população da cidade passou a denominar “Bota-abaixo”. Consistia na abertura de novas avenidas, dragagem de pântanos e derrubada de cortiços situados no centro da cidade, e um amplo programa de vacinação da população, principalmente contra a varíola (SILVA, 1998).

Além de ser imposta, a intervenção contrariou interesses econômicos presentes nos cortiços, desencadeando uma intensa reação contra a retirada dos cortiços do centro e da

---

<sup>20</sup> Nenhuma relação com a atual que foi criada em 1949.

<sup>21</sup> Marca bem a influência do positivismo de Benjamim Constant, Ministro da Guerra do governo republicano.

imposição da vacina. O que se seguiu foi uma escalada de violência que culminou com uma revolta armada, conhecida como Revolta da Vacina, a qual o setor ligado a Escola Militar aderiu completamente. Incentivada principalmente pelos princípios positivistas, que mesmo considerando a vacina necessária, este setor considerava a obrigatoriedade um “*atentado contra a liberdade de consciência*” (SILVA, 1998: 132). Os combates foram inevitáveis, havendo baixas de ambos os lados. Dominada a revolta, o governo federal decidiu fechar definitivamente a Escola Militar da Praia Vermelha. Após os muitos problemas que haviam causado ameaças da estabilidade do governo, seus alunos sofreram várias sanções. Alguns foram presos e outros ainda mandados servir nos corpos de tropas como praças.

Somente em 1906 a escola foi novamente reaberta, dessa vez longe do centro da cidade e das agitações políticas, no subúrbio de Realengo. Instalando-se novamente o curso de formação de oficiais, dessa vez mais voltado para a formação profissional com o ensino teórico adaptado as necessidades militares.

Junto com a nova escola, voltou a funcionar a Escola do Rio Grande do Sul, que passou a ter uma nova função. Após três anos os infantes e cavalarianos eram considerados prontos, enquanto que os artilheiros e engenheiros tinham que cursar ainda mais quatro anos na Escola do Realengo. Isso contribuiu para aumentar ainda mais as diferenças entre as chamadas “armas científicas” e as da tropa.

O curso existente no Rio Grande do Sul passou a ser chamado pejorativamente de “curso de alfafa” (CASTRO, 1990: 122), infantes e cavalarianos eram tratados com imenso desprezo pelos seus colegas das outras armas, o termo “tarimbeiro” passou a ter uma conotação pejorativa e considerado uma ofensa grave. Os bacharéis começaram a se elitizar e se considerar no direito de ditar as normas para a força.

Outras mudanças implementadas com a nova escola foi a exigência de que todos os alunos a ser matriculados tivessem, pelo menos, seis meses de serviço no exército como praças-de-pré. A medida visava homogeneizar o grupo de alunos, impedindo a matrícula de alunos que já fossem oficiais<sup>22</sup>. Também foi extinto o posto de alferes-aluno, que diferenciava os alunos dentro da escola. Em contrapartida foi criado o posto de Aspirante-a-oficial, concedido ao aluno que concluísse o curso.

---

<sup>22</sup> Os candidatos a alunos deviam servir pelo menos, seis meses como soldados nos corpos de tropa. Somente após esse período, poderiam ser matriculados na Escola. Contudo, até o ano de 1918, certos dispositivos permitiam a matrícula de oficiais, quando finalmente foram suprimidos.

Também a partir de 1906, a intenção de melhorar a instrução de seus oficiais levou o governo brasileiro a mandar oficiais estagiar no Exército Alemão, então considerado o melhor do mundo, pelas inovações que havia instituído na sua estrutura militar. O estágio tinha a duração de dois anos, período no qual o oficial deveria prestar serviços em unidades do Exército Alemão, participar das instruções, administração e manobras.

Em 1909, a escola do Rio Grande do Sul foi transferida para o Rio de Janeiro. Dois anos depois finalmente fundiu-se com a do Realengo e se transformou na única escola de formação de oficiais para o Exército Brasileiro.

Rompendo uma tradição de mais de cem anos, instituiu-se, em 1913 a exigência de cursos específicos para formação de militares nas diferentes armas. A partir daquela data, a formação passou a ser dividida em dois períodos: o primeiro período tinha a duração de dois anos e nele era ministrada a instrução considerada básica a todas as armas, nesses dois anos os alunos ainda permaneciam recebendo as instruções em conjunto; findo o primeiro período iniciava-se um segundo período, onde os alunos assumiam as suas especialidades e tinham as instruções em separado, nesse período a instrução dos infantess e cavalarianos ainda continuavam tendo a duração de um ano de seus cursos, enquanto que os artilheiros e engenheiros cursavam dois anos. Dessa forma que as armas passaram a se tornar cada vez mais específicas e independentes e seus integrantes assumiam cada vez mais as suas particularidades.

Ainda em 1913, passou a ser editada a revista “A Defesa Nacional”, contendo diversas impressões trazidas pelos “Jovens Turcos” de seu estágio na Alemanha. Dentre os artigos havia uma série versando sobre a instrução militar no Exército Alemão.

Dessa relação com o Exército Alemão surgiu o reconhecimento da necessidade da vinda de uma missão militar estrangeira para auxiliar na formação profissional do oficial brasileiro.

A Primeira Guerra Mundial adiou essa decisão para o final da década, pois as nações que teriam condições de compor uma missão capaz de instruir de forma adequada o ensino militar brasileiro, estavam envolvidas no conflito.

Com o final da guerra, ocorrido no ano de 1918, a decisão da escolha da nacionalidade da missão deveria logicamente recair sobre alguma das nações que haviam vencido a guerra. A França foi a escolhida, talvez pelo envolvimento que já havia entre militares e políticos brasileiros com militares e industriais franceses.

A missão, comandada inicialmente pelo General Gamelin, chegou ao Brasil no ano de 1919, e já no ano de 1920 começou os seus trabalhos junto a Escola de Estado Maior do

Exército. Criada naquele ano e que visava preparar os oficiais para o desempenho de auxiliares de Estado-Maior. No ano seguinte instituiu-se também a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, destinada a preparar oficiais intermediários (capitães) para o desempenho das funções de Estado-Maior das Unidades de nível Regimento. Em conjunto essas escolas tinham como característica principal a dedicação integral do aluno aos estudos, dificultando em muito a sua participação política partidária. Com o tempo, os cursos ministrados por essas escolas tornaram-se obrigatórios para o prosseguimento da carreira de oficial.

Outra participação importante da Missão Militar Francesa foi a criação de escolas mais específicas, destinadas a formar profissionais necessários para a administração militar, entre as escolas destaca-se a Escola de Veterinária, destinada a formar oficiais veterinários necessários para o bem estar dos animais, tão presentes no Exército do início do século; a Escola de Intendência foi outra criada sob influência da missão, destinada a formar oficiais da arma de intendência, necessários pela condução da administração militar, das finanças e da elaboração dos planos de suprimento da estrutura militar brasileira.

A década de 1920 serviu para que a formação do oficial do Exército Brasileiro se estabilizasse e que a necessidade de constante aperfeiçoamento passasse a fazer parte das exigências da carreira. Mesmo com toda necessidade de estudos, a década ainda foi marcada por diversas manifestações públicas de elementos vinculados aos Exército, resultado principalmente do crescimento da animosidade que já existia entre os militares de baixa patente e as oligarquias que comandavam o país.

Essa animosidade gerou diversos conflitos, os quais não são objetos dessa pesquisa, porém, essa jovem oficialidade tinha um canal muito próprio a fim de divulgar suas idéias. Nesse propósito que as revistas militares, editadas principalmente pelos alunos das escolas de formação, serviram como divulgadoras de idéias e de princípios, elencados a seguir.

### **REVISTAS MILITARES**

Com o fim da guerra contra o Paraguai, jovens pertencentes a classe média, com instrução adquirida em destacadas escolas, passaram a procurar a carreira de oficial do Exército. Aos poucos, a carreira passava a ser mais atrativa e representava uma oportunidade de ascensão social.

Muitos desses jovens possuíam o costume de colocar no papel as suas impressões culturais e políticas. Daí começaram a surgir algumas publicações, ligadas ao público

acadêmico. Eram revistas com certo grau de politização, dependendo do grupo que a editara. Constituíam-se em diversas publicações, normalmente com vida efêmera de um ou dois anos, editadas somente durante o ano letivo, sendo interrompida durante o recesso escolar e, em muitos casos, não voltando a ser editadas por ocasião do retorno das aulas. Dentre estas publicações podemos citar as seguintes revistas: Acadêmica Militar, da Escola Militar do Brasil (Praia Vermelha); Sentinela, Via Lucis, A Luz, Occidente (com dois c), A Cruzada e Aldebaran, todas da Escola Militar do Realengo; e ainda Aspiração, do Colégio Militar do Rio de Janeiro e, Sagoge, da Escola Preparatória de Porto Alegre.

Essas revistas tratavam de diferentes assuntos como matemática, filosofia, além de apologias a grandes vultos históricos. Dentre os escritores havia também ficcionistas e poetas. Alguns assuntos de natureza militar, destacando aspectos técnicos, necessários à formação militar também se faziam presentes. Contudo, os assuntos que versavam sobre a técnica militar sofriam em geral de um relativo desprezo, pois havia a crença que as guerras tendiam a desaparecer, com advento de uma paz imposta pelos progressos científicos e morais<sup>23</sup>.

Como exemplo podemos citar a revista Luz, criada em 1904 ainda na Escola Militar da Praia Vermelha. Seu redator chefe era o aluno Guilherme de Lemos Faria, positivista e matemático, que acabou se dedicando ao espiritismo. Embora fosse uma revista ligada a pesquisa matemática, logo no segundo número publicou artigo intitulado “Uma página de matemática”, em que comenta e utiliza-se das teorias de Augusto Comte, a influência geral da análise matemática discorrendo sobre filosofia positivista. O artigo considera irrefutável a lei dos três Estados e outros pontos da doutrina positivista. Nos números seguintes, Lemos de Farias dedicou-se a artigos cada vez mais ligados a teoria positivista e cada vez menos artigos militares. Outro artigo, denominado “A paz Universal” rendeu grandes debates com os alunos da Escola Militar do Realengo e dentro da própria Escola da Praia Vermelha. Neste mesmo espaço, Sylvio Schleder, católico, dedicou-se a combater os artigos de Lemos de Farias e apresentar contra-pontos a suas teorias<sup>24</sup>.

Se esta revista indica o pensamento reinante na Praia Vermelha, no Realengo as temáticas estavam mais divididas, tanto que, ainda em 1904 surge, em oposição, a revista Via Lucis, que se contrapunha a doutrina positivista. Otelo Franco, aluno do Realengo, publicou artigo no qual considerou a Paz Universal uma bela Utopia.

---

<sup>23</sup> Revista Militar Brasileira, out-dez de 1931. p. 144

<sup>24</sup> Idem. p. 147



Em 1906, já na Escola do Realengo, que se tornara única com o fechamento da Escola da Praia Vermelha, surgiu a revista *Occidente*, com a mesma linha editorial da *Luz*, se dedicando a artigos positivistas. No ano seguinte surgiu a revista *Aldebaran*, também de cunho positivista, mas abrindo espaço para outros assuntos, inclusive literários.

Mas foi só em 1908, com o surgimento da *Revista Cruzada* que os assuntos militares começaram a ganhar certo destaque junto a comunidade acadêmica. Contando com Carlos Álvares da Costa, Francisco de Paula Cidade, João Pereira de Oliveira e Lauro de Oliveira como redatores. Paralelamente a discussão de assuntos de natureza propriamente militar, a revista desenvolveu uma outra linha ligada a exaltação aos *heróis* do passado, em destaque aos da campanha contra o Paraguai.

Contudo, o surgimento de uma revista inteiramente dedicada a assuntos militares, ocorreu com a publicação da revista “*A Defesa Nacional*”. Editada a partir de 1913 pelos Jovens Turcos, tinha seu programa voltado para a defesa nacional. Seus redatores, os então primeiro tenentes Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho e Joaquim de Souza Reis, auxiliados por seus fundadores, Mário Clementino de Carvalho, Francisco de Paula Cidade (já presente na *Cruzada*), Brasília Taborda, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Euclides Figueiredo, José Pompêo Cavalcanti de Albuquerque, Jorge Pinheiro e Amaro Azambuja Villa Nova, procuraram manter os assuntos voltados para a proposta inicial.

Os artigos militares se dividiam em técnicos, os quais faziam referencia a equipamentos novos em uso nos exércitos modernos; táticos, que apresentavam propostas para a aplicação de novas táticas de combate nas diversas especialidades do Exército Brasileiro; havia também artigos voltados para discussões a respeito dos efetivos do exército, voluntariado e a implantação do sorteio para o preenchimento dos claros; por fim, havia ainda alguma discussão política, sempre voltada para a existência da instituição.

Dessa forma podemos perceber a intensa mobilização que os alunos da Escola Militar da Praia Vermelha tinham em torno das propostas positivistas. Suas revistas continham discussões de cunho humanístico completamente voltadas para assuntos pouco ligados ao futuro da carreira militar propriamente dita. Aos poucos, os alunos da Escola Militar de Realengo, começaram a se contrapor aos ideais pregados na Praia Vermelha. O fechamento definitivo da Escola da Praia Vermelha criou as condições necessárias para que os alunos do Realengo pudessem expor mais claramente as suas idéias. Suas revistas ocuparam os espaços deixados com a extinção das revistas da Praia Vermelha e as idéias de seus redatores passaram a ser mais aceitas nos círculos acadêmicos.

O culto aos heróis foi ganhando seu espaço nessas revistas, principalmente a Cruzada, que passou a ser preponderante no meio acadêmico, recebendo ainda importante reforço representado pela revista A Defesa Nacional. Contudo, ainda havia um longo caminho a percorrer, mas o processo já havia iniciado, e aos poucos foram se desencavando as figuras que a muito estavam esquecidas no tempo, relegadas a um esquecimento que parecia perpétuo.

Seguindo a linha de “resgates” do passado, a guerra contra o Paraguai também foi colocada em evidência, bem como seus “heróis” e seus “feitos”. Foi seguindo essa perspectiva que escritores militares, ou de alguma forma ligados ao Exército, começaram a procurar no passado os feitos que pudessem incutir nos jovens componentes do Exército a idéia de pertencimento, de compor uma instituição bem maior do que tudo aquilo que se abria diante dos seus olhos. Dentre estes escritores destacaram-se o General José Feliciano Lobo Vianna, o então Capitão Pedro Cordolino de Azevedo e o engenheiro Armando Arruda Pereira. Os três trataram do emblemático episódio da guerra com o Paraguai, ocorrido no então sul de Mato Grosso, conhecido como Retirada da Laguna.

Além da retomada de relatos do episódio por estes autores, baseados sobretudo na obra homônima do Visconde de Taunay, seguiram-se a construção de um monumento e uma viagem aos locais de combate. Mais do que incutir no jovem soldado um sentimento de identidade com aqueles que estiveram no campo de batalha, era necessário transformar uma derrota em uma vitória. Daí o empenho de alguns nesta batalha simbólica.

Ao final da primeira parte, tentou-se ambientar o leitor com a Instituição Exército Brasileiro que existia no primeiro quartel do século XX. Na parte seguinte, apresentar-se-á as obras militares, seus autores e suas relações institucionais. Mais ainda, tentar-se-á classificar a forma como se deu esse processo de instituição de uma memória em torno de um evento ocorrido em um passado, em uma região igualmente distantes.

## **PARTE II**

### **A RETIRADA DA LAGUNA: MEMÓRIA E PROFISSIONALIZAÇÃO**

*Em última análise, essa fraternidade é que torna possível, no correr dos últimos dois séculos, que tantos milhões de pessoas, não só matem, ms morram voluntariamente por imaginações tão limitadas.*

Benedict Anderson. *Nação e Consciência Nacional*.

## CAPITULO TERCEIRO

### A RETIRADA DA LAGUNA E SEUS AUTORES

#### A RETIRADA DA LAGUNA

Para os objetivos desta dissertação torna-se necessário fazer uma pequena digressão no sentido de elencar informações a respeito do episódio conhecido como A Retirada da Laguna. Não se trata de discutir ou analisar o acontecimento, mas sim situar o leitor diante de pontos que serão retomadas nos debates entre autores militares com objetivos bastante específicos. A bibliografia utilizada neste texto, tanto a militar (Taunay, Vianna, etc), quanto a acadêmica (Doratioto, Correia, etc), pode ser utilizada como ponto de partida para um entendimento mais amplo envolvendo outros aspectos relativos à Guerra com o Paraguai. Este não é, contudo, o objetivo deste trabalho.

O evento ocorrido no sul de Mato Grosso, que ficou conhecido como “A Retirada da Laguna”, marcou o desfecho de uma contenda que se iniciou ainda no período colonial, com as disputas de fronteira entre as metrópoles ibéricas, Portugal e Espanha.

O Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 entre as coroas espanhola e portuguesa, restringiu o domínio português a uma faixa de terra que abrangia parte do litoral leste da América do Sul. Mesmo após 1580, com a “União Ibérica” Portugal conseguiu manter intacta a sua estrutura colonial, e suas colônias continuaram sob administração direta de Lisboa. Com isso, o Tratado de Tordesilhas perdeu completamente a sua razão de ser, visto que os dois lados pertenciam a mesma coroa, e os habitantes súditos de um só monarca. O resultado foi que alguns colonos passaram a não respeitar mais os limites impostos pelo tratado de Tordesilhas, atravessando-o constantemente para apresar índios e estabelecer pontos de apoio logístico para essas empreitadas.

Com a restauração portuguesa, ocorrida em 1640, a área localizada a oeste da linha de Tordesilhas passou a ser reclamada pelas autoridades espanholas, que viram seu território ocupado por colonos portugueses. A disputa foi submetida a arbitragem papal que se baseou no princípio do “*uti-possidetis*”, segundo o qual a posse da terra para quem a usa, seria utilizado como subsídio para a assinatura do tratado de Madrid, em 1750. Segundo Volpato (1986), o tratado determinava que as regiões onde portugueses conseguissem provar a sua presença colonial seria definitivamente incorporada a sua colônia.

Dessa forma, ainda segundo Volpato, grandes áreas foram incorporadas ao domínio português, tais como a bacia Amazônica e a região localizada a oeste e ao sul do antigo tratado de Tordesilhas.

A capitania de Mato Grosso, criada em 1748, foi instituída com a finalidade de manter a possessão portuguesa na região central da América do Sul, Segundo Luiza Volpato *o Conselho Ultramarino achou conveniente que se procure fazer a Colônia de Mato Grosso tão poderosa que contenha os vizinhos em respeito e sirva de antemural a todo o interior do Brasil* (VOLPATO, 1987: 33). A distância dos grandes centros do império fazia com que as comunicações da capitania com a Capital levasse meses. A solução encontrada para facilitar as comunicações era a navegação pelo estuário do Prata e, em seguida pelos rios Paraná e Paraguai. Para isso, em 1841 o Encarregado de Negócios do Império em Assunção, José Antonio Pimenta Bueno, recebeu a missão de negociar com o governo de Assunção a livre navegação de navios brasileiros pelo rio Paraguai (CORRÊA, 1999).

Além da grande distancia a região sul de Mato Grosso apresentava povoados não-indígenas, composto basicamente de colônias militares que serviam unicamente para efetivar a presença do poder imperial na região. Alguns colonos haviam se instalado na região e demarcavam livremente suas terras, alheios aos direitos indígenas.

A vegetação era rala, o relevo apresentava duas serras que cortavam a região e a hidrografia apresentava diversos rios de porte variados que diminuía e cresciam de acordo com as chuvas.

Algumas áreas ficaram ainda sujeitas a disputa. Dentre estas havia uma faixa de terra localizada entre os rios Apa e Branco, localizada no sul de Mato Grosso, que se tornou objeto de disputa entre as duas coroas, herdado posteriormente pelas jovens nações sul americanas, Brasil e Paraguai (DORATIOTO, 2002). Na década de 1860, essa disputa levou a um estado de tensão entre os dois países, que, aliado a outros fatores, levou o Paraguai a disputar militarmente com o Brasil áreas que considerava suas. Segundo Bethel (1995), a ocupação deu-se em duas frentes, uma na região sul de Mato Grosso (1864) e outra no sul do país (1865).

A força que ocupou o sul de Mato Grosso era composta de duas colunas. Uma, comandada pelo Coronel Vicente Barrios, formada por cerca de dez embarcações e 4200 homens, deveria seguir por via fluvial, e tinha como objetivo inicial conquistar o Forte Coimbra. A segunda coluna comandada pelo Coronel Francisco Isidoro Resquin, tinha um

efetivo de 3500 homens e deveria seguir o trajeto Concepcion-Bella Vista-Nioaque-Miranda-Coxim (DORATIOTO, 2002).

O Exército Imperial Brasileiro contava na região com apenas 875 soldados e a Guarda Nacional não alcançava 3000 homens (DORATIOTO, 2002: 98); além do mais, esse efetivo era parco de condições de combate, pois na maior parte do tempo, os soldados estavam mais ocupados nas lides do campo do que em treinamentos e manobras militares.

O resultado desse embate foi que as colunas paraguaias sofreram pouca resistência, só travando algum tipo de combate no Forte Coimbra e na Colônia Milita dos Dourados. O Forte Coimbra foi conquistado em 28 de dezembro de 1864, depois foi a vez de Corumbá, que abandonada pelo comandante de armas da província, foi ocupada em 4 de janeiro de 1865. Receosos de prosseguir para a capital da província, o comandante paraguaio deu por encerrada a sua ofensiva, passando daí para a defensiva, visando a possibilidade de sentar-se na mesa de negociações em vantagem estratégica.

A reação brasileira começou a ser planejada em 1865. Sob orientação do então Marquês de Caxias, foi elaborado um plano inicial para se fazer a guerra contra o Paraguai. O plano previa o envio de três colunas de marcha, duas previstas para o sul do Brasil (uma delas não se efetivou) e outra, com aproximadamente 10 mil homens, deveria seguir para a região sul de Mato Grosso, e daí invadir o Paraguai pelo norte, criando uma segunda frente de batalha (DORATIOTO, 2002: 118).

A coluna designada para operar nessa região saiu do Rio de Janeiro em abril de 1865 e se dirigiu para Uberaba, para se unir a outros elementos que lá deveriam se juntar. Sob o comando do Coronel Manoel Pedro Drago o contingente militar inicialmente compunha-se de 2.500<sup>25</sup> homens (VIANNA, 1920). No início de setembro de 1865 a coluna partiu de Uberaba rumo a Cuiabá, sendo que na margem do Paranaíba, o coronel Drago foi destituído do comando. O novo comandante, o coronel José Antonio Fonseca Galvão, recebeu ordens de se dirigir para o distrito de Miranda, onde deveria conduzir operações contra o invasor, que havia recuado para o rio Apa (DORATIOTO, 2002).

A coluna recebeu o nome de “Corpo Expedicionário em Operações no Sul de Mato Grosso”, pomposo nome para designar os 2203 combatentes (segundo Taunay) que chegaram em Coxim no dia 20 de dezembro. A tropa permaneceu nesta localidade até junho de 1866, quando, devido as péssimas condições do local, o coronel Galvão dirigiu-se para a vila de Miranda. O deslocamento foi extremamente penoso, através de pântanos, o

---

<sup>25</sup> Esse número varia de autor para autor. Enquanto Taunay (1935) afirma ter chegado a 3 mil homens, Doratioto (2002) considera que o efetivo era de 1575 soldados.

que ocasionou diversas baixas na tropa, entre eles o do próprio comandante, falecido a margem do rio Negro (TAUNAY, 1935: 8). Em 17 de setembro de 1866 o contingente chegou em Miranda; nesses quase dois anos de existência a coluna havia percorrido 2112 quilômetros, desde o Rio de Janeiro, e já havia perdido um terço de seus homens, sem ter disparado um tiro sequer (DORATIOTO, 2002: 123).

Em 1º de janeiro de 1867, assumiu o comando do corpo e das operações de guerra o Coronel Carlos de Moraes Camisão, que havia sido destacado de Cuiabá. Camisão havia recebido a missão de ocupar o Paraguai por Bella Vista e alcançar a cidade de Concepcion, localizada na margem direita do rio Paraguai a meio caminho de Assunção. Era uma missão considerada difícil de ser executada, devido principalmente as dificuldades logísticas e de pessoal. Contudo, o comandante tinha resolvido cumpri-la, a fim de afastar as acusações de que teria agido com covardia ao abandonar Corumbá sem esboçar qualquer reação contrária a ação dos paraguaios (DORATIOTO, 2002).

Ao assumir o comando do corpo, Camisão contava com o seguinte efetivo:

*Contava então a coluna expedicionária com dois Batalhões de linha, o 20º de Infantaria, de Goiás, comandado pelo capitão Joaquim Ferreira Paiva, e o 21º de Infantaria de Minas, comandado pelo major em comissão José Tomás Gonçalves; com o 17º Corpo de Voluntários da Pátria, de Minas, ao mando do tenente-coronel em comissão Antonio Enéas Gustavo Galvão, que o organizara e trouxera de Ouro Preto; com o Corpo Provisório de Artilharia, composto de 4 canhões La-Hitte, puxados por juntas de bois, sob a direção do major em comissão João Tomás Cantuária, que viera de Manaus, e finalmente com o 1º Corpo de Caçadores a cavalo, desmontado, transformação por que passaram os Esquadrões de Cavalaria de Goiás e Mato Grosso, sob o comando do capitão Pedro José Rufino (DUARTE, 1981: 27).*

A 11 de janeiro de 1867 a tropa saiu da vila de Miranda com destino a Nioaque, sendo esta localidade alcançada no dia 24 de janeiro. Naquela localidade se reuniu a coluna um sertanejo de nome José Francisco Lopes, que se ofereceu como voluntário para guiar a coluna, visto que há anos habitava a região que lhe era bastante familiar. Além do mais, Lopes tinha interesse pessoal em chegar a Concepcion, pois sua família, havia sido aprisionada pelas tropas paraguaias quando de passagem pela sua fazenda do Jardim e o sertanejo vislumbrou a possibilidade de resgate de sua esposa e filhos (TAUNAY, 1935).

A coluna novamente se pôs em marcha a 25 de fevereiro, dessa vez com destino a Bella Vista, povoamento paraguaio localizado na margem do rio Apa. Desse momento em diante, Camisão começou a demonstrar dúvidas quanto a sua capacidade de conduzir as

operações de modo seguro para a tropa brasileira. Constantes adiamentos, sucessivas convocações de “Conselhos de Guerra<sup>26</sup>” fizeram com que somente em 17 de abril fosse alcançado o rio Apa, fronteira física entre o Império e a República Paraguaia (TAUNAY, 1935: 36).

Após uma breve escaramuça, Bella Vista foi ocupada em 21 de abril e a 30 o corpo novamente se pôs em movimento com destino a fazenda Laguna, de propriedade de Solano Lopez, localizada dentro do território paraguaio, onde deveria haver gado suficiente para alimentar a tropa<sup>27</sup>. Ao chegar a fazenda Laguna, no dia 01 de maio, o corpo a encontrou abandonada e destruída, sem conter qualquer tipo de alimento (TAUNAY, 1935: 54).

Desse ponto em diante a operação se resumiu a uma retirada em direção a Nioaque, onde havia um posto de suprimento. Durante a retirada foram diversos os problemas enfrentados pela tropa brasileira. Segundo Doratioto, a retirada foi feita nas seguintes condições:

*“A retirada foi feita sob constantes ataques paraguaios, que arrebataram à coluna o gado de corte, o que a levou, novamente, a fome. Os soldados brasileiros marcharam, famintos, sob incessantes tempestades e por terreno pantanoso; tinham a incomodá-los, além dos inimigos, piolhos, e a vitimá-los o cólera e outros problemas de saúde, decorrentes do contraste entre o frio glacial noturno e o calor escaldante diurno”* (DORATIOTO, 2002: 127).

Soma-se ainda a esse quadro de calamidades a prática de se atear fogo na mata para encurralar um inimigo acuado (TAUNAY, 1935). Em 11 de maio travou-se o maior combate de toda a retirada, na batalha do Nhandipá<sup>28</sup> com cerca de 230 mortos, de ambos os lados, de um total de cerca de 3 mil homens envolvidos (TAUNAY, 1935: 82).

O cólera foi o principal inimigo enfrentado pela coluna de marcha durante a maior parte da retirada para Nioaque. Foram tantos doentes que na noite de 25 de maio, resolveu o coronel Camisão a abandonar cerca de 130 doentes, os quais foram deixados numa

---

<sup>26</sup> Diante da inexistência de um Estado-Maior, os comandantes da época, quando tinham dúvidas ou receios de cometer erros, reuniam os oficiais mais graduados e representantes das frações, para que pudesse definir uma estratégia a ser seguida.

<sup>27</sup> Na época não havia a noção de logística da guerra. A tropa levava alguma quantidade de gado, suficiente para a alimentação básica e o restante era adquirido no local, através de compras ou de saques.

<sup>28</sup> Assim denominado pelos combatentes paraguaios. Existem duas traduções para a palavra: a primeira é que seria a denominação em guarani, dialeto muito falado pelos paraguaios, para uma árvore muito comum na região; a outra é que seria uma composição, onde “nhande” significaria nós outros e “pa” seria terminar, compondo a palavra traduziria-se como nós terminamos, ou seja, que eles teriam terminado com a invasão de seu país, pois a batalha já foi travada em território brasileiro, após o retorno da coluna (PEREIRA, 1925).



sombra com um cartaz pedindo clemência ao inimigo, que imediatamente matou a todos, menos um que conseguiu escapar e juntar-se novamente a coluna de marcha, vindo a se restabelecer da doença e sobreviver a retirada. O local foi denominado pelos paraguaios como “Cambarecê”<sup>29</sup> (TAUNAY, 1935: 126).

A doença fez ainda novas vítimas na tropa, entre elas o guia Lopes, falecido a 27 de maio. Dois dias depois morreriam também o coronel Camisão e o tenente coronel Juvêncio, sub comandante da coluna. Em dois dias a coluna perdera os três homens que haviam planejado todas as operações (TAUNAY, 1935: 135).

Nioaque foi alcançada em 04 de junho, mas a vila havia sido novamente abandonada pelos brasileiros, deixando todos os suprimentos entregues ao saque da tropa paraguaia; esta levou o que lhe interessava e inutilizou o restante. No dia seguinte, a tropa partiu em direção ao porto Canuto, localizado as margens do rio Aquidauana. Dessa vez o deslocamento foi feito com relativa tranqüilidade, sem o acompanhamento das tropas paraguaias, que encerraram a perseguição em Nioaque (DORATIOTO, 2002: 128). Porto Canuto foi alcançado em 11 de junho.

Se levarmos em consideração a saída de tropas do Rio de Janeiro, ocorrida em abril de 1965, a operação consumiu dois anos e dois meses de marchas, combates e incertezas. Segundo Taunay (1935), do controverso efetivo inicial, restou cerca de setecentos homens, a grande maioria sem condições físicas de se reintegrar ao combate. A esse número somase um grande número de mortos entre os acompanhantes da coluna: comerciantes, índios, crianças e mulheres<sup>30</sup>.

A Retirada da Laguna foi uma amarga derrota<sup>31</sup> que posteriormente foi usada como forma de enaltecer a capacidade do combatente brasileiro de superar as dificuldades, passando a ser considerada não como uma derrota para os paraguaios, mas sim como uma vitória contra as adversidades.

Apesar de uma certa ambigüidade, Taunay (1935) enalteceu a capacidade do soldado brasileiro. Ao citar as deficiências diversas (de material, víveres, efetivos, etc), procura

---

<sup>29</sup> Do guarani, que quer dizer negro chorou, uma clara alusão a forma com que os paraguaios viam os brasileiros, um exército de negros.

<sup>30</sup> Taunay destaca a presença de mulheres e filhos de soldados, prostitutas, comerciantes. Dentre as mulheres destaca a participação de uma conhecida como “preta Ana”, que no fragor do combate do Nhandipá ajudou a tratar dos feridos. Preta Ana também é citada por outros autores como “Ana Mamuda”, que ficou imortalizada no monumento da Praia Vermelha.

<sup>31</sup> Segundo Clausewitz, um dos mais antigos teóricos da guerra, a retirada pode significar a fuga realizada por uma força derrotada militarmente diante da ameaça de aniquilamento para uma força superior. Porém, a ação também pode ser desenvolvida sem haver o combate propriamente dito, realizada em busca de melhores condições de combate. Atualmente o termo “retirada” foi substituído por “retraimento”, que na prática significa a mesma coisa, porém realizado de forma ordenada e seguindo certos princípios de movimento.

justificar o fracasso da operação, culpando a falta de condições materiais de cumprir a missão. Porém deixa sempre implícita a idéia da falta de capacidade de comando de treinamento.

Grande parte dessas dificuldades estavam atreladas ao papel político que os militares vinham desempenhado, desde a independência. A partir da guerra, as discussões políticas dentro dos quartéis se tornaram ainda mais acaloradas, colocando em lados antagônicos militares de diversas patentes. Dessa forma, o Exército acabou reivindicando para si o direito de exercer um poder “moderador” sobre a sociedade brasileira, tendo em vista que seus integrantes colocavam-se como “salvadores” da nação, considerando-se, pois, acima das paixões políticas.

No início da década de 1920 esse quadro ainda era presente no Exército Brasileiro. Apesar das mudanças instituídas a partir do início do século XX, havia uma intensa disputa interna pela supremacia de poder e pela definição da missão principal do Exército. O respeito a hierarquia não era reconhecido por muitos dos integrantes da força, pois ainda havia conflitos entre a alta e a baixa oficialidade. Muitos dos oficiais de alta patente existentes em 1920 tinham sido os jovens “revolucionários” de 1889. Mas naquele momento, não interessava que os jovens tivessem os mesmos ímpetos revolucionários demonstrados por eles.

Foi neste contexto de disputas que surgiram algumas obras destinadas a construir um olhar particular sobre a guerra com o Paraguai, descrevendo sobretudo o episódio da Retirada da Laguna. Buscava-se dessa forma criar o sentimento de pertencimento a todos os integrantes da força terrestre. Direcionados primeiramente para o público acadêmico do Exército, essas obras tinham por objetivo o fortalecimento da hierarquia, da disciplina e principalmente, do espírito de corpo, elemento essencial a formação de um exército profissional.

A seguir passaremos a analisar algumas destas obras, escritas por escritores militares, ou ligados ao exército, que tinham como objetivo principal dar aos jovens militares uma perspectiva profissional voltada para dedicação integral ao serviço do Exército.

## OS AUTORES E SUAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

As obras elencadas nesse capítulo abordam de forma distinta os eventos ocorridos por ocasião da tentativa brasileira de restabelecer o controle sobre uma região localizada no sul da província de Mato Grosso (parte do atual estado de Mato Grosso do Sul). Os autores selecionados posicionavam-se, no início da década de 1920, em lugares estratégicos dentro da estrutura de ensino do Exército. Por isso suas obras podem ser consideradas como importantes tentativas no sentido de instituir uma identidade própria para a instituição.

Este capítulo tem por objetivo descrever as obras analisadas, seus autores e seus espaços institucionais, além de passar ao leitor uma impressão do contexto em que as obras foram escritas.

Passaremos a descrever as obras, numa ordem cronológica, descreveremos primeiro a obra **A Epopéia da Laguna, comemoração que se impõe, dívida sagrada a resgatar**, publicada em 1920 pelo Coronel José Feliciano Lobo Viana; em seguida, a obra **Heroes abandonados, peregrinação aos lugares históricos de Mato Grosso**, de Armando Arruda Pereira, publicada em 1925; e por último **A epopéia de Mato Grosso no bronze da história**, publicada em 1926 pelo capitão Pedro Cordolino de Azevedo.

### JOSÉ FELICIANO LOBO VIANNA

A Epopéia da Laguna, é resultado de uma conferência proferida pelo Coronel Lobo Viana no dia 29 de maio de 1920, no Círculo Militar do Rio de Janeiro. Comemorava-se o 53º aniversário da morte do Coronel Camisão e do Tenente-Coronel Juvêncio de Menezes. Os homenageados foram, respectivamente comandante e subcomandante do Corpo Expedicionário de Mato Grosso, que em 1867, realizou operações de guerra no sul do então estado de Mato Grosso, atual estado de Mato Grosso do Sul.

O autor, o então Coronel de Artilharia Lobo Viana, nascido em 1860, entrou para o Exército Brasileiro em janeiro de 1877 no então 2º Regimento de Artilharia a Cavalos. No ano seguinte entrou para o curso preparatório da Escola Militar da Corte, sendo promovido a 2º Tenente em janeiro de 1889 e obteve o título de Bacharel em matemática e ciências físicas e naturais. Em março de 1890 foi promovido ao posto de Primeiro Tenente. Em

1893 obteve licença para matricular-se na Escola Superior de Guerra<sup>32</sup>, sendo então promovido a Capitão em dezembro de 1893. Em agosto 1908 foi promovido a Major Efetivo<sup>33</sup>, posto em que permaneceu até junho de 1912, quando foi promovido a Tenente-Coronel graduado. Em fevereiro de 1918 foi promovido ao posto de Coronel efetivo, permanecendo neste posto até agosto de 1920, quando foi graduado ao posto de Brigadeiro<sup>34</sup> e transferido para a reserva, por decreto<sup>35</sup>.

De formação acadêmica, Viana poderia ser considerado *científico*, visto ser integrante da arma de artilharia, uma das especialidades que obrigavam os seus integrantes a uma gama muito maior de estudos, e no final, além da promoção a oficial da arma, os integrantes da arma recebiam também os títulos de *bacharel* e *doutor*. Dessa forma, os artilheiros se consideravam superiores aos integrantes das armas mais práticas, como infantaria e cavalaria, que por terem um período de curso inferior, não recebiam estes títulos.

Porém, Vianna não se deixou contaminar com as práticas elitizantes de seus companheiros, e ao invés de se isolar no topo de seus conhecimentos, procurou defender causas ligadas aos ex-combatentes da guerra contra o Paraguai e seus dependentes, bem como do resgate dos seus feitos, causas pouco consideradas pelos oficiais recém formados nas escolas militares. Para estes, os feitos da guerra contra o Paraguai deviam ser esquecidos e os ex-combatentes aposentados. Na visão destes oficiais, a Retirada da Laguna se constituía numa amarga derrota, inserida numa guerra que gozava de pouco prestígio por estar associada, inclusive, à monarquia. Sem contar que para os positivistas a guerra refletia o estado mais atrasado do desenvolvimento humano.

Durante 19 anos (1901 a 1920), Vianna exerceu o cargo de professor de História, primeiro na Escola Militar da Praia Vermelha (até 1904) e depois na Escola Militar do Realengo, quando a primeira foi desativada. Desde o início de sua carreira, Vianna se empenhou em ações que visavam preservar a memória dos combatentes das guerras do século anterior bem como em prover as famílias dos combatentes mortos de amparo oficial do Estado. Primeiramente, foi um dos idealizadores da Fundação Osório, criada em 1907,

---

<sup>32</sup> Essa não é a mesma Escola Superior de Guerra que atualmente existe no Rio de Janeiro. A antiga Escola Superior de Guerra era destinada a militares no posto de primeiro tenente ou capitão, para que aprendessem os rudimentos da carreira de oficial do Exército.

<sup>33</sup> Era comum no exército a promoção em comissão, não sendo reconhecida fora da unidade em que o militar servia. O militar precisava aguardar o reconhecimento do novo posto pelo Estado Maior do Exército para que efetivamente pudesse ocupar o novo posto.

<sup>34</sup> Posto equivalente ao atual General de Brigada.

<sup>35</sup> Biografia cedida pelo Arquivo Histórico do Exército.

instituição ligada ao Exército Brasileiro que visava proporcionar educação a órfãs de militares das forças armadas.

Em 18 de junho de 1908 foi eleito o conselho deliberativo da recém criada Fundação Osório, composta por dezoito militares e dois civis, na qual o capitão Lobo Viana figurava como 2º secretário.

Mesmo começando com grande empenho e dedicação, a fundação não conseguiu sobreviver por muito tempo e, em 1911, teve dissolvido o seu conselho deliberativo. Seguiu-se um período de estagnação que perdurou por dez anos, quando o Desembargador Nabuco de Abreu, Presidente do Patronato de Menores e o Dr João de Albuquerque, então Ministro do Supremo Tribunal Militar, aderiram a idéia do educandário e conseguiram que fosse sancionado o Decreto nº 14.856. Em junho de 1921 foi constituído o Orfanato Osório, que em seus estatuto determinava o seu principal objetivo:

*“Orfanato Osório, destinado a prestar assistência às filhas órfãs de militares de terra e mar, o qual será instalado, mantido e administrado pelo Patronato de Menores, com as rendas provenientes das apólices que forem emitidas para esse fim<sup>36</sup>”.*

Em março de 1924 foi declarado instalado o Orfanato Osório e empossada sua diretoria. Nesta mesma seção foi mudado o nome de Orfanato Osório para Fundação Osório, que permanece até os dias de hoje. Em 1925 começou a construção de suas instalações na Rua Paula Ramos, no bairro do Rio Comprido, Rio de Janeiro. Para a instalação da Fundação foi escolhida a data de 24 de maio de 1926, aniversário da Batalha do Tuiuti.

Considerada a maior batalha campal da América do Sul, a batalha do Tuiuti foi travada no dia 24 de maio de 1866, próximo a uma lagoa, localizada ao sul da fortaleza de Humaitá e que emprestou seu nome a batalha. O exército aliado havia chegado a região no dia 20 de maio e estava organizando posições defensivas, a fim de estabilizar uma base de operações para uma posterior investida contra a fortaleza de Humaitá, principal posição defensiva paraguaia, que barrava o avanço para a cidade de Assunção, capital paraguaia.

Segundo Doratioto (2002), o ataque paraguaio foi inesperado e os 24 mil atacantes pegaram de surpresa os defensores, que mesmo estando em maioria, cerca de 32 mil, não estavam em condições e se defender da numerosa cavalaria paraguaia, devido principalmente as dificuldades de articulação da defesa. Mesmo assim, os paraguaios não

---

<sup>36</sup> Extraído do histórico da Fundação Osório, cedido gentilmente pela atual diretoria da instituição (2005).

conseguiram desalojar os brasileiros de sua posição, retirando-se após sofrerem inúmeras baixas. Por conta disso, a batalha do Tuiuti foi considerada uma grande vitória das forças aliadas.

Dessa forma, o combate foi repleto de feitos isolados, realizados por pessoas que se destacaram no comando de frações e em ações individuais. Dentre os muitos *heróis* militares criados a partir de Tuiuti, destacam três, que seriam posteriormente alçados a posição simbólica de patronos de três armas do Exército Brasileiro. São eles: Brigadeiro Antonio de Sampaio (infantaria), General Manuel Luis Osório (cavalaria) e Marechal Emílio Luis Mallet (artilharia).

Os feitos destes *heróis* tem em comum o seguinte: a idéia de sacrifício, pois dois deles (Sampaio e Osório) foram feridos na batalha, sendo que Sampaio morreu pouco depois em consequência dos ferimentos; o senso de cumprimento do dever, pois mesmo feridos, os dois se recusaram a abandonar seus comandados e Mallet, mesmo estando sem a proteção da infantaria, manteve a sua posição, atirando com seus canhões diretamente sobre os inimigos; há também a idéia de disciplina, pois Sampaio, ao ser ferido pela terceira vez e sentindo que não poderia continuar no comando de sua tropa, mandou um emissário a Osório, comandante da tropa brasileira, para que o substituísse no comando.

Lembrada por esses feitos, a batalha do Tuiuti passou a ser conhecida como *Batalha dos Patronos*, principalmente pelo grande simbolismo que pôde ser explorado dos acontecimentos ocorridos naquele dia.

Portanto, durante a instalação da Fundação, havia clara intenção em relacionar os feitos do passado que pudessem apontar para atitudes desejadas ao novo perfil militar que se buscava. Não por acaso, a instalação contou com a presença de inúmeras autoridades federais, entre elas a presença do Presidente da República, de Ministros de Estado, do Arcebispo Coadjutor, de familiares do General Osório e de diversas autoridades civis e militares.

Um segunda ação do coronel Lobo Viana foi o seu empenho no resgate da memória dos integrantes da Retirada da Laguna. Foi assim que, numa conferência realizada no dia 29 de maio de 1920, o coronel concitou todos os presentes a *resgatar* a memória dos retirantes e a *fazer justiça* com a construção de um monumento. Esta ação tomou corpo quando a Escola Militar resolvera construir um monumento aos heróis da Laguna e Dourados, abrigando também a memória da aventura do tenente Antonio João e dos soldados da Colônia Militar dos Dourados. Para isso havia sido nomeada uma comissão da

qual fazia parte, como presidente, o então 1º Tenente Pedro Cordolino de Azevedo, cuja obra também será objeto dessa dissertação.

Não é demais repetir que a obra “A Epopéia da Laguna” foi escrita no momento em que o Exército Brasileiro atravessava uma fase muito particular de sua história. Pois a década de 1920 marcou a fase final de um processo que havia se iniciado no fim do século anterior, quando *Bacharéis* e *Tarimbeiros* disputavam a hegemonia dentro da instituição. A nacionalização do Exército, resultante da campanha contra o Paraguai, incutiu dentro dos quartéis a dualidade entre a profissionalização, defendida pelos *Tarimbeiros* e necessidade de uma maior participação política, defendida pelos *Bacharéis*. O golpe da Proclamação da República, realizado com a união dos dois grupos, em 15 de novembro de 1889 colocou o poder a disposição dessa oficialidade que se apresentou como única classe organizada, apta a substituir o imperador deposto.

Esses principais grupos antagonicos passaram a disputar o destino do Exército Brasileiro. Entretanto, junto a esta disputa havia a insatisfação da baixa oficialidade com a estagnação do sistema republicano, com o jogo de cartas marcadas que havia tomado conta da política nacional e com a alta oficialidade militar, que também se beneficiava do sistema. Segundo Corrêa (1997) o Decreto de 14 de abril de 1890, deu maiores poderes ao grupo que pretendia dar maior importância a missão específica do Exército, se abstendo de participação na política da nação. Os jovens turcos, que foram os primeiros produtos dessa reforma, começaram o processo de modernização do Exército Brasileiro.

O processo de profissionalização pretendido pelo Exército Brasileiro, precisava estar aliado a um nacionalismo<sup>37</sup> forte e bem enraizado no âmago da instituição. Para isso, havia a necessidade se resgatar (ou criar) ícones para serem venerados e reverenciados. Segundo Eric Hobsbawm (1984), esse resgate pode ser entendido ainda como uma “tradição inventada”, pois visava, principalmente, inculcar certos valores e normas de comportamento, e com isso, tentar buscar no passado raízes comuns que pudessem aglutinar as forças divergentes em uma mesma direção. A obra “A Epopéia da Laguna” situa-se nesse momento, em que o Exército Brasileiro procurava no passado a representação de um evento que unisse as suas principais lideranças e criasse uma identificação dos soldados do presente para com os seus ancestrais na carreira das armas. O resgate da memória de Carlos Camisão, de Juvêncio de Menezes e do Guia Lopez faz parte, portanto, desse contexto. A obra de Viana constitui-se em parte de uma tentativa de

---

<sup>37</sup> Não é intenção deste trabalho discutir a emergência do nacionalismo no Brasil. Para melhor entendimento veja-se CORREA (1997).

incutir, principalmente na jovem oficialidade presente na Escola Militar, uma idéia de nacionalismo forte, capaz de insuflá-los a abdicar da participação política em prol de um exército forte, profissional e unitário.

Por se tratar de uma conferência, a “Epopéia da Laguna” não possui um sumário organizado e foi desenvolvida em forma de narrativa. Está dividida em vinte e cinco capítulos curtos que tratam de cada momento da ação militar isoladamente.

Após uma breve introdução, na qual o autor cumpre algumas formalidades do protocolo militar, inicia-se a narrativa da organização e do deslocamento da coluna de marcha, que sai do Rio de Janeiro, passa por São Paulo, Minas Gerais, Goiás e por fim, entra em Mato Grosso, chegando até a cidade de Coxim. Note-se na conferência a não citação do autor do período em que a tropa ficou estacionada em Campinas, se dedicando unicamente a atividades sociais, sem que houvesse nenhum preparativo para as operações que viriam a seguir. Esse período de inércia custou o comando de Drago, que foi substituído pelo Coronel Fonseca Galvão (DORATIOTO, 2002).

Na segunda parte da obra, consta os preparativos para a invasão do norte do Paraguai. Neste ponto o autor descreve a chegada do Coronel Camisão para assumir o comando da tropa. Ressalte-se que, mesmo negando as acusações de covardia (menciona que eram *vis processos*, destinados unicamente a denegrir a imagem do *herói*), o autor ambigualmente destaca a hesitação que Camisão sempre demonstrava em suas decisões. Constantes adiamentos de ações sem motivos justificados e convocações de conselhos de guerra. Relata também que a chegada do Guia Lopez foi de grande importância para o desenrolar da ação, pois além de servir como guia para a fronteira, conseguiu arrebanhar grande quantidade de víveres vitais para a sobrevivência da tropa.

Na terceira e última parte, o autor descreve a retirada propriamente dita. A falta de víveres e o sofrimento causado pelas condições do terreno e pelas investidas paraguaias é constantemente relatado. Descreve também o cólera, considerado outro inimigo a ser enfrentado e que mata grande parte da tropa, inclusive o Comandante, o Subcomandante e o Guia Lopez. Finalmente relata a chegada a Nioaque, onde se encerraram as hostilidades.

Por fim, ao encerrar sua conferência, Vianna se utiliza de uma linguagem ufanista para exortar os oficiais presentes a se empenhar em não deixar que os fatos acontecidos no sul de Mato Grosso não fossem esquecidos, buscando resgatar a memória dos retirantes e expor os feitos da coluna de marcha.

O autor anexa à obra vinte e sete notas contendo transcrições de documentos oficiais redigidos pelas autoridades que compunham a referida expedição. Esses documentos



serviram de base documental para a conferência, conforme evidencia durante toda a narrativa. Também serviu como base a obra “A Retirada da Laguna” de Alfredo d’Escragolle Taunay, como indicado no rodapé da página 98; Como pode-se observar muitos dos fatos narrados na obra tem trechos similares aos da obra de Taunay.

### **ARMANDO ARRUDA PEREIRA**

Armando de Arruda Pereira era engenheiro e foi funcionário da Companhia Construtora de Santos, empresa responsável pela construção de diversos quartéis localizados na região sul do antigo estado de Mato Grosso (1922-1925).

Nascido em 28 de setembro de 1889, em São Paulo, pertencia a uma família bem situada (o avô era magistrado). Aos oito anos foi morar com o tio que era embaixador do Brasil na Itália, sendo matriculado no internato Convitto Nazionale C. Colombo. Retornando ao Brasil um ano depois, passou a estudar em Jacareí, no Ginásio Nogueira da Gama, onde concluiu o ginásio. Aos 15 anos, preparou-se para a admissão na Escola Politécnica de São Paulo a qual, apesar de matriculado, não chegou a cursar. Foi para a Inglaterra, onde estudou no Seafiel Park College Crofton e, em seguida, matriculou-se na Universidade de Birmingham, na qual, aos 17 anos de idade, continuou seus estudos de engenharia. Em 1910, então com 20 anos, seguiu para os Estados Unidos, graduando-se em engenharia civil pela New York University School of Applied Science. Voltando ao Brasil, trouxe na bagagem muitos conhecimentos técnicos e o domínio de cinco diferentes idiomas.

De 1912 até 1922 sua vida profissional foi bastante profícua, ocupando cargos em empresas brasileiras e do exterior que serviram para que aprimorasse sua experiência profissional. Em 1922, retornou a Santos, para trabalhar para a Cia. Construtora de Santos, agora como engenheiro inspetor-chefe das construções de quartéis para o Exército Nacional em cidades como o Mato Grosso, o que lhe permitiu conhecer mais a fundo outras regiões do País.

É autor de diversos livros dedicados à Cerâmica, Construção de Quartéis e ao Trabalho dos Engenheiros de São Paulo na Revolução Constitucionalista de 1932. Retratou sua Viagem pelo Rio Araguaia até Belém, e outros como sua obra "Vinte e seis meses Prefeito de São Paulo", cargo público que ocupou. Entre alguns títulos de seus mais conhecidos livros estão: Heróis Abandonados (peregrinação pelo Mato Grosso); No sul do Mato Grosso; Construindo Quartéis; Pelo Brasil e para o Brasil; Diário de Viagem; Os

engenheiros de São Paulo; Pela Lei e Pela Ordem; Páginas Esparsas; São Paulo, berço da engenharia nacional.

Teve também uma grande participação na vida política brasileira, ocupando diversos cargos junto a algumas administrações: Membro da Comissão de Planejamento Econômico do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda. Membro do Conselho do Departamento da Produção Industrial da Secretaria do Trabalho de São Paulo. Prefeito de Santo André-SP. Vice-Presidente do Conselho Municipal de São Bernardo do Campo (substituiu as Câmaras Municipais), em 1930. Desligou-se do Conselho Municipal em 1934 para criar o PIM - Partido Independente Municipal de São Caetano, com o objetivo de combater a gestão do prefeito da cidade, Felício Laurito. Foi também prefeito de São Paulo (1951) e colaborador dos Conselhos da ONU. Foi Presidente do Rotary International, em 1940, tornando-se o primeiro brasileiro a ocupar esse cargo<sup>38</sup>, além de membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Segundo sua biografia, nutria desde a sua adolescência um grande entusiasmo com a Guerra do Paraguai, principalmente com os fatos ocorridos na Retirada da Laguna. Ao ser nomeado, em 1922, como 1º engenheiro inspetor da Companhia Construtora de Santos, teve a responsabilidade da construção de quartéis para o Exército Brasileiro em todo o Mato Grosso.

*Heroes abandonados, Peregrinação aos lugares históricos de Matto Grosso*, foi publicada em 1925 e narra as experiências do autor, quando chefiou a condução de diversas obras militares no antigo estado de Mato Grosso. Durante os três anos que trabalhou no estado (1922-1925), Pereira empreendeu diversas viagens exploratórias com o intuito de achar, ou de revitalizar, alguns sítios históricos da Retirada da Laguna e dos acontecimentos ocorridos na Colônia Militar dos Dourados. Na referida obra, o autor varia muito a sua forma de escrever. Em muitos momentos apenas descreve as suas experiências durante as viagens, para logo em seguida, se valer da linguagem ufanista e enaltecer a participação dos personagens históricos. A autenticidade da obra é reforçada já no prefácio do livro escrito por Afonso de Escagnolle Taunay (filho do Visconde de Taunay).

No primeiro capítulo, Pereira descreve que, em companhia de um amigo, de nome Luiz dos Santos, dirigiu-se a região conhecida como cabeceira do rio Dourados, com a finalidade de encontrar o túmulo do tenente Antonio João. Primeiramente ele teria procurado encontrar a posição exata da Colônia Militar dos Dourados, para servir como

---

<sup>38</sup> Biografia recolhida na internet em 10 de junho de 2005 no site do Rotary Clube Internacional.

ponto inicial da busca ao túmulo do tenente Antonio João. Seguindo indicações de um conhecido de Luiz, o senhor Arthur Lopes<sup>39</sup>, Pereira chegou a um cemitério em cujos túmulos não havia qualquer identificação. Mesmo assim, Pereira considerou um dos túmulos como sendo de Antonio João. Engenheiro civil, portanto, supostamente com conhecimento no trato da ciência, ainda sim Pereira, baseado apenas nas indicações de um morador da região determinou que uma daquelas sepulturas seria o túmulo de Antonio João.

A partir daí, o autor passou a desfiar todo o “heroísmo” de Antonio João e a enaltecer a sua participação no episódio de 1864. Para concluir o capítulo, Pereira transcreveu a folha de serviço do referido tenente, que lhe fora cedida pelo comandante do 10º Regimento de Cavalaria Independente, localizado na cidade de Bela Vista<sup>40</sup>.

No final do capítulo, Pereira dá mostras de suas íntimas relações com os militares, ao destacar o encontro que teve com o General João Nepomuceno da Costa, que em companhia do Major Antonino Menna Gonçalves estava realizando inspeções nos quartéis da fronteira. Pereira fez questão de assinalar os laços de amizade que tinha com o Major Gonçalves.

Continuando as suas explorações, no segundo capítulo, Pereira narra sua visita a cidade de Pedro Juan Caballero, onde mais uma vez ele deixa transparecer o cunho memorialista de sua obra, ao escrever que alguns membros da comunidade local o haviam informado que o Marechal Floriano Peixoto havia acampado no local. Dessa forma, Pereira destaca a importância da localidade, relacionando a tão longínqua região a um eminente personagem da República.

No terceiro capítulo, com o título de “Machorra”, o autor relata a sua visita ao local onde se deu o combate de 20 de abril de 1867. Nesse capítulo, o autor novamente indica o seu bom relacionamento com as forças militares, ao destacar o encontro com um amigo seu, o Capitão Jansen, que a época servia no 10º Regimento de Cavalaria Independente.

A visita ao local onde teria acontecido a batalha do Nhandipá é descrita no quarto capítulo. Citando outra obra de Taunay, intitulada Dias de Guerra e Sertão, o autor transcreve os acontecimentos ocorridos na batalha do dia 11 de maio de 1867.

---

<sup>39</sup> Não foi encontrada qualquer evidência sobre os dois companheiros de Pereira. Porém deduz-se serem pessoas com algumas posses, visto que fizeram a viagem em um carro de propriedade de Luiz dos Santos. No início da década de vinte, o automóvel era um bem considerado e extremo luxo e só pessoas bem ricas poderiam comprar um e trazê-lo para o Mato Grosso.

<sup>40</sup> O 10º Regimento de Cavalaria Independente deu origem ao atual 10º Regimento de Cavalaria Mecanizada, que permanece na mesma cidade e assumiu a denominação histórica Regimento Antonio João.

No quinto capítulo, o autor descreve a visita a cidade brasileira de Bela Vista, localizada na fronteira com o Paraguai. Relata a existência no cemitério local de diversos túmulos pertencentes a soldados brasileiros mortos nos combates de 1867. Ainda nesse capítulo, destaca a necessidade da construção de um monumento ao soldado desconhecido, a exemplo das nações européias. Trata-se pois de uma tentativa de “inventar” uma tradição, visando principalmente a criação de um sentimento nacionalista. Como se sabe, a criação de monumentos, entre eles o túmulo ao soldado desconhecido, é um dos primeiros passos no sentido de se criar uma nacionalidade, uma tradição (Benedict Anderson, 1984).

Nos dois capítulos seguintes, o sexto e o sétimo, o autor descreve a sua entrada em território paraguaio, visando identificar os locais onde teriam se dado alguns dos combates. Em uma jornada de vários dias, o autor percorreu os lugares onde a coluna de marcha havia passado e travado alguns combates com as tropas paraguaias. Cabe aqui ressaltar uma nota na qual menciona ter tomado conhecimento da existência de um canhão abandonado no lugar conhecido como Estero Panhete. De imediato, refuta que seja um canhão brasileiro pois, segundo relata, a tropa brasileira teria chegado com todos os seus canhões a Aquidauana. Numa época em que o canhão era a arma que mais causava dano e medo ao inimigo, a perda, ou abandono, significava que a tropa havia se retirado de forma desesperada, abandonando tudo o que lhe era mais caro. Percebe-se que o autor tenta ressaltar o fato de que a tropa retraiu com máxima organização; que a retirada fora única e exclusivamente por falta de meios, e não por outros motivos.

A seguir, no oitavo capítulo o autor narra a sua visita ao local conhecido como “Cambarecê”, no qual em que em 24 de maio de 1867, o comando determinou que fossem abandonados os retirantes que estivessem acometidos pelo cólera, por não conseguirem acompanhar a coluna de marcha.

No nono capítulo, Pereira refere-se ao local onde ainda encontravam-se os túmulos do coronel Camisão, do tenente coronel Juvêncio e do Guia Lopes, nas proximidades da fazenda do Jardim, descrevendo o estado de abandono em que se encontravam. O túmulo do Guia Lopez era o que apresentava pior estado, com a placa original substituída por uma inscrição que colocava em dúvida a sua identidade.

No décimo capítulo o autor relata a sua visita na fazenda do Jardim, que na época dos acontecimentos pertencia ao Guia Lopes.

Nos dois últimos capítulos, o autor descreve as suas visitas as cidades de Miranda, Nioaque e Aquidauana, onde já existiriam monumentos em homenagem aos acontecimentos da Guerra do Paraguai. Cabe ressaltar que, na página 56, o autor menciona

a idéia do então Ministro da Guerra, Marechal Setembrino de Carvalho, de levar os restos mortais dos *heróis* para o Rio de Janeiro, onde pudessem repousar em um *mausoléu a altura da gratidão que merecem de seus compatriotas*. Essa idéia passou a fazer parte da proposta de criação do monumento descrito por Azevedo, estudado no tópico a seguir. A simples menção ao projeto do Ministro, demonstra a relação que os esforços do autor tinham em comum com os militares no sentido de se criar uma memória da Guerra.

Figura de grande densidade memorialística, a relação de Armando de Arruda Pereira com o Exército Brasileiro carece ser melhor entendida. A sua crescente importância política no cenário paulista, bem como sua relação com o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, por excelência local produtor de memória, ou ainda, sua relação com as elites sul-mato-grossenses, indicam na mesma direção da necessidade da continuidade das pesquisas.

### **PEDRO CORDOLINO DE AZEVEDO**

O terceiro autor a ser analisado é o 1º Tenente Pedro Cordolino de Azevedo, autor da obra “A Epopéia de Matogrosso no Bronze da História”, publicada em 1926. Foi escrita com o objetivo principal de descrever os passos da construção do monumento em homenagem aos participantes dos eventos acontecidos na região sul da antiga província de Mato Grosso por ocasião da guerra contra o Paraguai. Nesta obra, Azevedo apresenta um relato visando demonstrar ao leitor como foi planejado, direcionado e construído, o monumento aos “heróis da Laguna” e de Dourados.

Pedro Cordolino de Azevedo nasceu em 1884 na província de Goiás. Entrou para o Exército Brasileiro em 08 de abril de 1901 na antiga Escola Preparatória e de Tática de Realengo. Durante a sua carreira de oficial do Exército frequentou os seguintes estabelecimentos de ensino: Escola Militar do Brasil, 1904; Escola de Guerra de Porto Alegre, 1906; Escola de Artilharia e Engenharia, 1910; e Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, em 1929.

Azevedo figura também entre os autores da história militar brasileira. Ao publicar a obra História Militar em 1938. Foi uma das personalidades a assinar a ata de fundação do Instituto de Geografia e História Militar, ao lado de várias figuras ilustres, tais como Tasso Fragoso, Rondon, Genserico de Vasconcelos, entre outros.

Durante os seus mais de quarenta anos de serviço, recebeu diversas condecorações e promoções, alcançando o ápice de sua carreira em 1941, ao ser promovido ao posto de

Tenente Coronel. Em 1942, ao ser transferido para a reserva, foi considerado professor vitalício do exército, cargo que lhe conferia certos privilégios<sup>41</sup>.

Mesmo sendo contemporâneo de um momento extremamente conturbado na história militar brasileira, a primeira República, Azevedo não participou das agitações políticas. Destaque-se o fato que mesmo sendo professor na Escola Militar do Realengo, **não** participou do levante da referida escola, ocorrido 1922 em protesto ao Presidente da República no episódio das cartas falsas<sup>42</sup>.

O empenho do autor em construir o monumento teve início no ano de 1920, quando tomou conhecimento do abandono em que se encontravam os túmulos onde estavam os restos mortais do Coronel Camisão, do Tenente Coronel Juvêncio e do Guia Lopes, “heróis” da retirada da Laguna. Estando presente na palestra ministrada pelo Coronel Lobo Vianna no Clube Militar, Cordolino se imbuíu da tarefa de construir um monumento aos retirantes, como forma de “agradecimento” da nação aos seus feitos.

A obra descreve passo-a-passo o processo de construção do monumento, iniciando com um relato dos eventos que antecederam a guerra e as ações ocorridas no sul de Mato Grosso. A seguir, o autor descreve todo o processo de construção do monumento, terminando com uma prestação de contas do numerário envolvido no processo.

A primeira parte da obra, intitulada “A Epopéia”, Azevedo descreve as ações de guerra ocorridas em Mato Grosso. Começando pelo ambiente pré 1864, destaca as intrigas políticas que desencadearam no início das hostilidades, passando a seguir a descrever as forças em luta, tanto a capacidade numérica quanto a operacional, bem como o local onde ocorreram os combates.

Ainda na primeira parte da obra, o autor destaca as ações executadas pelas forças militares paraguaias. Usando uma linguagem bem descritiva, Azevedo relata as principais manobras executadas, reduzindo o relato sobre as ocorridas no sul do Brasil, e enfatizando as ações realizadas em Mato Grosso.

O teatro de operações de Mato Grosso foi muito bem descrito por Azevedo. Relata minuciosamente os efetivos envolvidos, tanto do lado paraguaio quanto do lado brasileiro. Ao contrário dos outros autores que destacam a retirada, Azevedo menciona outros

---

<sup>41</sup> Biografia cedida pelo Arquivo Histórico do Exército.

<sup>42</sup> No ano de 1922, o Jornal do Comércio, periódico publicado na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, publicou diversas cartas ofensivas ao Marechal Hermes da Fonseca, ex- Presidente da República e, na ocasião, ocupando o cargo de Presidente do Clube Militar. A autoria das cartas foi atribuída a Arthur Bernardes, candidato a Presidente da República e inimigo político do Marechal Hermes. Em resposta ao que foi considerado uma afronta a todo o Exército, houve um levante de diversos quartéis localizados no Rio de Janeiro, entre eles a Escola Militar do Realengo. O levante foi debelado e os revoltados punidos severamente.

acontecimentos ocorridos durante a ofensiva paraguaia. O ataque ao Forte Coimbra, a ação de Oliveira Melo na fuga de Corumbá, a resistência de Antonio João, a invasão das tropas brasileiras pelo Apa, a Retirada da Laguna, a retomada de Corumbá e, finalmente, o combate do Alegre.

A segunda parte da obra, intitulada **O Bronze**, narra as ações lideradas pelo autor com a finalidade de se construir o monumento que lembrasse as ações ocorridas em Mato Grosso por ocasião da defesa contra a invasão paraguaia. Numa introdução ao capítulo, Azevedo narra a intenção dos alunos da Escola Militar de Realengo em realizar o projeto de construção.

Em **Idéia do Monumento**, o autor começa lembrando a iniciativa do General Lobo Vianna, que havia lançado, já em 1903, a idéia da construção de um monumento junto aos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, onde era professor. A seguir cita um artigo publicado em *O Jornal* que, no dia 14 de junho de 1920 no qual denuncia o estado de abandono que se encontravam os túmulos de Antonio João, do coronel Camisão e do guia Lopes, nos locais onde foram originalmente enterrados: Antonio João, próximo ao rio Dourados, e os outros dois próximos a Fazenda Jardim, ambos no sul de Mato Grosso.

Relata que, ao tomar conhecimento do artigo, os redatores da revista *Cruzada*, editada pela Sociedade Bibliotecária Acadêmica da Escola Militar do Realengo, publicaram na edição de 5 de agosto do mesmo ano, um outro artigo no qual exortavam os seus sócios, e os outros alunos da referida escola, a se unirem com a intenção de angariar fundos para colocar uma lápide nos túmulos citados em *O Jornal*. O artigo surtiu o efeito desejado, tanto que o esforço se espalhou até em outras unidades sediadas na capital da república.

Foi nesse momento de intensa euforia que o autor, então professor da Escola Militar do Realengo, vislumbrou a possibilidade de aumentar a homenagem, e, ao invés de uma simples lápide, conseguiu convencer o redator da *Cruzada* em se empenhar na construção de um monumento, bem maior e majestoso, localizado na capital federal, em local de destaque, onde pudesse ser “visto e lembrado” por todos.

O redator-chefe da revista reuniu os alunos no dia 24 de agosto de 1920 e na sessão em que, segundo Azevedo, compareceram “a quase totalidade dos alunos”, foi decidida a construção do monumento. Para isso foi nomeada uma comissão composta pelos redatores da *Cruzada* e presidida por Azevedo.

Em sua primeira sessão, realizada dois dias depois, a comissão decidiu que o monumento se denominasse “*Aos Heróis da Laguna e Dourados*”, mas que deveria haver

alguma lembrança aos defensores do Forte Coimbra<sup>43</sup> e a retirada do Tenente Oliveira Mello<sup>44</sup>, fatos que, segundo os componentes da comissão, não deveriam continuar a ser esquecidos.

Em **A idéia em marcha**, o autor descreve as primeiras ações da comissão para dar sustentação a construção do monumento. Preencher vagas na comissão, solicitar apoio de autoridades, das tropas federais e estaduais, dos jornais de todo país para a arrecadação de fundos, pedir a adesão de escritores com o fim de tornar o projeto conhecido em todo Brasil, conseguir fotografias das personagens a ser homenageadas, organizar festas, competições desportivas, e outras atividades sociais para se obter algum numerário para a construção, bem como mudar o estatuto da *Sociedade Bibliotecária Acadêmica*, no sentido de torna-la responsável pelo monumento, mesmo depois de inaugurado. Outras ações da comissão foi a de se empenhar nos processos de concessão de meio soldo, a título de pensão, aos sobreviventes da campanha do Paraguai<sup>45</sup>, bem como de se utilizar do restante do numerário para conceder uma medalha aos alunos que se destacassem em suas respectivas armas<sup>46</sup>.

Quanto ao monumento, a comissão decidiu que o assunto principal seria a Retirada da Laguna, simbolizando a constância e valor da tropa. Já, a representação da resistência de Antonio João na Colônia Militar dos Dourados, reforçaria a idéia de amor a pátria e o senso de cumprimento do dever. Além desses episódios, seriam lembrados a defesa do Forte Coimbra, a retomada de Corumbá<sup>47</sup> e o Combate do Alegre<sup>48</sup>. Na base do

---

<sup>43</sup> Combate travado entre os defensores do Forte Coimbra e integrantes da coluna do coronel Barrios, os quais estavam subindo o rio Paraguai em direção a Corumbá. A coluna paraguaia, composta de 5.000 combatentes, atacou no dia 27 de dezembro de 1864 o forte defendido por 167 militares brasileiros. Após dois dias de combates, os defensores brasileiros abandonaram o forte e escaparam a bordo o vapor *Anhambahy*.

<sup>44</sup> Retirada iniciada em 3 de janeiro de 1865, onde o tenente João de Oliveira Melo conduziu 230 soldados e 249 civis, todos fugitivos de Corumbá, por terra durante 4 meses até Cuiabá.

<sup>45</sup> Até aquele período, não havia pensão para os sobreviventes das campanhas militares, que em sua maioria era composta de voluntários, sem nenhum vínculo com o exército, e que após as operações eram desmobilizados retornando a sua vida civil. No início do século XX, foram sendo concedidas pensões individualmente, através de processos que deveriam ser movidos pelos interessados.

<sup>46</sup> Atualmente existe no Exército Brasileiro a medalha “Marechal Hermes”, concedida ao primeiro lugar de cada um dos diversos cursos existentes no sistema de ensino militar, tanto de formação quanto de aperfeiçoamento de oficiais e de praças.

<sup>47</sup> Ação comandada pelo tenente coronel Antonio Maria Coelho que em maio de 1867 reconquistou a cidade de Corumbá. Segundo Azevedo, a ação deveria prosseguir até Concepcion, localizada dentro do território paraguaio, onde deveria fazer junção com a coluna comandada pelo coronel Camisão. Ao tomar conhecimento do fracasso da ação de Camisão, Coelho resolveu permanecer na cidade, mas logo foi obrigado a abandoná-la em virtude de forte epidemia de varíola.

<sup>48</sup> Combate naval travado no rio São Lourenço, as margens da Fazenda do Alegre, entre os vapores brasileiros *Jaurú* e *Antonio João* e três vapores paraguaios, entre eles o *Salto del Guayrá*, considerado de grande porte. Ao final, as forças paraguaias retraíram derrotadas.



monumento deveria repousar os restos mortais dos principais expoentes dos embates citados.

Como local para a construção do monumento foi indicado a ponta do calabouço, onde principiava a Avenida das Nações<sup>49</sup>, no antigo arsenal de guerra. A escolha do local se deveu principalmente ao fato de ser por onde as tropas embarcavam com destino a guerra contra o Paraguai.

A comissão recebeu então diversas manifestações de apoio, dentre as quais do Presidente da República, Epitácio Pessoa e de Pandiá Calógeras, Ministro da Guerra; além de diversas autoridades do legislativo e do executivo, em todos os níveis.

O próximo passo da comissão foi realizar um concurso para a escolha da forma do monumento. Para uma melhor ambientação, foi encomendado ao Major Genserico de Vasconcelos, escritor militar e autor do livro História Militar do Brasil, que escrevesse uma monografia para servir como base para os escultores. Como resposta, o Major Vasconcelos escreveu uma monografia intitulada “O teatro de operações de Matto-Grosso na Guerra do Paraguay”, que serviu para que esses escultores se inteirassem sobre o assunto proposto.

Ainda, em *A Idéia em Marcha*, Azevedo ressalta também a oposição de alguns brasileiros a construção do monumento. Para ele os opositores argumentaram que tal construção pudesse abalar a paz continental, conseguida após a guerra e que, conforme imaginavam, poderia desencadear algum tipo de protesto por parte do Paraguai<sup>50</sup>. Mesmo assim, o autor procura demonstrar que havia uma certa unidade nacional em torno do projeto. De forma conciliatória, argumentou-se que possíveis opositores visavam apenas o bem da nação, e não outros objetivos que poderiam ser julgados políticos.

Outra parte da obra, intitulada de **Nossa idéia**, Azevedo narra o começo das adesões a campanha de construção do monumento. Na introdução ao capítulo, o autor esclarece que, a única intenção era a de cultuar os brasileiros mortos na ação, e não em provocar os paraguaios. Em uma clara resposta aos opositores da homenagem, exalta as qualidades dos brasileiros e dos paraguaios que se envolveram naquela refrega.

---

<sup>49</sup> Atual Avenida Rodrigues Alves.

<sup>50</sup> Em levantamento recente sobre monumentos militares na cidade de Dourados, realizado por este pesquisador, descobriu-se um em homenagem a Retirada de Laguna, localizado na Praça situada em frente ao Hospital Evangélico. Tal construção, datada da década de 1980, encontra-se inacabada em virtude da ação de vereadores locais, sob o argumento de que o monumento constituía-se em uma afronta a comunidade paraguaia do município.

Em **Recursos angariados**, o autor presta contas dos recursos obtidos com a subscrição que se levou a efeito em todo o território nacional, bem como das outras diversas formas de se conseguir algum numerário.

Em **Local para o Monumento**, o relata a escolha do local para a construção do monumento. Como já foi citado anteriormente, o local escolhido inicialmente foi a Ponta do Calabouço, por ser um local histórico e apresentar uma alta consistência rochosa, propícia a servir de base para o pesado monumento, além da vantagem de já pertencer Ministério da Guerra. Porém o prefeito municipal, Carlos Sampaio, solicitou ao presidente da comissão que o monumento fosse construído em outro local. O primeiro lugar a ser escolhido pelo prefeito foi a nova avenida Independência, que seria aberta para comemorar o centenário da independência do Brasil. Porém como essa obra não foi realizada, resolveu-se que o monumento deveria ser construído na extremidade de um promontório resultante do aterro com o desmonte do morro do Castelo (atual Aterro do Flamengo). O local foi considerado inadequado devido as características do solo, pois seria necessária uma grande e dispendiosa obra de base para sustentação do monumento. Outro local sugerido pelo prefeito foi a extremidade do cabo que fica ao sul do Forte de Copacabana (atual praia do Arpoador), porém, na época o local era muito afastado do centro da cidade, o que tornaria o monumento inacessível aos visitantes, bem como encareceria o seu transporte e a construção. A questão ficou sem solução até que um novo prefeito, Alaor Prata, finalmente assentiu com o lugar inicialmente pretendido pela comissão de construção. Contudo, como a obra demorou a se iniciar, o local definitivo acabou sendo outro<sup>51</sup>.

Em **A Comissão Julgadora**, Azevedo identifica os participantes da comissão que teria a responsabilidade de julgar as maquetes do monumento, que concorreriam a construção final. Fizeram parte da comissão as seguintes personalidades: Pandiá Calógeras, Ministro da Guerra; o Senador Félix Pacheco; Corrêa Lima, professor da Escola Nacional de Belas Artes; General Eduardo de Barros, Comandante da Escola Militar do Realengo; Capitão Norival de Lemos, engenheiro militar e arquiteto; além do próprio Cordolino, que participava como representante da comissão central. Não podemos avaliar a real capacidade dos integrantes da comissão para julgar os trabalhos concorrentes, porém identifica-se que apenas um de seus componentes pertencia ao ramo das artes plásticas, e

---

<sup>51</sup> Não foi encontrado por este pesquisador qualquer alusão a mudança do local da construção do monumento. Porém, o local descrito pelo autor (inclusive através de plantas) descreve como sendo dentro da Baía da Guanabara, atualmente Av Francisco Bicalho, Píer da Praça Mauá, parte do Porto do Rio de Janeiro. Já o monumento esta erigido na Praia Vermelha.

por conseqüência, com real capacidade de avaliar a parte artística do monumento. Os outros eram militares de carreira, cujo o objetivo principal era o ufanismo de preservar uma certa memória militar.

**O edital de concorrência** descreve as normas do concurso para a construção do monumento, bem como a premiação para os primeiros colocados.

**As maquetes premiadas** destaca o concurso para a escolha do autor do monumento. Ao todo 16 concorrentes apresentaram suas maquetes, as quais ficaram expostas em três salões cedidos pela direção do Jornal do Comércio. No dia 20 de outubro de 1921 a comissão julgadora se reuniu para avaliar as obras. Das 16 inscritas no concurso, uma foi desclassificada, por não satisfazer nenhuma das condições constantes do edital. As cinco obras consideradas vencedoras do concurso foram identificadas, pois a exposição era feita apenas no título da obra, sendo que a identidade dos autores ficou secreta até a apuração. O vencedor foi a obra *Veritas et Labor*, do escultor Antonino Pinto de Matos.

Em **como será o monumento** faz um breve relato da maquete vencedora, seus relevos, o que destaca, e o que se pode esperar quando o monumento finalmente estiver pronto.

No capítulo seguinte, **A arquitetura**, Azevedo fez um breve relato de como seria o monumento, sua base, seus destaques e suas medidas.

Já em **A escultura** destaca detalhadamente as características do monumento. Neste capítulo, descreve as particularidades e os detalhes da obra. Considerou que o alto relevo da Retirada da Laguna seria o de maior impacto, pois dava uma idéia de movimento e de sofrimento. Dividido em três partes, representaria o início da Retirada, o salvamento dos canhões e o transporte dos coléricos. A seguir, Azevedo começou a especificar os detalhes do alto relevo da Retirada da Laguna. Em **Os heróis** destaca como os retirantes da Laguna seriam representados no monumento.

Em relevo, destaca-se as figuras do **Guia Lopes, Carlos Camisão e Antonio João**. O autor não explica a inclusão do último como parte do relevo da Retirada da Laguna, tendo em vista que Antonio João não participou da referida jornada.



Figura 02, o salvamento dos canhões



Figura 03, Marcha Forçada



Figura 04, Transporte dos coléricos

Em **Os Símbolos**, começa a explicar o significado de cada componente do monumento. Acima dos relevos seriam colocados estátuas que representariam cada uma das virtudes exaltadas no monumento: **A Pátria**, mesmo representada com capacete e vestes de guerreiro, transmitiria uma expressão de bondade e superioridade, empunhando a bandeira e assistindo o martírio dos seus filhos. **A Espada** representaria a coragem do homem. **A História** descreveria os feitos “heróicos” do passado. E por último, e acima de todos, estaria **A Glória**, que ficaria em cima da coluna principal do monumento.

No tópico seguinte, descreve **Os Baixos Relevos**, que fariam parte do monumento. Cada parte contaria um momento da “Epopéia Mato-Grossense”; **A Defesa do Forte de Coimbra**, representada pelas ações do 7º de Infantaria; **A Retirada de Oliveira Mello**, representado pela passagem dos retirantes por um pantanal; e **O Combate do Alegre**, representado pela abordagem do vapor Jaurú.

Em **Material a ser empregado**, relatou-se a obra de construção do monumento. **O contrato** descreve a parte legal efetuada pela comissão, que pagando os prêmios estipulados, começou a definir as características da obra. O bronze disponível se mostrou insuficiente para a conclusão da obra, sendo necessária a compra de uma quantia maior, pois a disponível havia sido ofertada pelo então ministro da guerra, o Sr Pandiá Calógeras.

Em **O Estado atual dos trabalhos**, enumera-se os problemas enfrentados para a construção do monumento, pois apesar de estabelecido um prazo de três anos para a sua construção, o mesmo ainda não estava pronto após quatro anos de iniciados os trabalhos. Os acontecimentos ocorridos no Brasil na década de 1920 atrasaram o andamento das obras, pois envolveram a oficialidade militar, desviando a atenção do país para problemas mais atuais, que predominaram sobre o passado. Também foram prestadas homenagens aos “heróis” da Laguna pelo executivo municipal, dando seus nomes a novas ruas e praças da cidade do Rio de Janeiro. Azevedo também destaca a lembrança ao Visconde de Taunay, colocando uma estátua em tamanho natural ao lado da bandeira junto ao monumento.

Em **Comissões que têm funcionado**, o autor descreve a composição das comissões que funcionariam durante o período de construção do monumento. Aqui cabe ressaltar a participação na comissão de alguns futuros participantes da política nacional, como por exemplo os futuros generais Arthur da Costa e Silva e Humberto de Alencar Castelo Branco.

O autor conclui o livro fazendo uma pequena reflexão dos trabalhos realizados e da necessidade de se concluir o monumento, destacando que seu trabalho não ficaria

esquecido, e que o livro serviria como prestação de contas para todo aquele que quisesse avaliar os custos do monumento.

Finalmente, nos anexos, o autor transcreve a documentação oficial da construção do monumento, suas atas, recibos, prestação de contas, etc.



Figura 05 – Monumento aos heróis da Laguna e de Dourados - RJ

A intenção inicial de se inaugurar o monumento junto com as comemorações do centenário da independência (1922) foi completamente abandonada ainda nas páginas do livro. O monumento só seria finalmente inaugurado em 25 de dezembro de 1938, e não mais na Ponta do Calabouço, para onde tinha sido planejado, mas em frente a Escola de Comando e Estado Maior, instalada em 1920 nas dependências da antiga Escola Militar da Praia Vermelha.

Em 1941 os restos mortais do coronel Camisão, do tenente coronel Juvêncio, do Guia Lopes e do tenente Antonio João, foram trasladados de Aquidauana para onde haviam sido levados. No dia 15 de novembro do mesmo ano foram, finalmente, depositados na base do monumento no Rio de Janeiro.



Figura 06, Cripta localizada na base do monumento

A duração de mais de quatro décadas entre as primeiras intenções e a finalização do projeto do monumento, aponta em dois sentidos. De um lado, na morosidade de sua execução, apesar de tantos apoios a longa duração da construção pode representar o tempo necessário da conciliação que se buscava no interior do Exército. Por outro, indica que o seu sentido de reforçar o sentimento nacionalista também seria uma construção lenta e continuada. Sem dúvida, a construção do monumento foi uma das formas utilizadas para inculcar na jovem oficialidade a idéia de nacionalismo, essencial para a existência de um Exército moderno.

Nas três obras analisadas verificamos a existência de um forte apelo nacionalista. Diversos autores, entre os quais Benedict Anderson, Pierre Bourdieu, Jaques Le Goff e Eric Hobsbawn, destacam que esse tipo de trabalho tem a clara intenção de formular uma identidade própria, ligada a determinados grupos. No capítulo seguinte procurar-se-á fazer uma análise do sentido das mensagens contidas no “resgate” da Retirada da Laguna e como elas poderiam influenciar o setor militar que buscava a profissionalização de seus quadros.

## CAPÍTULO QUARTO

### LUTA, SOFRIMENTO E ABNEGAÇÃO: UMA IDENTIDADE PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO

Nos capítulos anteriores procura-se ambientar o leitor às condições em que o Exército Brasileiro se encontrava no início da década de 1920. Como seus componentes se identificavam uns com os outros, como se relacionavam entre si e com o meio político que predominava na República Brasileira. Vimos o nascimento do Exército, junto com a independência; sua maioria, alcançada na guerra contra o Paraguai; e finalmente à luta pela sua independência, com a implantação da profissionalização.

Dessa forma, chegamos ao século XX e o início do processo de profissionalização. Mas os comandantes ainda careciam de formas de unir os seus comandados e, ao mesmo tempo, afasta-los das paixões políticas. Além do mais, havia grupos que não viam a necessidade da nação manter um exército, dentre os quais destacam-se os positivistas. De modo que é oportuno iniciar essa análise respondendo a seguintes perguntas: por que ter um exército? E tendo um exército, por que profissionalizá-lo? Respondidas essas perguntas poderemos responder outras indagações consideradas objetivos desse trabalho. São elas: Como fazer com que jovens abdicuem das facilidades de sua mocidade e ingressem numa carreira com códigos quase monásticos? Por que resgatar fatos tão distantes no tempo e na geografia? E ainda, quais os interesses existentes por trás desse processo de recuperação da memória?

Iniciando nosso trabalho, fazemos a primeira indagação: Por que ter um Exército? Diversos autores relacionam a existência de uma nação a sua capacidade de defender seus interesses, seu território e, por conseguinte, sua autonomia. Yves Santamaria (1995) afirma que o ser humano tem afinidades com a paz, ainda sim, *por toda a parte se afirma a disposição de sacrifício aos cultos guerreiros do século XX* (SANTAMARIA, 1995: 28). Destaca que apesar de a maioria dos países possuir índole pacífica e nenhuma intenção de envolvimento bélico, quase todos mantêm a tradição e a memória de seus feitos militares do passado. Considera ainda que mesmo algumas nações conhecidas pela sua militância pela paz, cultuam grandes feitos militares do passado. Como exemplo temos a França que, mesmo colocando-se contra intervenções militares, tem no Arco do Triunfo<sup>52</sup> um de seus

---

<sup>52</sup> Monumento erigido para comemorar as vitórias do Imperador Napoleão.



principais monumentos. Isso porque, segundo Le Goff (1992) esses monumentos são vistos como uma herança do passado, capaz de perpetuar uma memória coletiva para toda a nação.

Da mesma forma, Hobsbawm (1994) afirma que, um dos critérios para um povo ser classificado como nação é ter uma provada capacidade para a conquista. Por outro lado, a presença militar se justifica não necessariamente para conquistar seus inimigos, mas para simplesmente lembra-los que esta pronta para se defender e talvez levar a guerra ao interior do território do agressor.

A exemplo, temos a Suíça, país pacífico, de neutralidade reconhecida por todas as nações, mas que não abriu mão de ter uma força capaz de defender seu território e suas instituições, pois mesmo não possuindo um Exército em tempo integral, o País passou a ter uma força de defesa altamente adestrada e pronta para ser mobilizada ante qualquer ameaça externa.

Já Benedict Anderson (1989) afirma ser a Nação imaginada como uma comunidade, concebida como *companheirismo profundo e horizontal*, e que o seu cidadão está pronto para matar ou morrer por essa imaginação, ou seja, está pronto para defende-la de qualquer ameaça a sua integridade e a sua existência. Também Le Goff (1996) afirma que a memória valoriza a morte heróica e ufanista, como um sacrifício máximo, reafirmando o sentido da existência da nação. Por isso, quase todas as nações possuem epitáfios e túmulos de soldados desconhecidos.

Assim, a existência de uma nação está diretamente vinculada a presença de um exército nacional, composto de soldados cidadãos, conscientes de sua participação no processo de nascimento e afirmação nacional. Há exemplos de nações que tinham no seu exército nacional não só a confiança na defesa de suas instituições, mas também a própria essência de sua sociedade. Segundo Huntington (1996), a Prússia e depois de 1871, a Alemanha era o país que mais se enquadrava nessas condições. Para ele a Prússia não era uma Nação que tinha um Exército, mas sim um Exército que tinha uma Nação. Isso acontecia, principalmente pelo fato da Prússia não possuir fronteiras naturais com os seus vizinhos, com a agravante de compartilhar fronteiras étnicas mal definidas. Tudo isso sempre representou um grande perigo a sua integridade territorial, principalmente em uma época de grande afirmação nacional em toda Europa, com cada Nação tentando afirmar o seu território. Para a Prússia, que se via como grande líder de um futuro Estado que reuniria todos os povos germânicos, o Exército era essencial para a defesa do seu território. Essa relação de identificação não passou despercebida pelos políticos prussianos, tanto

que Bismarck, ao completar a unificação alemã em 1871, explorou essa identificação germânica com o seu exército para criar uma identidade nacional. Foram diversos monumentos criados em comemoração as diversas batalhas vencidas pelo Exército Prussiano em busca da unificação dos povos germânicos.

Essa relação não foi percebida pelos líderes dos países vencedores da Primeira Guerra Mundial, que, entre outras coisas, proibiram que os alemães, derrotados na grande guerra, possuíssem um Exército forte, e para tal, limitaram seu efetivo a no máximo cem mil homens, além da proibição de ter armas modernas. Dessa proibição, entre outras coisas, foi que se aproveitou Adolf Hitler para, em 1933, unificar o povo alemão em torno de seu projeto de governo, e novamente levar a Alemanha a uma outra guerra mundial.

A Alemanha foi apenas um exemplo, mas outros países também têm com o seu Exército uma profunda relação de dependência e coexistência institucional. Na Inglaterra, onde nobreza e Exército são inteiramente ligados, os nobres são incentivados a servir às Forças Armadas, sendo que a própria Rainha Elizabeth II serviu como soldado na 2ª Guerra Mundial. A França que tem na Legião Estrangeira e nas Tropas Coloniais, exemplos fortes de nacionalismo e dedicação a República Francesa. E por fim, o Estado de Israel, que por sua localização geográfica, inserido em meio a vizinhos hostis, tem no seu Exército a sua própria sobrevivência. Estes são alguns exemplos da boa convivência entre povo e exército, o do mutuo reconhecimento.

Mas um Exército precisa estar preparado para cumprir as suas obrigações constitucionais. Para isso precisa que seus integrantes conheçam profundamente a sua profissão e o manuseio dos equipamentos necessários ao seu ofício. Essas condições só seriam alcançadas com a profissionalização, alcançada em todos os níveis.

Segundo Huntington, a Prússia foi o primeiro país a perceber a importância da profissionalização dos seus quadros, que começou a ser implantada no ano de 1808, após seu exército ter sido derrotado pelas tropas francesas de Napoleão Bonaparte. Foi também na Prússia que o serviço militar obrigatório foi pela primeira vez implantado em um país, o que ocorreu em 1814. A França também passou a dar importância a profissionalização de seu exército após a derrota para a Prússia, ocorrida em 1870. Países que se consideravam seus territórios seguros de ameaças externas, como a Inglaterra e os Estados Unidos, retardaram ao máximo o processo de profissionalização de seus quadros, que somente ocorreram já no século XX, com quase cem anos de atraso em relação à Prússia.

Podemos constatar então que, sempre após uma grande derrota os chefes desses governos perceberam a necessidade de montar um exército profissional, com um corpo de

oficiais prontos para desempenharem as suas missões. Além do mais, os avanços tecnológicos desenvolvidos, além da “evolução” ocorrida na arte da guerra, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, impuseram que os integrantes dos Exércitos estivessem aptos, não só a manusear as novas armas, mas acima de tudo explorar os avanços táticos e bélicos para destruir o oponente.

A exemplo de disparidade entre avanço tecnológico e táticas bélicas, tem-se as grandes guerras travadas no final do século XIX e início do século XX. Tanto na guerra civil norte-americana quanto na guerra da tríplice aliança contra o Paraguai, a adoção maciça de armas de fogo de grande repetição não foram seguidas por táticas adequadas, o que ocasionou grande número de mortos e feridos de ambos os lados das contendidas. Já na 1ª Guerra Mundial, a invenção da metralhadora tornou obsoleta qualquer manobra de ataque conhecida por ambas as partes. O resultado foi um impasse, onde nenhuma das partes conseguiu subjugar a outra, levando a uma guerra de trincheiras que durou mais de quatro anos.

O profissionalismo capacitaria os chefes militares a entender melhor as situações, adaptando as suas máquinas de guerra aos imprevistos das ações. Para isso, é necessário muito estudo e um constante aperfeiçoamento, que só pode ser obtido através da dedicação integral a carreira das armas.

Porém, como conseguir que homens dediquem todos os melhores momentos de suas vidas a um objetivo tão subjetivo, que é a segurança de sua nação, principalmente em tempo de paz. Some-se a isso o fato de que a profissão militar não é compensatória monetariamente (HUNTIGTON, 1996). Posto de outro modo, os responsáveis pelo aperfeiçoamento dessa profissionalização tinham que encontrar outra forma de atrair os jovens para a carreira das armas.

Uma saída encontrada era tentar incutir nesses jovens a idéias de pertencer a uma instituição maior do que aquilo que se apresentava a sua frente. Daí se recorrer a história, utilizando as suas narrativas, verdadeiras ou falsas, no sentido de provocar uma relação de identificação dos homens do presente com feitos e virtudes de personagens do passado.

Tal uso da história pode passar por uma manipulação dos fatos a fim de se criar uma memória coletiva, a qual pode ser *essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação entre o presente e o passado* (LE GOFF, 1984: 166). Em outros termos, uma memória que pode ser construída através da narração de fatos passados dando a eles as conotações que seriam importantes para o presente. Ainda segundo o autor *a memória faz parte do jogo do poder, se autoriza manipulações conscientes ou*

*inconscientes, se obedece aos interesses individuais ou coletivos* (LE GOFF, 1984: 168). Nesse sentido podemos perceber a utilização de fatos da história para se construir memórias destinadas a cumprir determinadas funções, sem compromisso com a verdade.

Foram muitas as nações que empregaram a história para construir uma memória coletiva, digna de orgulhar seus cidadãos, tornando-os capazes até de dar suas vidas em defesa das instituições nacionais. Hobsbawm diz tratar-se de tradição inventada ou *um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado* (HOBSBAWN, 1984: 9).

O mesmo Le Goff (1996) afirma ainda que a França revolucionária utilizou-se da manipulação da memória para derrubar definitivamente quaisquer resquícios do antigo regime, e os governos pós-revolucionários se preocuparam em subtrair da memória coletiva os massacres e a multiplicidade das vítimas.

Um dos símbolos mais utilizados para inventar uma tradição é, justamente o monumento, empregado para lembrar a todos os cidadãos os sacrifícios de seus antepassados pela construção da nação. O monumento leva grande vantagem e relação aos documentos pela facilidade de se entender a mensagem que é passada através de seus símbolos e seus relevos. Segundo Le Goff (1992) um monumento pode ser uma obra comemorativa de arquitetura ou um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte.

A morte com glória sempre esteve presente no imaginário das comunidades humanas: quer seja na antiguidade romana e grega; na idade média, no Império Carolíngio, do Sacro Império Romano Germânico e nas Cruzadas; na idade moderna dos descobrimentos; e na idade contemporânea das campanhas napoleônicas, das guerras de unificação das potências européias, das guerras mundiais e coloniais. Ainda segundo Le Goff (1996), a morte se tornou uma das principais armas do cristianismo, quando o martírio passou a ser considerado como o elemento máximo da fé, sempre associando-se a morte com a memória.

Nos dias de hoje os Exércitos ainda cultuam a morte com glória como objetivo maior a ser alcançado por seus integrantes no cumprimento de suas missões. No caso brasileiro, suas canções militares ressaltam o sofrimento da guerra e a morte em defesa da pátria. O estribilho da Canção da Infantaria diz:

*És a nobre infantaria, das armas a rainha, por ti daria a vida minha. E a glória prometida nos campos de batalha, estás contigo, ante o inimigo, pelo fogo da metralha.*

Ou o seguinte trecho da Canção Ardor do Infante:

*É no combate que o infante é forte, vence o inimigo e despreza a morte.*

Finalmente há um trecho da canção da Artilharia que diz:

*abraçado ao canhão morre o artilheiro, em defesa da honra e da bandeira.*

É a máxima do ufanismo, numa clara incitação a seus integrantes em morrer pela pátria<sup>53</sup>. A morte também está presente em discursos e versos que funcionam como orações, todas tem em comum o final, que sempre acaba com o desejo de merecer a vitória ou morrer com glória e dignidade, diz um trecho da oração do guerreiro da selva, de autoria desconhecida:

*Mas se defendendo esta brasileira Amazônia tivermos que perecer, ó Deus, que o façamos com dignidade, e mereçamos a vitória.*

Outra forma de identificação é a implantação de uma série de rituais destinados a perpetuar costumes passados. Como exemplo, podemos destacar a comemoração do dia de ação de graças pelos cidadãos dos Estados Unidos da América. Segundo a história oficial norte-americana, uma pequena colônia, marco inicial do povoamento inglês na América do Norte, foi salva da extinção pela fome por membros de uma tribo indígena, que lhes forneceram perus e com isso puderam sobreviver e criar os Estados Unidos da América. Esse ritual marca o sentimento de pertencimento a nação americana. No que diz respeito aos soldados americanos, tem-se o registro de que a carne de peru lhes foi servida mesmo quando estavam nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial. O que demonstra claramente o esforço dos comandantes norte-americanos em lembrar aos seus soldados que pertenciam

---

<sup>53</sup> A única arma em que sua canção não fala em morte é justamente a arma de comunicações, que tem como patrono o marechal Rondon, único dos patronos a não participar de combates externos.

a uma instituição muito maior. O sofrimento e o risco de perder a própria vida são colocados como tributos a serem pagos para poder fazer parte daquela sociedade.

O Brasil republicano também precisava “inventar” suas tradições e, para isso, começou a “resgatar” de seu passado alguns personagens que de alguma forma, haviam se tornado conhecidos da população em geral. Um desses resgates foi a memória de Tiradentes, executado por ordem do poder colonial. Transformado em mártir pela República como símbolo da nossa independência, foi alçado ao altar de patrono cívico da nação.

No que diz respeito ao Exército Brasileiro, os seus comandantes também vislumbraram a necessidade de se buscar no passado algo capaz de incutir na juventude militar brasileira um sentimento maior de pertencimento a instituição. Para isso, começou também a procurar no passado alguns “heróis” que pudessem criar essa identidade. Mas de onde resgatar esses “heróis”? Deveria haver sempre o cuidado de não criar cismas entre as facções que poderiam ver nesses cultos alguma forma de provocação política. As campanhas militares da República eram consideradas impróprias para se criar heróis, tendo em vista o seu caráter repressivo, oligárquico e, principalmente, genocida.

A repressão e atrocidades cometidas contra os sertanejos em Canudos, aos rebeldes do Contestado e aos integrantes da Revolução Federalista cometidas em nome da república, era algo que ninguém poderia se orgulhar. Mais ainda, não se poderia cultuar homens que haviam matado seu próprio povo. Além do mais, esses fatos estavam recentes na memória coletiva na nação e muitas eram as testemunhas oculares que poderiam contestar a “recontagem” da história.

No contexto histórico em questão, a única forma de se propor heróis seria confrontando-os com um inimigo externo, que representasse não apenas uma ameaça ao grupo oligárquico dominante, mas a toda nação, à sua própria soberania, ou ao orgulho nacional. Nesse sentido, as campanhas do Prata, e principalmente a guerra contra o Paraguai representavam uma grande fonte de “heróis”. As primeiras por representarem a guerra contra inimigos externos no caso, Uruguai e Argentina; a segunda além de ser de fato uma ameaça externa, caracterizava-se por ser também a primeira na qual envolveram-se vários segmentos que compunham a sociedade brasileira. Em outras palavras, sobre seus combatentes, principalmente seus líderes, eram grandes as chances de reconhecimento pelos brasileiros de todos os cantos do país.

Portanto, não foi por acaso que a guerra contra o Paraguai tornou-se o principal conflito no qual os comandantes militares iriam procurar seus “heróis”. Das catorze

especialidades<sup>54</sup> presentes atualmente no Exército Brasileiro seis tem seus patronos escolhidos entre oficiais que participaram daquela guerra. Além de Caxias e Tamandaré, respectivamente patronos do Exército e da Marinha, destacam-se: Brigadeiro Antonio de Sampaio, patrono da Infantaria (comandou a 3ª Divisão de Infantaria e foi morto na Batalha do Tuiutí); Marechal Manuel Luis Osório, patrono da Cavalaria (foi comandante das forças brasileiras, ferido gravemente na Batalha do Tuiutí); Marechal Emílio Luis Mallet, patrono da Artilharia (comandou o 3º Regimento de Artilharia a Cavalo durante toda a campanha, também participou da Batalha do Tuiuti); Tenente Coronel José Carlos de Vilagran Cabrita, patrono da Engenharia (comandou o 1º Batalhão de Engenheiros e foi morto na Batalha da Ilha da República, a qual passou a ser chamada de Ilha do Cabrita); Marechal João Severiano da Fonseca, patrono de Serviço e Saúde (foi cirurgião junto ao hospital de sangue); e por fim, o Tenente Antonio João, patrono do Quadro Auxiliar de Oficiais<sup>55</sup>. Dos patronos restantes, dois (Assistência Religiosa e Músicos, respectivamente Frei Orlando e Capitão Francklin de Carvalho Júnior) se destacaram na Segunda Guerra Mundial; três (Comunicações, Material Bélico e Intendência, respectivamente os Marechais Rondon, Napion e Bitencourt) se destacaram por dedicação a avanços técnicos; um (Quadro Complementar de Oficiais, a Tenente Maria Quitéria) se destacou nas guerras de independência; um não participou de nenhuma guerra (Topografia, o General Polli Coelho); e finalmente um da Guerra do Contestado (Aviação, o Tenente João Kirk)<sup>56</sup>.

Um dos primeiros resgates foi do culto a Osório<sup>57</sup>, que, segundo Celso Castro (2002) era quem realmente gozava de amplo respeito e admiração pelos integrantes do Exército, tanto oficiais como praças e que se devia ao fato de Osório ter participado ativamente das batalhas. O mesmo autor afirma ainda que o culto a Osório surgiu naturalmente no final da década de 1890 e se transformou na principal comemoração militar brasileira realizada nas três primeiras décadas da República. As comemorações da Batalha do Tuiutí, realizada anualmente em frente ao monumento a Osório localizado na Praça Quinze no Rio de Janeiro, então capital federal, eram geralmente prestigiada com a presença do Presidente da República.

---

<sup>54</sup> Armas: Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações e Aviação; serviços: Intendência, Saúde e Assistência Religiosa; quadros: Material Bélico, Auxiliar de Oficiais, Complementar de Oficiais, Topografia e Músicos.

<sup>55</sup> Comandava uma pequena colônia militar e foi morto ao tentar defender a colônia.

<sup>56</sup> Que mesmo se tratando de uma campanha pouco popular, suas atrocidades já haviam sido esquecidas quando da imposição de seu patrono, ocorrido já na década de 1990.

<sup>57</sup> Manuel Luis Osório (1808-1879) foi o comandante brasileiro durante o início da campanha, quando as tropas brasileiras estavam sob o comando geral argentino. Recebeu o título de Marques do Herval e hoje é o patrono da arma de cavalaria do Exército Brasileiro.

De modo que, na década de 1920, os comandantes militares buscavam formar um novo Exército, voltado para o profissionalismo e para a despolitização de seus quadros. Mas essa profissionalização passava obrigatoriamente pela eliminação ou redução das disputas internas. Nesse sentido, a busca no passado de vultos cujas as ações pudessem ser consideradas de impacto, tornou-se estratégica. Estes vultos deveriam ser utilizados pelos soldados do presente como seus legítimos antecessores, criando no imaginário militar um sentimento de identificação e continuidade, além de exemplos a serem seguidos.

Porém Osório representava uma personalidade que não interessava aos comandantes militares. Ele era tido como militar arrojado e contestador, que vivia junto de seus soldados. Qualidades que são evidenciadas pela sua estátua, onde se representa Osório em uniforme de campanha montado em um cavalo em movimento, representando arrojo e intrepidez; em uma das mãos segura as rédeas e com a outra uma espada, caracterizando liderança e combatividade. Esse perfil de militar não interessava para o movimento de afirmação profissional pretendido para o Exército Brasileiro. Para aquele momento, interessava aos comandante militares cultuar homens sem defeitos, distantes da realidade terrena, incapaz de ter cometido qualquer tipo de atrocidade, e que acima de tudo, fossem determinados a manter a hierarquia militar. Portanto alguém que estivesse inclinado a cumprir as ordens de seus superiores, sem contestação, sem discussão, e ao mesmo tempo, se afastar completamente da vida pública e política nacional.



Figura 07, Detalhe da estátua de Osório, localizada na Praça 15 de Novembro, Rio de Janeiro–RJ





Figura 08, Estátua de Osório

Sob esta ótica compreende-se porque, em 1923, o General Setembrino de Carvalho, então Ministro da Guerra, instituiu o culto a Caxias. Monarquista e conservador, Caxias havia sido relegado a um completo esquecimento pelos primeiros governos republicanos, Osório era quem realmente os militares respeitavam como líder do passado. Mas o momento político precisava de um ícone com as características do duque, características realçadas em seu monumento, localizado no Largo do Machado<sup>58</sup>, no Rio de Janeiro. Nele a visão de Caxias é *acima de tudo, a de um estrategista. O cavalo está estático, sem movimento. Caxias segura com uma mão as rédeas e com a outra o binóculo* (CASTRO, 2002: 15); além disso, Caxias traja um perfeito uniforme de gala, portando todas as suas medalhas, representando o controle da situação e a visão de futuro, bem firme, sem sobressaltos. De forma que, como ressalta Castro, a intenção implícita na estátua do Duque, de serenidade, equilíbrio e finalmente condução e visão de futuro, era tudo o que os comandantes queriam ver em seus comandados. Nessa mesma época Caxias foi consagrado “Patrono do Exército” e a sua data de nascimento, 24 de agosto, considerada “Dia do Soldado”.

---

<sup>58</sup> Esse monumento foi depois transferido para a praça localizada em frente ao prédio do antigo Ministério da Guerra, localizado ao lado da Central do Brasil.



Figura 09, Estátua de Caxias, localizada na Central do Brasil, Rio de Janeiro-RJ

Os chefes militares viram na figura do Duque de Caxias o personagem representava bem esse espírito que se queria de seus oficiais. Para Celso Castro ... *no plano simbólico, era a afirmação do valor da legalidade e do afastamento da política, a bem da unidade interna do Exército* (CASTRO, 2002: 20). Caxias, mesmo quando político, não apresentava as mesmas características de Osório, se mostrando mais conservador e fiel a hierarquia e à disciplina, tão buscadas naquele momento.

Dessa forma, a memória de Caxias passou por um processo que Hobsbawm (1984) define como de eliminação de todos os seus defeitos. E a partir do ano de 1923, Caxias se tornou não só o patrono do Exército, também o “pacificador”, responsável pela manutenção da unidade nacional, mas exemplo de cidadão, de militar, de chefe de família. Alçado a uma condição quase de semideus, sua vida continha apenas atos de “bondade” e de “misericórdia”. Das campanhas internas das quais participou, foi realçada apenas a sua capacidade de negociação com os seus oponentes, desprezando-se os possíveis aspectos negativos de sua carreira.

Novo passo rumo a identificação da jovem oficialidade com Caxias seria dado posteriormente, quando em 1930, o General José Pessoa, reformou toda a estrutura da formação dos oficiais do Exército Brasileiro. Entre várias mudanças destaca-se a adoção do espadim, que é a imitação em miniatura do sabre de Caxias e que, doravante, deveria

ser usado pelo jovem aluno, que passou a ser chamado de Cadete, durante todo o tempo em que permanecer na Escola.

Detendo-se nos anos 20, percebe-se que a adoção do culto a Caxias foi um passo muito importante para a realização da identificação dos militares com o seu Exército. Aos poucos conseguiu-se fazer com que os jovens se mantivessem unidos em torno de uma memória comum, idealizando uma forma de agir, própria a um novo perfil militar que se desejava.

Mas ainda havia a necessidade de incutir nos jovens cadetes a necessidade de profissionalização e constante aperfeiçoamento. Além de conscientizá-los da necessidade do completo afastamento da vida política partidária. Como conseguir esse façanha?

A operação militar desencadeada pelo Exército Brasileiro na região sul da província de Mato Grosso, conhecida como A Retirada da Laguna, tornou-se uma grande fonte de ações, cuja lembrança tornou-se de grande serventia aos propósitos dos comandantes militares da época. Através do relato dos fatos, foi possível destacar para os soldados o sentimento de renúncia e de cumprimento do dever acima de quaisquer condições, além da necessidade de profissionalização e aperfeiçoamentos constantes das forças militares brasileiras. Estas orientações iriam constituir-se dois principais eixos em torno dos quais seriam conduzidas as disputas militares.

No início do século XX o Exército Brasileiro ainda apresentava uma estrutura de força para-policial, existente desde a independência. A diversidade de acesso ao oficialato havia criado dois tipos de oficiais, que disputavam a supremacia dentro da instituição: *tarimbeiros* e *bacharéis* ou *científicos*. Em comum os dois apresentavam um forte nacionalismo, criado através de quase sete décadas de regime monárquico e uma de regime republicano oligárquico.

Segundo o dicionário Aurélio, “tarimba” é descrita como sendo um *estrado de madeira onde dormem os soldados nos quartéis e postos de guarda*, representa também a *vida na caserna*, mas o seu sentido popular é o que mais chama a atenção, tarimba é equiparada a *larga experiência*. Já o tarimbeiro é o oficial *que passou pelos postos e soldado, cabo e sargento sem haver feito estudos superiores*. Há ainda outros verbetes ligados a palavra, como tarimbado, considerado *muito experiente*, ou ainda tarimbar, *servir no exército*. Dessa forma que se deixa bem claro que a designação de “tarimbeiro” para um grupo de oficiais do Exército está diretamente ligada a sua origem funcional. O oficial considerado “tarimbeiro” era aquele que atingia o oficialato mais por merecimento militar do que intelectual. Ou seja, passava pelos postos inferiores da carreira para, por seus

méritos, atingir os altos postos do oficialato. As revoltas regenciais e a guerra contra o Paraguai foram um grande impulso para as carreiras desses oficiais. O brigadeiro Antonio de Sampaio foi um grande exemplo de *tarimbeiro*. Nascido em 1810, na província do Ceará, entrou para o Exército em 1830, como soldado do Batalhão de Caçadores de Fortaleza. Participou dos combates de Icó (CE), 1832; Cabanagem (PA), 1836; Balaiada (MA), 1838; Guerra dos Farrapos (RS), 1844-45; Praieira (PE), 1849-50; Combate à Oribe (Uruguai), 1851; Combate à Monte Caseros (Argentina), 1852; Tomada do Paissandu (Uruguai), 1864; e Guerra da Tríplice Aliança (Paraguai), 1866. Cada combate lhe valia uma promoção, tanto que em 1866, quando da guerra contra o Paraguai ocupava o posto de brigadeiro<sup>59</sup>. Ou seja, em trinta e seis anos ele galgou os postos de Soldado a General-de-Brigada, sendo sempre promovido por bravura. Deve-se explicar ainda que Sampaio era completamente analfabeto e sua autoridade sobre os soldados exercia-se através de sua comprovada capacidade de comandá-los em batalha.

Também eram considerados *tarimbeiros* aqueles oficiais que, mesmo tendo freqüentado a Escola Militar, pertenciam às armas de infantaria e cavalaria. Os cursos de infantaria e cavalaria, com duração de dois anos, eram atrativos para os jovens ligados à monarquia, pois estudariam pouco tempo e logo poderiam estar fora da Escola e, por sua origem nobre, tinham preferência nas promoções ao alto escalão do Exército. Além do que, quase todos já tinham algum tipo de convivência na caserna, pois o título de *cadete* já os tinha proporcionado algum tipo de conhecimento da vida nos quartéis.

Os conhecimentos adquiridos pelos *tarimbeiros* nas campanhas do Prata e na vida na caserna foram de muita valia quando estes assumiram as conduções das operações na guerra contra o Paraguai, adquirindo com isso, o respeito dos soldados, que viam representados neles a liderança necessária para conduzi-los na batalha.

Politicamente, os *tarimbeiros* estavam mais alinhados com a monarquia. Essa situação se devia principalmente ao fato de que suas promoções só poderiam ser efetivadas com o assentimento do Imperador, que era quem realmente detinha o monopólio das promoções no Exército. Dessa forma muitos *tarimbeiros* tinham um bom relacionamento com a monarquia, a qual consideravam ser a grande responsável pela sua ascensão social.

O oficiais considerados *científicos* eram, em termos políticos, exatamente o oposto a tudo o que representavam os *tarimbeiros*. Desde 1810 funcionava no Brasil uma Escola de Formação de Oficiais, destinada à formação de oficiais para o Exército Português e, a

---

<sup>59</sup> Posto igual ao atual General-de-Brigada.

partir de 1822 para o Exército Brasileiro. Desde a sua criação até o início do século XX, as escolas militares brasileiras tinham como características comuns a predominância do ensino de ciências naturais e filosóficas ao treinamento militar propriamente dito. A partir da década de 1840 os concludentes dos cursos de artilharia e engenharia da Escola Militar recebiam o título de bacharel e doutor, dependendo de suas notas na formação.

Os títulos de bacharel e doutor poderiam ter muita importância na vida pública brasileira, contudo, dentro do Exército esses oficiais não gozavam do mesmo prestígio, sendo considerados apenas como técnicos, sem espaço nas funções de comando. Assim, os títulos apresentavam um atrativo apenas para os jovens oriundos de uma classe média que não poderia bancar com os seus estudos, aproveitando das oportunidades da Escola Militar para conseguir uma certa ascensão social. Normalmente, ao final do curso, esses jovens logo abandonavam a carreira militar, dedicando-se a uma carreira de engenheiro civil, em geral considerada profissão mais promissora. Mesmo assim, alguns oficiais permaneciam na instituição e, com o passar dos anos passaram a exigir maior espaço político.

Diversos foram os exemplos de oficiais *científicos*, entre os quais podemos citar Benjamim Constant, Rondon, Euclides da Cunha, Floriano Peixoto, entre tantos. Nomes que se destacaram principalmente na oposição ao regime monárquico e na implantação de um Estado republicano forte, com propostas de mudanças tanto na estrutura militar quanto na estrutura política brasileira.

Havia ainda aqueles que pregavam uma redefinição ainda maior na própria existência do Exército Brasileiro. Preconizada principalmente pelos *positivistas*, constituíam-se em uma influente facção dentre os chamados *científicos*. Adeptos das teorias de Augusto Comte, tinham em Benjamim Constant o seu principal expoente. As idéias positivistas chegavam a ser até conflitantes com a profissão militar propriamente dita. Suas teorias pregavam que a civilização haveria de atingir um grau tão elevado que as guerras seriam desnecessárias, e por conseguinte, os exércitos, que perderiam sua razão de existência. Outro princípio positivista era a não profissionalização do Exército, posto que pregavam a existência de milícias constituídas de cidadãos aptos a serem mobilizados apenas em caso de ameaça. Além de Benjamim Constant, vários foram os seguidores dessa tendência, entre eles destacamos Rondon, um dos grandes tenentes de 1889 e que depois viria a ser o patrono das comunicações brasileiras. Rondon ficaria mais conhecido pelos seus princípios pacifistas de integração indígena.

Com idéias completamente diferentes, era de se esperar que os dois grupos aspirassem formas diferentes de participação na vida política nacional. Os *tarimbeiros*

estavam preocupados com o Exército que eles haviam comandado na guerra e queriam ver mudanças na estrutura na instituição, tornando-a mais combativa, sem que houvesse mudança na estrutura política do país. Já os *científicos* queriam mudanças mais radicais, que iam desde mudança na forma de governo até na redefinição da própria existência da instituição militar brasileira.

Nesse contexto que surge Lobo Vianna, oficial *científico* da arma de artilharia, considerada a mais científica de todas. Formado na Escola Militar e seu professor por mais de dezenove anos. Contrariando as tendências da época, Vianna demonstrava um real interesse em resgatar os fatos da guerra contra o Paraguai. Para a partir daqueles fatos, inculcar nos seus jovens alunos, um pouco do espírito de renúncia a que se fazia questão de caracterizar os participantes da Retirada. Cabe aqui salientar o imenso desprezo com que o setor *científico* do Exército Brasileiro se referia a Guerra do Paraguai, a qual consideravam uma perda de tempo e dinheiro, feita por *tarimbeiros* monarquistas. Para os *científicos* as medalhas e condecorações recebidas na guerra era motivo de vergonha e seus possuidores recebiam apenas o desprezo. Carvalho destaca as dificuldades de relacionamento entre os dois grupos:

As relações entre os dois grupos eram difíceis. Deodoro dizia que seu único benfeitor fora Solano Lopez, a quem devia sua carreira militar; os bacharéis, ao contrário, adeptos do pacifismo positivista, desprezavam as façanhas bélicas e consideravam a Guerra do Paraguai um desastre. Na Escola Militar, medalha da Guerra era motivo de deboche (CARVALHO; 2005: 26).

Até oficiais *científicos* que haviam participado da guerra sofriam certo preconceito por parte dos novos oficiais. É o que deixa a entender Taunay, em carta escrita ao Barão do Rio Branco queixando-se de seu relacionamento com os jovens oficiais. Afirma que, mesmo sendo *científico*, por haver participado de guerra, *quando desejavam humilha-lo chamavam-no de Sr Major* (COELHO, 2000: 58). Percebe-se assim a dificuldade de relacionamento entre os dois grupos.

Como vimos no primeiro capítulo, a década de 1920 representou um momento de extrema tensão para o Exército Brasileiro, momento em que a tão procurada profissionalização encontrava seus adversários nos diversos níveis da hierarquia militar. A hierarquia e a disciplina, que são os dois pilares básicos de qualquer estrutura militar, havia caído a níveis abaixo do toleráveis onde, por exemplo, tenentes se dirigiam a coronéis sem nenhum respeito. Nelson Sodré (1979) destaca o discurso proferido pelo tenente Gwaier de

Azevedo, no dia 24 de junho de 1922 no Clube Militar, ocorrida na esteira dos acontecimentos das chamadas “Cartas falsas”, atribuídas a Artur Bernardes, em que o tenente Gwaier ofende diversos oficiais superiores ali presentes, acusando-os abertamente de ladrões, covardia, arbitrariedades, etc.

**Ten Gwaier - Em defesa do Exército, desse Exército enxovalhado pelo Presidente da República, desse Exército que V. Excia., General Setembrino, de modo algum representa.**

**Marechal Presidente – Atenção. Quem está com a palavra é o senhor Ten Gwaier.**

TG – O sr Major Boanerges já havia declarado, antes de abrir a sessão, que viria me apartear com violência.

Maj Boanerges – Não é verdade.

TG – Quem me disse foi o Ten Siqueira Campos.

Ten Siqueira Campos – É verdade; não querer sustentar é outra coisa.

MB – Eu não disse assim.

TG – V. Excia. Disse, mas não tem importância, seus apartes não me interrompem.

Cap Duarte do Carmo – O Sr Maj Boanerges é um oficial digno, mais digno que V. Excia.

TG – Mais digno que V. Excia.

CDC – V. Excia. É incompetente e mal-criado e não sabe português.

TG – V. Excia. Tem razão: eu fui aluno do senhor seu pai.

CDC – Protesto, meu pai era um homem competente e sabia comandar.

TG – Tinha tanta competência que se permitiu transferir sine die um eclipse total do Sol. Isto está escrito nos Boletins do Exército; eu apelo para o Sr Ten Siqueira de Brito que, na ocasião, servia no 1º Batalhão de Engenharia.

CDC - O Ten Brito é um oficial digno e não pode afirmar isto.

Ten Siqueira de Brito – Sou amigo do Cap Duarte do Carmo e peço a S. Excia. Que me perdoe, porém a afirmação do Ten Gwaier é verdadeira.

CDC – Muito obrigado a V. Excia.

TSB – Não tem o que agradecer.

.....  
TG – Está direito, V. Excia. Submeterá o requerimento à votação, Sr Presidente. Os jornais noticiam que o Sr Presidente da República, para enxovalhar o Exército, vai mandar amanhã os seus agentes fecharem o Clube Militar, baseado numa lei que fecha as sociedades de anarquistas, de cáftens e de exploradores de lenocídio. Maior injúria não se pode fazer. Suprema afronta jogada às faces do Exército Nacional!

Maj E. Figueiredo – O Sr Presidente da República tem toda a razão.

TG – V. Excia. concorda que o Presidente da República feche o Clube Militar baseado naquela lei?

MEF – Concordo.

TG – Então V. Excia. é cáften? É explorador do lenocídio? É anarquista? Queira desculpar porque, francamente, eu não sabia.

MEF – Eu respondo a V. Excia. como homem. Respondo sua audácia.

TG – À vontade. Escolha lugar e marque hora. Sob minha honra de militar o juro, lá estarei.

MP – O Sr Ten Gwaier vai modificar essa linguagem. V. Excia. está convidando os seus superiores para brigar.

.....  
TG – Sr Presidente, se eu soubesse que os defensores do governo epitacista aparteariam o Ten Brito com tanta rudeza de linguagem e grosseria, não teria tocado na prisão daquele oficial, parta não assanhar os gaviões e os abutres que rasgam a dignidade alheia.

Ten Pacheco – Gavião é V. Excia.  
 TG – Eu sou gavião e V. Excia. é a rolinha.  
 Gen Potiguara – Está se dirigindo a mim?  
 TG – V. Excia. aparteou o Ten Brito com grosseria?  
 GP – Não. Mas sou solidário com os apartes dados a V. Excia.  
 TG – Então permita que lhe diga: V. Excia, também é um corvo faminto que procura rasgar a honra alheia.  
 GP – Protesto! Isto revolta, Srs Oficiais.  
 TG – O que revolta é V. Excia. emprestar seus galões e a força que comanda a um bandido como o Sr Eptácio Pessoa, deixando ele livremente cavalgar o Exército, fechando o Clube Militar baseado numa lei infame, injuriosa e opressora.  
 GP – O senhor se atreve a chamar o Sr Presidente da República de bandido?  
 Gen Hastinfilo – Eu lhe repilo, Tenente.  
 TG – Ele não é somente bandido, é ladrão também, está provado.  
 GP – V. Excia. se arrependerá disto.  
 TG – Registre-se a ameaça.  
 GP – V. Excia. não está ameaçado; eu lhe apartei calmo e rindo!  
 TG – Há homens, Sr Presidente, cujo riso parece uma operação de descontos a juros de usurários. Assim é o riso do Gen Potiguara.  
 Cap Teopompo Vasconcelos – V. Excia. é indigno de vestir a farda do Exército. Não agrida os seus superiores.  
 TG – Eu falei com o Gen Potiguara e não com sua ordenança.  
 CTV – Ordenança é V. Excia.  
 TG – V. Excia. que, como Capitão, se prestou aos papéis mais infames, como sejam os de perseguidor e algoz de seus colegas.  
 CTV – V. Excia. está se alterando e o sangue lhe chegando às faces.  
 TG – Sim, porque onde não tem sangue é na fisionomia dos cadáveres. Onde não tem sangue é na fisionomia de V. Excia. que é um cadáver moral.  
 MP – Se os oficiais continuam nessa linguagem, eu sou obrigado a suspender a sessão. Todos nós somos do Exército, e o que se está passando aqui é uma vergonha que depõe contra a nossa cultura e educação. Continua com a palavra o Sr Ten Gwaier de Azevedo.  
 TG – Os meus agressores ponham a carapuça. A observação do Sr Presidente atinge aqueles que me obrigam a responder com violência apartes violentos e indelicados.  
 Cel Gomes de Castro – Indelicado é V. Excia. que não tem educação.

.....

TG – Até quando sofreremos tão grandes ignomínias? Unamo-nos e teremos os aplausos da nação inteira, toda ela mais ou menos ferida pela perfídia, pela inépcia... (Protestos – Muito Bem) pela prepotência de um Presidente cretino, infame e déspota.  
 Gen Potiguara – Cretino é V. Excia.  
 TG – Cretino é V. Excia. Não estamos no Contestado, onde V. Excia. mandava fuzilar a torto e a direito. Isto é um costume seu... e muito antigo.  
 Cel Santa Cruz – Eu estou revoltado com a linguagem desse oficial.  
 TG – V. Excia. está revoltado porque não pode me pegar no 1º Regimento de Cavalaria, para me raspar a cabeça, como faz com os soldados.  
 CSC – Isto é uma infâmia.  
 TG – V. Excia. pode me informar porque todo o mundo o conhece por Rapa-coco?

.....

Gen H. Moura – V. Excia. Está preso!  
 TG – Perdeu boa ocasião de ficar calado. Se eu, dizendo tudo isto, não soubesse que seria preso, seria idiota.  
 Gen José de Lima – V. Excia. É um indisciplinado!  
 TG – è verdade.  
 GJL – V. Excia. olhe para a minha cara e veja quem sou, atrevido!



TG – *Eu não conheço V. Excia. direito mas, pela cara, parece um coveiro de cemitério, em tempo de epidemia.*

GJL – *Protesto! Protesto!*

Outros Oficiais – *Muito Bem! Muito Bem!*

.....  
Cap Jovino Marques – *O Sr Artur Bernardes é um homem digno, e eu lhe repilo como superior.*

TG – *V. Excia. não tem idoneidade para fazê-lo.*

CJM – *Tenho. Não sou como V. Excia. Sou um Oficial de critério. Sou limpo.*

TG – *Se fundo de panela, quando sai do fogo é limpo, eu concordo que V. Excia. também o seja. Limpo como fundo de panela! Ora bolas!*

CJM – *Repita!*

TG – *V. Excia. quer que repita de novo? V. Excia. precisa ver onde está. Eu estou armado e não temo ameaças de quem quer que seja. Estou no meu direito.*

Gen Setembrino – *Devia ser cassada a palavra desse oficial.*

TG – *Pois venha V. Excia. cassar.*

GS – *Eu te repilo como homem!*

TG – *V. Excia. já teve ocasião de repelir alguém a não ser como homem? Eu não tive, graças a Deus.*

Gen Tasso Fragoso – *V. Excia. veio aqui para dizer desaforos, porque não conhece o regulamento do Clube Militar.*

TG – *Em matéria de regulamentos, eu sou como V. Excia: não entendo coisa alguma.*

.....  
Gen Setembrino – *Fosse eu o Presidente do Clube, esse oficial não continuaria a falar.*

TG – *V. Excia. podia ser, mas não com o meu voto. Poderia ser Presidente do Clube Militar um oficial-general que na campanha do Contestado, de parceria com os peculatórios, roubou a nação em 2.600 contos, assinando recibos fantásticos de víveres e deixando os soldados morrer de fome?*

GS – *V. Excia. provará isso?*

TG – *Pois não! Os documentos existem.*

Almirante Souza e Silva – *Se dessem uma comissão a V. Excia. não há dúvida que se calaria imediatamente.*

TG – *Não julgue o meu critério pelo de V. Excia... V. Excia. é um concessionário que dorme regaladamente nas gavetas dos fornecedores de carvão para a Esquadra e teve o despudor de engolir 1.600 contos, a pretexto de abastecer de combustível o depósito da Ponta do Galeão, onde o Almirante V. de Matos, militar digno e respeitado por todos os títulos, indo lá, nada encontrou, nem mesmo sombra de combustível.*

ASS – *Isso é uma balela.*

TG – *O Sr Almirante V. de Matos declarou ou não tudo isso que eu acabei de afirmar? Faça o favor de responder, pois eu apelo para a sua dignidade de militar e para o seu passado.*

Alm V. de Matos – *O que V. Excia. disse é uma verdade e ele não me desmentirá.*

TG – *Veja Sr Presidente, eu não estou caluniando.*

Gen Potiguara – *Caluniador, V. Excia. o é.*

TG – *Foi também V. Excia. quem mandou encher de palha 15 vagões, que deviam levar roupas para os nossos soldados no Contestado; e, em vez de 30 volumes de granadas, remeteu 30 volumes de pedras. Foi, finalmente, V. Excia. que com o General Setembrino, fluidificou 20.000 pares de botas de montaria do Exército, que nunca foram vistos em ponto algum do planeta, a não ser nas algibeiras de V. Excia., vastas como o oceano (Protestos e Muito Bem) (O Presidente chama a atenção dos oficiais).*

Gen Lima – *Ladrão pode ser V. Excia.*

TG – *V. Excia. manifestou-se sem ser chamado. Também terá de ouvir a sua fé de ofício. Ei-la: V. Excia. construiu uma estrada de ferro na fábrica de pólvora com o célebre túnel pelo qual as locomotivas só puderam passar depois de arrancadas as suas chaminés, porque não fora prevista altura suficiente, sendo que a via férrea era*

*tão bem feita que os trens gastavam 74 horas para percorrer 120 quilômetros. Desminta-me, se é capaz.*

*Gen Ache – Torna-se necessária uma reação de nossa parte porque esse oficial está nos enxovalhando!*

*TG – V. Excia. também tem rabo comprido.*

*GA – V. Excia. que aponte uma irregularidade minha.*

*TG – Vou satisfazer a V. Excia. com todo o prazer. V. Excia., na França, requisitou dinheiro do Tesouro para pagar dívidas contraídas na França e na Alemanha, conseqüência de jogo e libertinagem, aliás libertinagem senil, em que V. Excia. se contentava com os elogios de proxenetas à artificial eternidade do vigor brasileiro. Isto está no relatório do embaixador do Brasil, enviado ao Ministério do Exterior.*

*GA – O embaixador é um infame.*

*TG – Não sou culpado, entenda-se com ele.*

*GA – V. Excia. é um oficial degenerado... Provocador destas cenas vergonhosas.*

*TG – Dignas, entretanto, de vossa presença.*

*Gen Andrade Neves – O Sr General Ache está muito acima das injúrias desse oficial energúmeno.*

*TG – Antes ser energúmeno do que ser um devasso como V. Excia. que já desviou fundos de subscrições públicas em proveito de suas numerosas concubinas. (Protestos – Muito Bem) (SODRÉ, 1979; 202)*

Nesse quadro que Lobo Vianna, professor da Escola Militar do Realengo, passa a expor a idéia da necessidade de os futuros oficiais, a quem caberia comandar o Exército, ter os *heróis* do passado, como exemplos a serem seguidos. Um ponto de partida seria, portanto, a construção de um monumento em homenagem àqueles heróis cuja bravura, abnegação e disciplina deveria se referenciar. Vianna, que há muito tempo já participara de ações que visavam amparar familiares dos veteranos da Guerra do Paraguai, gozava de um certo prestígio junto aos jovens militares. Por isso, a sua sugestão da criação de um monumento a Retirada da Laguna, teve boa aceitação no círculo dos alunos da Escola Militar, os quais formaram uma comissão com a finalidade de levar adiante a proposta.

O trabalho realizado por essa comissão deu origem a obra “A epopéia de Mato Grosso no Bronze da História”, escrita pelo então capitão Pedro Cordolino de Azevedo.

O monumento em si representa todos os valores então considerados importantes para a doutrinação militar. A sua simbologia é pensada para atingir qualquer um que se tenha identificado com o episódio. O autor descreve da seguinte os quatro símbolos empregados no monumento, destacando em primeiro lugar, a Pátria.

*A figura da Pátria é a primeira das três. Nela foram gravados os sentimentos mais estáveis e superiores da alma. Para o sentimento de bondade, energia, segurança e firmeza, invocados pela idéia de Pátria, foi-lhe dado um equilíbrio e simplicidade que tornarão humana a figura simbólica.*

*Apesar de representada com capacete e vestes de guerreiro, sente-se a expressão de bondade e superioridade, firmeza e concentração, para assistir o feito militar. A Pátria tem significação mais ampla, eleva-se ao espírito superior da serena e eterna maternidade com que olha os próprios filhos que ela criou com este espírito. Ela empunha a bandeira gloriosa que assistiu ao martírio dos filhos que a defenderam com o próprio sangue (AZEVEDO, 1926: 89).*

Note-se que o autor designa o monumento como Pátria, e não Nação, como era de se esperar. Contudo, até meados do século XIX a pátria tinha a idéia da terra a que pertencemos sem a relação com um estado. Foi a partir do início do século XX que a noção de pátria passou a ter um alcance muito maior da relação terra-população. Desde então a Pátria se tornou *nossa própria nação, com a soma total de coisas materiais e imateriais passadas, presentes e futuras, que gozam de amável lealdade dos patriotas* (HOBSBAWM: 1994; 28).

Azevedo procura colocar essa Pátria como uma verdadeira mãe dos brasileiros, a olhar por todos nos momentos de crise, não perdendo nenhum sacrifício que se poderia realizar por ela, ou seja, por todos nós. É a forma de passar a seus alunos que eles faziam parte de uma instituição muito maior que aquilo que os cercava, algo inatingível e inimaginável, e que tinham a responsabilidade de perpetuar.



Figura 10, A Pátria

Em segundo lugar, Azevedo descreve outro símbolo, a Espada:

*O segundo símbolo é a Espada, cuja figura representativa envolve a coragem natural do homem, sem peias e nem atavios. Está representada por uma figura em recolhimento, concentrada, mostrando a força de que é dotada. Sua nudez simboliza o heroísmo e a coragem legadas ao homem pela natureza (AZEVEDO, 1926: 90).*

A espada representava o poder da força dos exércitos, o braço armado da pátria. O fato de a figura que a empunha estar nua representa a coragem necessária para empunhá-la. Na antiguidade, as legiões romanas enfrentaram alguns povos bárbaros em que seus mais bravos guerreiros lutavam nus, para demonstrar a todos que não tinham medo de lutar e não precisavam de armaduras para proteger seus corpos. A espada se encontra apontada para baixo, representando uma posição de equilíbrio, sensatez e capacidade de discernimento pelo momento de atuar, ao mesmo tempo com o olhar para baixo, demonstrando submissão a algo maior. Por fim, o cabo da espada representa o sinal da cruz, representando os valores cristãos.



Figura 11, A Espada

O terceiro símbolo a ser descrito é a História. Para ele, a História está *em intensa meditação, curiosa e animada pelo que julga e descreve os feitos dos homens, os sacrifícios e os menores gestos significativos, que transmitirá à posteridade* (AZEVEDO; 1926: 90). Assim, Azevedo destaca a responsabilidade de não se esquecer os feitos do passado, e que o que cada um fizesse pelo bem da Pátria. Nos termos de Le Goff (1984) não se pode esquecer que essa mesma história pode reescrever esse passado, que está sendo constantemente construído e reinterpretado.



Figura 12, A História

O quarto símbolo é a Glória, considerado por Azevedo o mais importante, tanto que ele nem o enumera como símbolo, preferindo classificá-lo como objetivo do monumento. Colocada no alto da coluna central do monumento, a Glória está acima de tudo servindo como objetivo maior a ser alcançado:

*A coluna é alta e a Glória, que a encima, é uma pensamento superior que se move a certa altura, distante do horizonte carregado das cenas trágicas, agonizantes e tremendas. Move-se então com largueza e desembaraço, tem toda a leveza inefável de sua visão distante e alta. Serão esses detalhes próprios para o movimento gracioso de figura que voa e que, com o pé, toca o alto da coluna e com o apanhado das asas ainda sustenta o resto do corpo, libertando-se no ar. Ela está sem palma e coroa. Com o vôo, lhe foi dado o esplendor (AZEVEDO; 1926: 91).*

O fato de a Glória estar representada como objetivo maior a ser alcançado, está a indicar que defender a Pátria situa-se num patamar mais alto do que valores pecuniários e políticos. Trata-se de reafirmar o sentimento de renúncia e valorizar a disposição pelo sacrifício a pátria. Da mesma forma, o fato de a figura estar apoiada apenas em um dos seus pés passa uma idéia de grandiosidade e elevação acima dos valores materiais.

Conclui-se, pois, porque a participação de professores da Escola Militar cumpre importante função social nesse processo de afirmação profissional do Exército. Sua influência sobre a jovem oficialidade fez com que passassem a “cultuar” um passado

desejado, mas filtrado pelas exigências do presente, estendendo-a a outros integrantes da Instituição.



Figura 13, A Glória

Já a obra, *Heróis Abandonados*, de Pereira, explora de outra forma esse embate simbólico, na medida em que atua na localização dos túmulos dos *heróis*.

Em sua obra descreve diversos lugares onde os fatos relativos a Retirada da Laguna deveriam ter acontecido. Mesmo sem nenhuma evidência, o autor tenta criar condições favoráveis de se instituir um lugar de memória. Exemplo disso foi o suposto túmulo de Antonio João, o qual buscou a todo custo encontrar em sua peregrinação pela região sul de Mato Grosso. No local por ele indicado não havia nenhum indício que realmente se tratava do túmulo de Antonio João. Aliás, a população local desconhecia por completo qualquer relação do pequeno cemitério encontrado com os embates ocorridos na disputa com os paraguaios. A proximidade do autor com os militares e com o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ajudam a entender a sua identificação nacionalista. Daí o esforço de “descobrir” túmulos e propor monumentos aos *heróis* da Retirada da Laguna. Por outro lado, a construção dos quartéis em regiões mais próximas aos locais do conflito, seguramente teve repercussão sobre a expansão dessa memória militar e sobre as bases de sustentação de uma emergente identidade regional. É o que explica, por exemplo, a existência de interesses locais na “descoberta” de túmulos ou na construção, em algumas cidades, de monumentos em referência a Retirada. Contudo, estas suposições apontam para a necessidade de outras pesquisas.

Podemos ver então que as três obras anteriormente referidas refletem uma necessidade histórica, de se rememorar os episódios relativos a guerra com o Paraguai. Não apenas retirar seus *heróis* do abandono e do esquecimento, mas acima de tudo, tê-los como exemplos. Por tudo isso, os fatos ocorridos no sul de Mato Grosso passaram a ter grande importância nesse momento de afirmação profissional. Para os autores em questão, a recompensa maior dos retirantes teria sido o senso de dever cumprido. Caberia a estes autores, naquele momento, propor o reconhecimento do valor desses soldados anônimos.

Os autores procuraram evidenciar o espírito de renúncia de todos que participaram dos embates, pois para eles não havia nenhuma recompensa material a ser recebida. Distante de tudo e de todos não haveria nem sequer o reconhecimento para os seus feitos. Diferente do que acontecia no teatro de operações do sul do país, onde o assédio da imprensa resultava em grandes manchetes nos jornais das grandes cidades, resultando na participação da nobreza e das classes médias urbana e rural, ávidas de glórias e de reconhecimento político. Além do mais, para aqueles havia a possibilidade de ganhos materiais, possibilitados com os saques das cidades paraguaias e de desvios de material (DORATIOTO, 2002).

É claro o envolvimento dos autores com o processo político de então. Vianna, mesmo sendo científico, apresentava estar mais interessado em criar uma forma de manter os quadros do Exército fora das brigas políticas e principalmente, capazes de obedecer ordens sem contesta-las. Azevedo, por sua vez estava apto a dar prosseguimento ao trabalho iniciados por Vianna dentro da Escola Militar e Pereira era relacionado com o alto comando do Exército.

Na década de 1920, o alto comando do Exército era composto por generais que tinham sido os tenentes de 1889, pertencentes a geração de Euclides da Cunha que havia quebrado a sua espada diante do imperador. Alguns destes generais são destacados por Martins Junior (2001) como Rondon, Tasso Fragoso, Serzedelo Corrêa, Lauro Sodré, Caetano de Faria, Setembrino de Carvalho e José Bevilacqua. Impunha-se que seus comandados não agissem da forma como eles agiram quando tenentes. Parte destes generais almejavam a profissionalização como solução ideal para a manutenção do equilíbrio dentro do Exército, e ela só seria alcançada com uma total dedicação a carreira das armas.

Como já vimos antes, os positivistas consideravam o militarismo como sendo a mais atrasada forma de sociedade. Por conseguinte, eram completamente contra a existência de uma força armada profissional, composta de militares profissionais, desligados da vida

política nacional. É nesse ambiente de afirmação que as obras foram produzidas, com um claro objetivo de resgatar os fatos e fazer com que a jovem oficialidade se desligasse de alguns princípios positivistas, e conseqüentemente, da vida política nacional.

O objetivo é claro, o discurso empregado pelos autores procura impor uma forma de como os fatos aconteceram. Como afirma Hayden White:

*uma coisa é representar o que aconteceu e por que aconteceu como aconteceu e outra bem diferente é prover um modelo verbal, na forma de uma narrativa, de modo a explicar o processo de desenvolvimento que conduz de uma situação a uma outra situação recorrendo às leis de causação (WHITE; 1992: 27).*

Ou seja, é clara idéia de narrar um fato, tornando-o mais uma epopéia (como é o título das obras de Vianna e Azevedo) do que uma ocorrência, situando os seus protagonistas *heróis*. Nas suas narrativas erros bem grosseiros (alguns descritos por Taunay) são deixados de lado, enquanto outros são justificados, colocando-se a culpa ora no inimigo, ora na falta de sorte. A falta de profissionalismo e de suprimentos também foram motivos de justificativas. Um exemplo disso é a ação do próprio coronel Camisão acusado até de então de covardia quando do ataque paraguaio a cidade de Corumbá. Como se sabe, o coronel fazia parte da guarnição responsável pela defesa da cidade e fugiu sem disparar um tiro sequer. As obras tratam muito pouco sobre o assunto. Apenas uma pequena passagem nas obras de Vianna e de Azevedo. Mesmo assim a acusação de covardia é tratada não como uma vergonha, mas como um incentivo ao cumprimento da missão que a pátria lhe impunha. Azevedo assim descreve a acusação:

*Sobre o novo comandante pesava gravíssima accusação: a convaridia. Elle commandava o 2º de artilharia, que guarnecia Corumbá por occasião da invasão paraguaia. A retirada precipitada que se effectuara e da qual não lhe cabia culpa, tivera como conseqüência o enxovalhar-lhe o nome aquella pecha. Por isso elle queria lavar com o feito heróico da invasão pelo Apa a supposta nodoa que o crucificava (Azevedo, 1926: 26).*

Já Vianna, utiliza-se de linguagem poética para citar a situação de Camisão:

*Orçava por uns 47 annos de idade, relativamente moço. Chefiava o 2º batalhão de artilharia a pé, aquartelado em Corumbá, quando essa cidade se entregara, sem resistência ao inimigo.*



*Solidário ou não com os actos de seu comandante, o coronel Oliveira, tacitamente n'elles coparticipou.*

*Desse modo dúbio de proceder advieram-lhe os mais amargos desgostos e as mais profundas maguas.*

*A malidicencia com todo o cortejo de seus vis processos rondou em torno de sua honra de homem e de soldado, estamparam-lhe na fronte o negro gilvaz da covardia; espalharam sonetos, estrophes, versos impressos, estigantisando a conducta dos defensores de Corumbá, entre os quais o seu nome fulgurava em caracteres bem lídimos.*

*A dôr cruziante dessa affronta palpitava intensa em todo o seu ser, perseguia-no como um remorso, mais que um remorso, uma compunção; sentia-se mortalmente ferido por esse estyllete infamante, buscava lavar-se dessa nodoa que cada vez mais se alastrava em sua vida impolutta de militar pundonoroso (VIANNA, 1920: 34).*

Essas foram as únicas vezes que esse assunto foi citado nas duas obras.

Outra coisa que é tagenciada é a indecisão apresentada por Camisão em iniciar as operações ofensivas. Taunay (1935) afirma serem vários adiamentos com justificativas bem irrisórias, como sendo dia santo, prenúncio de chuvas, etc. Outra mostra de indecisão contada por Taunay é a constante convocação de “Conselhos de Guerra”, que era quando o comandante reunia seus oficiais para decidir a ação a ser executada. Dessa forma, percebe-se a insegurança com que Camisão conduzia as operações, pois o conselho de guerra era uma reunião de todos os oficiais mais graduados da força e era convocado pelo comandante para poder decidir qual a melhor estratégia a ser desenvolvida. Já Viana e Azevedo não citam em suas obras as convocações dos Conselhos de Guerra, nem comentam nada a respeito. Tal atitude evidencia uma clara intenção de “esquecer” a indecisão demonstrada por Camisão na condução das operações.

*Hesitante sempre, impreciso nas ordens e irresoluto nas decisões, querendo inutilmente conciliar as coisas fataes e precisas com o imprevisto, ora as exagerando, ora as reduzindo às proporções mínimas, fixára o dia 10 para marcha à fronteira, conforme a resolução unânime do conselho que voluntariamente convocara, mas cujo o voto peremptório, imperioso e inapellavel o surpreendera e o conturbára.*

*De 10 transferiu-a para 11, de 11 para 12, de 12 para 13, sob vários pretextos (VIANNA, 1920: 53).*

Verifica-se pelo texto transcrito as dúvidas a respeito da falta de capacidade de Camisão em levar adiante as operações determinadas. Porém, o próprio Lobo Vianna, tenta contornar a indecisão do comandante com justificativas não usadas regularmente no meio militar. É o que se depreende da passagem seguinte:

*Essa indecisão provinha inteiramente dos sentimentos religiosos que convulsionavam o coração do commandante em chefe, em estremecimentos de fé, em trepidações de respeito. A christandade celebrava nesse dia a Paixão e Morte do Redemptor.*  
(VIANNA, 1920: 60)

Dessa forma podemos perceber que esquecer os defeitos e justificar os fracassos é uma forma de mitificar o homem, tornando-o um exemplo a ser seguido e sua morte algo a ser reverenciado. As obras literárias são os instrumentos ideais para essa construção, pois o autor não tem, a princípio, obrigação de contar os fatos como ele realmente aconteceu, ou pode simplesmente “mascarar” os fatos, expondo aquilo que lhe interessa e escondendo tudo o que pode macular algum fato.

As obras produzidas por Viana, Azevedo e Pereira são baseadas, principalmente, no livro escrito por Taunay, que foi quem realmente participou das operações. Em diversos trechos Taunay nos induz a colocar em dúvida as reais capacidades de comando do coronel Camisão. Em um deles, Taunay relata o estado de espírito de alguns oficiais quando da chegada da tropa em Nioaque:

*Perigo havia, contudo, neste entusiasmo; e os que conheciam o chefe, de si para si, indagavam, com secreto desassocego, qual lhe seria a demonstração de iniciativa* (TAUNAY; 1935: 16).

Claramente o autor cita que alguns militares não confiavam na capacidade do chefe. Em outro trecho, também ele se mostra contrariado pelos constantes adiamentos do início das operações. Assim se expressa o autor:

*as hesitações lhe voltavam então, e, chegado o dia por ele próprio fixado para a arrancada das forças, achava sempre motivo para adiamento, embora precisasse invocar razões na véspera repelidas* (TAUNAY; 1935: 18).

Outro ponto a ser discutido é a idéia de resignação para com o seu destino, os autores insistem em afirmar que os integrantes sabiam do destino que os esperava, do sofrimento que estava por vir, mas sentiam que era obrigação deles defender a pátria, nem que para isso fosse necessário o sofrimento e até a morte, com a resignação característica dos “heróis”. Taunay afirma que o estado moral da tropa, antes de iniciado o ataque era da mais absoluta certeza na vitória, como vemos no trecho a seguir:

*...e em todos se transmutava a ânsia de sobressair, graças a algum brilhante feito d'armas que chamasse a atenção do país para uma expedição desde muito inativa (TAUNAY; 1935: 16),*

Percebe-se que ninguém pensava em morrer, para a tropa havia a certeza numa vitória rápida e absoluta.

Outra situação em que os autores nas obras estudadas concordam, é em afirmar a imensa disparidade de forças existentes no período inicial da guerra, fazendo com que o Exército Brasileiro tivesse grandes dificuldades de cumprir os planejamentos iniciais. A diferença de efetivo é destacada da seguinte forma:

Vianna destaca principalmente a falta de meios logísticos para o cumprimento da missão, realçando o sofrimento causado aos soldados pela falta de comida e de munição. Pouco se comenta nessa obra da existência de uma base logística, que havia ficado na retaguarda, na cidade de Nioaque e que tinha a incumbência de guardar a reserva de alimentos e de munição pertencente a coluna de marcha. Como a posição se tornou pouco segura, devido ao avanço da cavalaria paraguaia, o coronel Camisão determinou que ao coronel Lima e Silva, comandante da guarnição, que recuasse para a região de Porto Canuto a fim de guardar o arquivo da expedição e seus numerários. Por sua vez, o coronel Lima e Silva determinou que ao capitão Martinho Ribeiro que permanecesse em Nioaque como posto avançado, guardando o material. Diante do avanço paraguaio a posição foi abandonada e os viveres deixados para os paraguaios.

Azevedo já é mais específico em suas comparações. Destaca por exemplo, que diante dos cem mil soldados e quatrocentos canhões paraguaios existentes no início do conflito, o Exército Brasileiro conseguiu opor apenas dezoito mil, e mesmo assim estavam espalhados pelo território nacional. Nova disparidade de forças é realçada ainda na descrição das ações paraguaias no sul de Mato Grosso, quando as forças paraguaias eram bem superiores em número, equipamento e armamento. Azevedo também menciona a indecisão de Camisão em iniciar as operações e a acusação de covardia que se abatera sobre o coronel desde a fuga de Corumbá, mas sem comentar mais a fundo a sua afirmação. Especificamente, quanto ao fato ocorrido em Corumbá, diversos autores contestam afirmações de que não haveria condições de enfrentamento com as forças paraguaias. Doratioto (2002) afirma que em Corumbá havia recursos, tanto em pessoal quanto em material, para a defesa efetiva da cidade, o que faltou foi coragem para os militares brasileiros.

Podemos perceber a intensa repetição dos fatos acima descritos por parte dos autores, com clara intenção de fazer o que Le Goff (1996) classifica como repetir para se fazer lembrar. Para Le Goff, a memória está extremamente ligada a construção de uma identidade, segundo ele:

*A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia (LE GOFF: 1996; 476).*

A constante repetição das diferenças técnicas entre a tropa brasileira e a paraguaia, sempre ressaltadas pelos autores das obras analisadas, serviram principalmente para lembrar a seus contemporâneos, em especial aos contrários a tese da profissionalização, da penúria que os combatentes de 1864 haviam passado. Dessa forma, ressalta-se a necessidade de manter o Exército em condições de pelo menos defender o espaço territorial brasileiro. Nesse sentido, também destaca-se a constante afirmação das dificuldades técnicas enfrentadas pela tropa brasileira, desde dos soldados até o comandante. Dessa maneira que os autores procuram realçar a necessidade de que os componentes da força militar estejam sempre preparados para o emprego em situações em que seus conhecimentos profissionais sejam necessários.

Daí então, podemos concluir que havia a intenção de proceder com Carlos Camisão e seus comandados o mesmo processo que viria a ser feito com Caxias, a mitificação necessária para a criação do *herói*. A falta de defeitos aliada a certeza de que a única recompensa seria o sofrimento e a morte. Isso os autores sabiam, e era o que eles precisavam fazer para com que os jovens integrantes do Exército se interessassem apenas pela carreira, abandonando a vida política e renunciando a recompensas materiais. Ao proporem através de suas obras uma identificação com militares do passado, na prática os autores contribuem para que a mocidade militar procurassem respeitar a hierarquia dedicando suas vidas ao Exército e conseqüentemente afastando-se da vida política nacional.

A ultima grande manifestação política dos alunos da Escola Militar foi durante o levante ocorrido em 1922, na esteira dos acontecimentos das cartas falsas, atribuídas ao

Presidente Artur Bernardes<sup>60</sup>, que levaram a prisão do Marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar<sup>61</sup>.

A profissionalização pretendida também começou a ser sentida no início dos anos vinte. Como vimos no capítulo I dessa dissertação, o Império Brasileiro nunca teve real atenção para com o seu Exército. Com medo de manter uma força coesa que poderia se opor a seus mandis, os imperadores e as regências tiveram a preocupação de manter o Exército com efetivos mínimos, insuficientes até para o cumprimento de suas missões constitucionais.

Cabe ressaltar que paralelamente a publicação dessas obras, o Exército passava por uma completa reestruturação de seu sistema de ensino e formação de seu corpo de oficiais. A Missão Militar Francesa estava iniciando seus trabalhos de estruturação das Escolas de formação, aperfeiçoamento e de estado-maior, fundamentais para a existência de um exército profissional. As obras devem ter tido o alcance ainda maior que apenas nas escolas militares, quando mostrou para todo o corpo de oficiais a necessidade de se manter atualizado a fim de fazer frente as evoluções da arte da guerra. Dessa forma que muitos oficiais passaram a se desligar de suas atividades políticas a fim de freqüentar os cursos de aperfeiçoamento e de estado-maior, que aos poucos foram sendo considerados obrigatórios para o prosseguimento da carreira do oficial. Destaque-se que 2.000 cópias da conferência de Vianna foram impressas pela Imprensa Militar, órgão ligado ao Ministério da Guerra, para serem distribuídos gratuitamente às Unidades do Exército.

Mas as oposições ainda se fizeram sentir por alguns anos. Os acontecimentos revolucionários ocorridos durante a década de vinte mostraram que as mudanças ainda demorariam um pouco para serem definitivamente sentidas. O levante da Escola Militar, a Coluna Prestes e finalmente a Revolução de 1930 tiveram a participação de militares, principalmente da baixa oficialidade, que ainda via o Exército como responsável em manter o rumo da nação.

Mas o processo de profissionalização já estava definitivamente implantado e não havia mais volta. Aos poucos os revolucionários foram se integrando, assumindo altas patentes e finalmente tornando o Exército num corpo onde a hierarquia e a disciplina são os principais pilares da sua existência.

---

<sup>60</sup> Episódio que marcou o confronto entre o candidato a presidente da república Artur Bernardes e o presidente do Clube Militar, o marechal Hermes da Fonseca. Nas cartas, atribuídas a Bernardes e que posteriormente foram consideradas falsas por uma comissão de investigação, Bernardes teria ofendido a honra pessoal do marechal Hermes. Esses ataques serviram para que segmentos militares mais exaltados se mobilizassem dando início ao movimento.

<sup>61</sup> Entidade que congrega os oficiais das Forças Armadas Brasileiras.

## CONCLUSÃO

O processo de profissionalização militar representou uma necessidade básica, capaz de dotar o exército da capacidade operacional indispensável para fazer frente as exigências que a nova arte da guerra impunha a todas as Nações, que almejavam defender a sua soberania com suas próprias forças. No Exército Brasileiro esse processo se desenvolveu mais intensamente nas três primeiras décadas do século XX, quando a formação militar se desvinculou definitivamente da vida política da República.

Dessa forma que o estudo desse processo e os fatos utilizados para a criação de uma identidade militar, capaz de suavizar as diferenças internas, tem importância no sentido de facilitar a compreensão da forma com que os membros do setor militar da sociedade brasileira, entendem a sua forma de participação no processo de afirmação de nossa sociedade.

Para atingir esse objetivo principal, procurou-se formular algumas perguntas que foram respondidas durante o trabalho, são elas: Por que ter um Exército? Quais os atributos considerados necessários pelos chefes militares? E ainda, qual a necessidade da profissionalização? Todas essas perguntas serviram de base para uma discussão acerca da real necessidade de qualquer País do mundo investir na segurança de seu povo e na integridade de seu território.

Para responder essas perguntas, iniciamos nossos trabalhos falando da história do Exército Brasileiro, que nascido com a independência manteve todos os preceitos do antigo Exército Português, permanecendo ligado mais ao Imperador do que com o País a quem pertencia. Dessa forma pôde-se avaliar o relacionamento que a população teve com o seu Exército, visto mais como uma guarda pretoriana de um monarca absolutista.

Vimos que esse relacionamento teve como consequência o completo afastamento das pessoas comuns dos quadros do Exército, que passou a ser composto pela “escória” da sociedade brasileira. A consequência dessa dificuldade de relacionamento foi que a guerra contra o Paraguai pegou a Nação Brasileira completamente sem condições de enfrentar um inimigo que era muito superior em número e em equipamento.

Percebemos que mesmo com todas essas dificuldades e que, apesar dos reveses iniciais, o Exército Brasileiro conseguiu criar uma força capaz de expulsar o inimigo de seu território e de alcançar a vitória final. Como consequência da guerra, constatamos a transformação que ocorreu com os seus quadros no pós-guerra, criando grupos que perceberam a possibilidade de alcançar o poder através da carreira das armas.

Analisando mais profundamente a instituição, revelou-se que os grupos formados com o fim da guerra, tornaram-se antagônicos e envolveram-se em disputas intestinais que em nada ajudava no progresso de sua capacidade de defender o país. Essas disputas atingiram seu clímax durante os primeiros anos da República.

O início da República deixou clara a necessidade da profissionalização do Exército Brasileiro, idealizada por certos chefes militares que a viram como fundamental para que a instituição alcançasse um mínimo de capacidade operacional necessária ao cumprimento de suas missões constitucionais.

Verificou-se que o período compreendido entre os anos de 1906 e 1930 foi o mais significativo no processo que culminou com a criação de uma identidade própria para os integrantes do Exército Brasileiro, baseada principalmente nos pilares considerados básicos para que a instituição pudesse existir como força organizada. A hierarquia e a disciplina se tornaram não só os pilares, mas também a essência da profissão militar.

Vianna, Azevedo e Pereira contribuíram de forma ímpar para o processo de eliminação das diferenças que existiam dentro do setor militar. As suas obras tiveram êxito em alcançar o objetivo de criar “heróis” quase sobre-humanos, que representavam as características desejáveis para o caráter dos futuros oficiais do Exército Brasileiro.

Por tudo isso que as ações ocorridas no sul de Mato Grosso representavam não só uma grande fonte de “heróis”, mas acima de tudo, que seus componentes apresentavam uma série de atributos que os chefes militares consideravam desejáveis para os componentes do Exército profissional que eles almejavam construir.

Seguindo as linhas temáticas propostas por Chartier, Le Goff e Hobsbawn, chega-se a conclusão de que o processo desenvolvido com a recuperação dos fatos ocorridos no sul e Mato Grosso, contribuiu para a criação de um Exército profissional, onde seus integrantes passaram a cultuar fatos que estavam esquecidos no passado. Esses fatos criaram condições para que se desenvolvesse uma série de cultos capazes de formar toda uma identidade própria para os integrantes da instituição.

Cabe ressaltar que intenção deste trabalho não foi avaliar os acontecimentos ocorridos durante a ocupação militar paraguaia no sul do antigo estado de Mato Grosso (Retirada da Laguna, Colônia Militar dos Dourados, Forte Coimbra e Corumbá). Esses assuntos já foram muito bem discutidos em pesquisas recentes, onde pesquisadores avaliaram a participação de diversos segmentos sociais nas operações de combate, as manobras, entre tantas formas de se ver os combates. Este trabalho se limitou a pesquisar a utilização da memória desses eventos como parte de um processo de afirmação de poderes

dentro da instituição Exército Brasileiro, com o objetivo principal de eliminar diferenças internas que estavam travando o desenvolvimento da instituição.

O trabalho também serviu para que o setor militar, parte integrante da sociedade brasileira, pudesse ser melhor entendido e ter suas atividades e importância reconhecidos pelos outros setores, nesse caso especificamente o acadêmico. Tendo em vista a dissensão criada entre os dois segmentos, resultado de acontecimentos políticos recentes.

Algumas indagações não puderam ser respondidas, pois poderiam desvirtuar o objetivo inicial da pesquisa. Indagações como: Havia realmente a intenção da classe política brasileira em fazer com que o Exército Brasileiro deixasse de existir? Ou será que as condições que levaram quase a extinção da Instituição foram apenas conseqüências de políticas desastrosas? Ou ainda, seriam as idéias positivistas ideais para aplicação na sociedade brasileira? Essas perguntas poderiam se tornar objeto de novas pesquisas, abertas ao meio acadêmico brasileiro.

Por fim, verificou-se a importância que fatos passados, como os estudados na pesquisa, têm no funcionamento das Forças Armadas até os dias de hoje. Cento e quarenta anos após os acontecimentos, os feitos de Camisão, Juvêncio, Lopes e Antonio João são lembrados constantemente. Dentro dos quartéis o culto aos “heróis” é realizado de forma quase que religiosa, onde a abnegação, o senso de cumprimento do dever, e acima de tudo, o amor a Pátria, são enaltecidos quase no nível da fanatização. Aos jovens integrantes das Forças Armadas, esses valores são expostos como objetivos principais a ser alcançados, e características indispensáveis para o seguimento da carreira militar.



## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALAMBERT, Francisco. O Brasil no espelho do Paraguai. In: MOTA, C.G. *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000.

ALVES, J. V. Portella Ferreira. *Mallet: Patrono da Artilharia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1995. 295 p.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ed Ática, 1989. p. 9-76.

AZEVEDO, Pedro Cordolino. *A epopéia de Matto-Grosso no bronze da história*. Rio de Janeiro: [s.n], 1926. 177 p.

BASTOS FILHO, Jayme de Araújo. *A missão militar francesa no Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1994. 165 p.

BETHELL, Leslie. A Guerra do Paraguai: História e historiografia. In MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães. (Org). *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

BITTAR, Marisa. *MATO GROSSO DO SUL: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, 1997.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do extrativismo a pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso. 1870 a 1930*. 2ª ed. São Paulo: Scortecci, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989. cap. V, p. 107-132.

CAMARA, Hiram de Freitas. *Marechal José Pessoa*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1985. 210 p.

CAMARA, José Aurélio Saraiva. *Um Soldado do Império: O General Tibúrcio e seu tempo*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2003. 438 p.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. 220 p.

\_\_\_\_\_. A Humanidade como Deusa. Revista de História. Ano 1. nº 1, julho de 2005. Biblioteca Nacional.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. 91 p.

\_\_\_\_\_. *O Espírito Militar. Um antropólogo na caserna*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. 183 p.

\_\_\_\_\_. Revoltas de soldados contra a República. In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Org). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV-Bom Texto, 2004. Cap 11, p. 301-314.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Da história militar à “nova” história militar. In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Org). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV-Bom Texto, 2004. p. 11-42.

- CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Tradução por Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos avançados. São Paulo: v. 5, nº 11, 1991.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*, Tradução de Inêx Busse. Publicações Europa-América, Sem indicação de local e data. 334 p.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. 206 p.
- COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. Tradução por Alberto Freire. 6ª ed. Lisboa: Editoria Presença, 1986.
- CORRÊA, Arsênio E. *A ingerência militar na república e o positivismo*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e cultura, 1997. 207 p.
- CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e fronteira: o Sul de Mato Grosso. 1870-1920*. Campo Grande: Ed UCDB, 1999.
- CORREA, Valmir Batista. *Mato Grosso: 1817-1840 – E o papel da violência no processo de formação e de desenvolvimento da província*. São Paulo, Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH/USP, 1976.
- CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso – 1889 – 1943*. Campo Grande. Editora UFMS, 1995.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto nacional do livro, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Mato Grosso*. 2. ed. Rio de Janeiro: Coeditora Brasília, 1939.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia a república: momentos decisivos*. 3ª ed. São Paulo. Brasiliense, 1995.
- CUNHA, Joaquim Marques da. *A Evolução do Ensino Militar no Brasil*. In Revista Militar, 1901
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.
- DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os voluntários da Pátria na guerra do Paraguai*. Vol.2, tomo III, Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Sampaio*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1988. 327 p.
- GALETTI, Lylia S. G. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. *Memoria coletiva e história científica*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 5, n. 28, ANPUH-Marco Zero, 1995.
- HOBSBAWN, Eric. *A Invenção das Tradições*. In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. (Org). *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. cap. 1, p. 9-316.
- HOBSBAWN, Eric. *A Produção em Massa de Tradições: Europa, 1870 a 1914*. In: \_\_\_\_\_. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *O extremo oeste*. São Paulo: Brasiliense: secretaria de cultura, 1986.

\_\_\_\_\_. *Monções*. 3ª ed. ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o Estado: Teoria e política das relações entre civis e militares*. Trad. José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996.

IZECKSOHN, Vitor. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Org). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV-Bom Texto, 2004.

LECA, Jean. De que estamos a falar. In CORDELIER, Serge (Coord). *Nações e nacionalismos*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

LE GOFF, Jaques. História. In: \_\_\_\_\_. *Enciclopédia Einaud*: vol 1. Trad. Bernardo Leitão e Irene Ferreira. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. p. 158-259.

\_\_\_\_\_. Documento/Monumento. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. 3ª ed. Trad. Bernardo Leitão e Irene Ferreira. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. p. 535-549.

\_\_\_\_\_. Memória. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. 4ª ed. Trad. Bernardo Leitão et all. Campinas: Editora Unicamp, 1996. p. 423-481.

MAGALHÃES, J. B. *Osório: Síntese de seu perfil histórico*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1978. 331 p.

MALAN, Alfredo Souto. *Missão militar francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1988. 267 p.

MARTINS JUNIOR, Carlos. *Apontamentos para uma leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese, FFLCH-USP, São Paulo. 2001.

MENDES, Fabio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Org). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV-Bom Texto, 2004. p 111-138.

MENDONÇA, Rubens. *História do poder legislativo de Mato Grosso*. Vol I, 2ª ed. Goiânia: Ed Rio Bonito, 1974.

MENESES, Upiano T. Becerra. A crise da memória, história e documento: reflexo para um tempo de transformações. In: DA SILVA, Zélia Lopes. (Org). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999. p. 11-29.

MORAES, E. Vilhena. *O Duque de Ferro: Novos aspectos da figura de Caxias*. Rio de Janeiro. 2003. 263 p.

MORAES, Márcia Cristina. *Jovens Turcos: Militarismo e Nacionalismo. Uma leitura da revista A Defesa Nacional (1913-1918)*. Marília: Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, 2004.

MOTA, Carlos Guilherme. A guerra contra o Paraguai: A história de um silêncio. In MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães. (Org). *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

NOVAIS, Fernando A. O significado da “Guerra do Paraguai” na história do Brasil. In MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães. (Org). *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

POLLAK, Michel. *Memória, esquecimento, silêncio*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2. nº 3, 1989.

PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América Portuguesa. In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Org). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV-Bom Texto, 2004. p 43-66.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil, de Varnhagen a FHC*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002,

SANTAMARIA, Yves. O Estado-Nação – História de um modelo. In CORDELIER, Serge (Coord). *Nações e nacionalismos*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. O Levante da Escola Militar. In. *História da República Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Três, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, Adriana Barreto de Souza. A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50). In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Org). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV-Bom Texto, 2004.

TAUNAY, Alfredo d’E. *A Retirada da Laguna – Episódio da guerra do Paraguay*. Tradução de Affonso d’Escragolle Taunay. 10ª Ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1935.

VIANNA, Lobo. *A Epopéia da Laguna – Comemoração que se impõe, dívida sagrada a resgatar*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1920.

VOLPATO, Luiza R. R. *Entradas e Bandeiras*. 1986.

\_\_\_\_\_. *A conquista da terra no universo da pobreza: Formação da fronteira oeste do Brasil 1719-1819*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1987.

WHITE, Hayden. *Meta-história, A imaginação histórica no século XIX*. Trad José Laurêncio de Melo. São Paulo, Edusp, 1992.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. 181 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo.

#### Revistas Consultadas:

Revista Militar, vol III, 1901

A Defesa Nacional, n. 1, ano 1, 1913

A Defesa Nacional, n. 2, ano 1, 1913

A Defesa Nacional, n. 3, ano 1, 1913

A Defesa Nacional, n. 4, ano 1, 1914

A Defesa Nacional, n. 5, ano 1, 1914

A Defesa Nacional, n. 6, ano 1, 1914

A Defesa Nacional, n. 7, ano 1, 1914  
A Defesa Nacional, n. 8, ano 1, 1914  
A Defesa Nacional, n. 9, ano 1, 1914  
A Defesa Nacional, n. 10, ano 1, 1914  
A Defesa Nacional, n. 11, ano 1, 1914  
A Defesa Nacional, n. 12, ano, 1, 1914  
A Defesa Nacional, n. 13, ano 2, 1914  
A Defesa Nacional, n. 14, ano 2, 1914  
A Defesa Nacional, n. 15, ano 2, 1914  
A Defesa Nacional, n. 16, ano 2, 1915  
A Defesa Nacional, n. 17, ano 2, 1915  
A Defesa Nacional, n. 18 ano 2, 1915  
A Defesa Nacional, n. 19, ano 2, 1915  
A Defesa Nacional, n. 20, ano 2, 1915  
A Defesa Nacional, n. 21, ano 2, 1915  
A Defesa Nacional, n. 22, ano 2, 1915  
A Defesa Nacional, n. 23, ano 2, 1915  
A Defesa Nacional, n. 24, ano 2, 1915  
A Defesa Nacional, n. 25, ano 3, 1915  
A Defesa Nacional, n. 26, ano 3, 1915  
A Defesa Nacional, n. 27, ano 3, 1915  
A Defesa Nacional, n. 28, ano 3, 1916  
A Defesa Nacional, n. 29, ano 3, 1916  
A Defesa Nacional, n. 30, ano 3, 1916  
A Defesa Nacional, n. 31, ano 3, 1916  
A Defesa Nacional, n. 32, ano 3, 1916  
A Defesa Nacional, n. 33, ano 3, 1916  
A Defesa Nacional, n. 34, ano 3, 1916  
A Defesa Nacional, n. 35, ano 3, 1916  
A Defesa Nacional, n. 36, ano 3, 1916  
A Defesa Nacional, n. 37, ano 4, 1916  
A Defesa Nacional, n. 38, ano 4, 1916  
A Defesa Nacional, n. 39, ano 4, 1916  
A Defesa Nacional, n. 40, ano 4, 1917  
A Defesa Nacional, n. 41, ano 4, 1917  
A Defesa Nacional, n. 42, ano 4, 1917  
A Defesa Nacional, n. 43, ano 4, 1917  
A Defesa Nacional, n. 44, ano 4, 1917  
A Defesa Nacional, n. 45, ano 4, 1917  
A Defesa Nacional, n. 46, ano 4, 1917  
A Defesa Nacional, n. 47, ano 4, 1917  
A Defesa Nacional, n. 48, ano 4, 1917  
A Defesa Nacional, n. 49, ano 5, 1917  
A Defesa Nacional, n. 50, ano 5, 1917  
A Defesa Nacional, n. 51, ano 5, 1917  
A Defesa Nacional, n. 52, ano 5, 1917  
A Defesa Nacional, n. 53, ano 5, 1918  
A Defesa Nacional, n. 54, ano 5, 1918  
A Defesa Nacional, n. 55, ano 5, 1918  
A Defesa Nacional, n. 56, ano 5, 1918

A Defesa Nacional, n. 57, ano 5, 1918  
A Defesa Nacional, n. 58, ano 5, 1918  
A Defesa Nacional, n. 59, ano 5, 1918  
A Defesa Nacional, n. 60, ano 5, 1918  
A Defesa Nacional, n. 61, ano 6, 1918  
A Defesa Nacional, n. 62, ano 6, 1918  
A Defesa Nacional, n. 63, ano 6, 1918  
A Defesa Nacional, n. 64, ano 6, 1919  
A Defesa Nacional, n. 65, ano 6, 1919  
A Defesa Nacional, n. 66, ano 6, 1919  
A Defesa Nacional, n. 67, ano 6, 1919  
A Defesa Nacional, n. 68, ano 6, 1919  
A Defesa Nacional, n. 69, ano 6, 1919  
A Defesa Nacional, n. 70, ano 6, 1919  
A Defesa Nacional, n. 71, ano 6, 1919  
A Defesa Nacional, n. 72, ano 6, 1919  
A Defesa Nacional, n. 73, ano 6, 1919

Anuário da Escola Militar, n. 1, 1914

Revista Militar Brasileira, Out-Dez, 1931

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, de abril de 2007

MARCOS PEREIRA ANTUNES